



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 21, SEXTA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 22ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 8 DE MARÇO DE 2018

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia Mundial do Rim, nos termos do Requerimento nº 9/2018, do Senador Eduardo Amorim e outros senadores.	8
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	8
1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Eduardo Amorim)	8
1.2.3 – Oradores	
Sr. João Adilberto Xavier, Presidente voluntário da Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil.	10
Sr. Yussif Ali Mere Júnior, Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante.	12
Sr. Jonas Cavalcanti, Vice-Presidente da Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil.	13
Senador Elber Batalha	16
Sr. Kleyton Bastos, representante da Sociedade Brasileira de Nefrologia	18
Senador Waldemir Moka	20
Deputada Carmen Zanotto	21
1.2.4 – Fala da Presidência (Senador Hélio José)	24
1.2.5 – Oradores (continuação)	
Sr. José Lúcio Alves, Presidente da Associação dos Renais Crônicos de Sergipe	26
Sr. Daniel Costa Calazans, Presidente da Sociedade Mineira de Nefrologia.	28
1.3 – ENCERRAMENTO	30



2 – ATA DA 23ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 8 DE MARÇO DE 2018

2.1 – ABERTURA	34
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	34
2.2.2 – Oradores	
Senadora Vanessa Grazziotin – Considerações sobre o Dia Internacional da Mulher.	34
Senadora Ângela Portela – Apelo ao Governo Federal a fim de que adote as providências necessárias para a criação da Casa da Mulher Brasileira em Roraima; e outro assunto.	39
Senadora Fátima Bezerra – Destaque à necessidade de luta das mulheres ante os supostos retrocessos da democracia brasileira; e outros assuntos.	41
Senador Valdir Raupp – Homenagem às mulheres parlamentares pelo desempenho de suas atividades no Congresso Nacional; e outros assuntos.	45
Senador Paulo Rocha – Críticas ao Governo Temer por promover supostos retrocessos nos direitos das mulheres brasileiras; e outro assunto.	47
Senador Fernando Bezerra Coelho, como Líder – Celebração pelos 201 anos da Revolução Pernambucana; e outros assuntos.	51
Senador Lasier Martins – Preocupação com a invasão ao parque gráfico do jornal O Globo por integrantes do MST; e outro assunto.	53
Senador Lindbergh Farias – Comentários acerca de projeto de lei de autoria de S. Ex ^a que combate a desigualdade salarial entre homens e mulheres.	55
Senador Paulo Paim – Destaque à necessidade de aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, que estabelece multa ao empregador quando verificada diferença salarial entre homens e mulheres; e outros assuntos.	57
Senador Pedro Chaves, como Líder – Homenagem a todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, e destaque à importância da representatividade feminina nos âmbitos político e social do país.	65
2.2.3 – Apreciação de requerimentos	
Nº 83/2018, da Senadora Fátima Bezerra. Aprovado.	67
Nº 86/2018, do Senador Antonio Anastasia. Aprovado.	67
2.2.4 – Oradores (continuação)	
Senador Elmano Férrer – Registro da realização, em Teresina-PI, de encontro entre governadores do nordeste a fim de debater sobre a segurança pública na região; e outros assuntos.	68
Senadora Gleisi Hoffmann – Considerações acerca das diversas desigualdades existentes entre homens e mulheres; e outros assuntos.	71
Senador Jorge Viana – Defesa da promoção do combate à desigualdade de gênero.	76
Senador Hélio José – Celebração pelo Dia Internacional da Mulher; e outro assunto.	78
Senador José Maranhão – Críticas à precariedade do ensino no Brasil; e outros assuntos.	83
2.3 – ENCERRAMENTO	86



PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 22ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Roberto Rocha – Íntegra do discurso de S. Ex^a, nos termos do art. 203 do Regimento Interno 88

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 23ª SESSÃO

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Arquivamento

Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 120/2011. 91

4.1.2 – Discursos encaminhados à publicação

Senador Ciro Nogueira – Reflexões sobre a importância da mulher na sociedade 93

Senador Flexa Ribeiro – Lembrança de figuras femininas de relevância histórica para o estado do Pará 94

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Ex^a, nos termos do art. 203 do Regimento Interno. . 96

4.1.3 – Inclusões em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei do Senado nº 186/2014. 101

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, das Mensagens nºs 4 e 5/2018. 101

4.1.4 – Projetos de Lei do Senado

Nº 97/2018-Complementar, do Senador José Serra, que *dispõe sobre a Regra de Ouro, prevista no art. 167, inciso III, da Constituição*. 103

Nº 98/2018, do Senador Wilder Moraes, que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), a fim de regular a operação das Ligações Aéreas Sistemáticas*. 111

4.1.5 – Recursos

Nº 1/2018, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 291/2015. 118

Nº 2/2018, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 22/2017. 120

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei do Senado nºs 291/2015 e 22/2017. 121

4.1.6 – Requerimentos

Nº 85/2018, do Senador Hélio José e outros senadores, de realização de sessão especial, em maio próximo, destinada a comemorar os 40 anos de fundação da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília. 123

Nº 86/2018, do Senador Antonio Anastasia, de autorização para desempenho de missão no período de 24 a 28 do corrente. 126



4.1.7 – Término de prazos

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 156/2014; 56 e 567/2015. 130

5 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**5.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES**

Nº 8/2018-CDH, sobre o Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 26/2017 132

Nº 2/2018-CRE, sobre a Mensagem nº 4/2018 151

Nº 3/2018-CRE, sobre a Mensagem nº 5/2018 159

PARTE III

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 166

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 169

8 – LIDERANÇAS 170

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 174

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 186

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 190

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 239



Ata da 22ª Sessão, Especial,
em 8 de março de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eduardo Amorim e Hélio José.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 19 minutos e encerra-se às 11 horas e 06 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Dia Mundial do Rim, nos termos do Requerimento nº 9, de 2018, de nossa autoria e de outros colegas Senadores.

Convido, com muita honra, para compor a Mesa o Presidente Voluntário da Federação das Associação de Renais e Transplantados do Brasil, Sr. João Adilberto Xavier; o Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e de Transplante, Sr. Yussif Ali Mere Junior; o Vice-Presidente da Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil, Sr. Jonas Cavalcante; e o Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, Região Nordeste, o colega, com muito orgulho, Sr. Kleyton Bastos.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Este é o terceiro ano consecutivo em que temos a oportunidade de realizar esta sessão solene.

Agradeço a todos o empenho, a dedicação, a abnegação. Agradeço, especialmente, ao Presidente da Casa, Senador Eunício, todo o apoio dado para que esta sessão ocorresse.

Confesso a todos vocês, a todos que estão nos acompanhando pelas redes sociais ou pela TV e pela Rádio Senado que o Presidente Eunício sempre apoiou, sempre nos incentivou e sempre realmente se colocou à disposição para nos ajudar naquilo que fosse preciso, para que aqui estivéssemos pela terceira vez consecutiva.

Fica aqui o meu agradecimento à direção da Casa, à Presidência da Casa, na pessoa do Presidente Eunício.

O Dia Mundial do Rim surgiu, em 2006, com o objetivo de aumentar a conscientização, em todo o mundo, sobre a importância dos rins para nossa saúde geral e de reduzir a frequência e o impacto da doença renal e os problemas de saúde associados. Teve como primeiro tema "Os seus rins estão bem?". Desde então, não parou de crescer, abordando, a cada ano, um mote específico.

Neste ano, celebramos as duas datas no mesmo dia: o Dia Mundial do Rim e o Dia Internacional da Mulher. E parablenizo todas as mulheres aqui presentes, todas as mulheres, especialmente as sergipanas e brasileiras, por este dia tão especial, por este dia de reflexão, por este dia de comemorar vitórias e conquistas, por este dia de certeza de que a luta deve continuar por oportunidades. Esta é uma oportunidade ímpar para lançarmos foco sobre a desigualdade que enfrentam especialmente as mulheres brasileiras no seu dia a dia.

Os números são contundentes. A média de prevalência da doença renal crônica é maior entre as mulheres do que entre os homens – cerca de 14% para as mulheres e 12% para os homens. Uma a cada quatro mulheres com idade entre 65 e 74 anos apresenta a patologia, apresenta uma doença renal crônica; já entre os homens, um a cada cinco. Apesar da prevalência feminina, o número de mulheres em diálise é menor do que o de homens.

As causas para esse descompasso são muitas. Entre elas, o fato de que a progressão da doença é mais lenta entre as mulheres. Entretanto, há de se levar em conta que, lamentavelmente, nos dias de hoje, o acesso à saúde é desigual entre os gêneros, em muitos



cantos deste País, e que esse contexto oferece uma série de prejuízos absolutamente inaceitáveis para as mulheres.

Para que os senhores e as senhoras tenham uma ideia, estima-se que a doença renal afete aproximadamente 195 milhões de mulheres em todo o mundo, sendo atualmente a oitava principal causa de morte, com cerca de 600 mil óbitos por ano.

O que temos acompanhado ao longo do tempo, senhoras e senhores, é o aumento exponencial da demanda por atendimento, desacompanhado do crescimento da estrutura de saúde que poderia fazer face aos novos pacientes que surgem a cada dia. Existe um verdadeiro descompasso.

O número de clínicas voltadas ao atendimento dos pacientes com lesão renal aguda cresceu de 510 para 747, entre 2000 e 2016, mas as dificuldades enfrentadas pelos doentes e pelas suas famílias estão bem longe do fim. A distribuição das unidades é absolutamente desigual pelo Brasil. O fato é que, em muitas localidades, há um verdadeiro vazio assistencial e os pacientes precisam viajar horas e horas a fio em busca de um tratamento várias vezes por semana.

Outro problema grave é o subfinanciamento dos procedimentos dialíticos por parte do Sistema Único de Saúde. Ainda ontem, questionávamos o Ministro sobre isso. O valor repassado pelo SUS aos hospitais e às clínicas está longe, mas é longe mesmo, de compensar os altos custos do tratamento.

A magnitude da crise fica clara ao percebermos que o Sistema Único de Saúde é responsável por mais de 83% de todas as diálises feitas no Brasil e que as unidades que prestam esse serviço e são remuneradas pelo Poder Público hoje lutam para não fecharem as portas. Esta é a nossa realidade: lutam para manterem as portas abertas. Se elas forem fechadas, com certeza, muita gente ficará do lado de fora e terá sua vida comprometida mais ainda. Alguns, com certeza, terão suas vidas perdidas.

O cenário atual é, sim, complexo e demanda um efetivo e diligente trabalho. A prevenção, senhoras e senhores, é a forma mais eficaz de combatermos a doença. Isso porque seus sintomas, que incluem palidez, inchaço, anemia, inapetência e mudanças de hábitos urinários, por exemplo, só se manifestam com mais de 75% da função renal já perdida.

E, para prevenir, as recomendações são claras, são precisas. É preciso fazer exercícios regularmente; controlar a diabetes e a pressão arterial; ter uma alimentação saudável, mantendo o peso sob controle; beber água com muita frequência; não fumar; não tomar remédios sem prescrição, especialmente anti-inflamatórios; além de realizar exames preventivos regularmente. São recomendações simples, simples mesmo, que fazem toda a diferença e que devem ser reiteradas a cada dia. Por isso, as políticas de prevenção são de extrema importância, já que se estima que cerca de 10% da nossa população adulta têm algum grau de perda de função renal.

Os doentes renais crônicos, aqueles que precisam de diálise, triplicaram no Brasil em um período de 16 anos. Passaram de 42 mil, em 2000, para mais de 122 mil, em 2016. Ainda neste ano, cerca de mais 5,7 mil pessoas se submeterão a um transplante de rim, espero, e esse número vem aumentando cerca de 10% a cada ano, o que também espero que ocorra.

Por isso, considero feliz a escolha do tema deste ano para o Dia Mundial do Rim, que é o resultado do esforço de profissionais e voluntários abnegados em todos os cantos do País, sensibilizados pela causa. Assim como eles, outros tantos profissionais de saúde, sejam médicos, enfermeiros, auxiliares, voluntários, dedicam suas vidas ao atendimento dos pacientes, dedicam sua vida à defesa da causa.



E cito aqui Lúcio, Presidente da nossa Associação, da Associação dos Renais Crônicos de Sergipe, um abnegado – dou aqui o meu testemunho –, um guerreiro, um lutador, um que não se entrega, um bom exemplo para todos nós de que nunca devemos desistir das nossas lutas, das nossas convicções. Parabéns, Lúcio!

Quero prestar-lhes aqui uma homenagem, ao agradecer o empenho a todos eles. Agradeço igualmente aos prestativos servidores desta Casa, especialmente os da Secretaria de Relações Públicas, sempre diligentes na tarefa de divulgar, com competência, temas de utilidade pública. A todos os servidores, obrigado pela oportunidade. Tenho certeza de que vocês estão fazendo um bem enorme para todos os pacientes renais deste País.

Em especial, agradeço a todos que puderam hoje comparecer e compartilhar a esperança de que a informação a respeito da doença renal leve, efetivamente, à prevenção e à melhoria do atendimento nos diversos cantos do nosso País.

Este País tem jeito. Este ano é um ano diferente, é um ano de escolhas. E o jeito quem dá somos nós, com as nossas convicções.

O voto não é mercadoria. Mercadoria tem preço; o voto tem valor e voto tem consequência, para o bem, quando escolhemos corretamente, ou para o mal, quando nos equivocamos, ou somos enganados, ou desprezamos a importância do voto.

Este País tem jeito. Aqui é a nossa casa, é o nosso lugar. Deus nos colocou, com toda a certeza, para pisar as terras mais férteis, mais ricas e mais estáveis, geologicamente falando, do Planeta. Ele não se esqueceu do povo brasileiro. Se ainda convivemos com inúmeras mazelas, muitas delas seculares ou de décadas, é porque realmente falhamos, sobretudo, nas nossas escolhas, nas escolhas dos nossos líderes, nas escolhas dos nossos condutores.

Saúde tem que ser compromisso. Saúde tem que ser prioridade.

E agradeço mais uma vez a todos vocês. Que tenhamos todos um dia de muita reflexão e um dia de muitas conquistas e vitórias.

Obrigado mais uma vez. (*Palmas.*)

Coloco à disposição para falar primeiramente aqueles que estão na Mesa.

Convido o Presidente voluntário da Associação dos Renais Transplantados do Brasil, Sr. João, para falar.

Quer falar da tribuna? Eu acho que talvez seja melhor da tribuna.

O SR. JOÃO ADILBERTO XAVIER – Muito bom dia a todos e a todas.

Ex^{mo} Sr. Senador Eduardo Amorim, Presidente desta solenidade, em nome de quem cumprimento toda a Mesa e também os companheiros, parceiros dessa luta.

Mais uma vez estamos presentes na solenidade de comemoração e reverência ao Dia Mundial do Rim.

A importância desta comemoração transcende o imaginário nacional, uma vez que é um organismo internacional, a ONU (Organização das Nações Unidas), quem oficializou o reconhecimento de tão importante data.

Quanto à questão renal, há anos se tenta tirar da invisibilidade uma massa de pessoas que representa 122 mil seres humanos, brasileiros e brasileiras, em tratamento dialítico. Não é com doença renal não. Só em tratamento dialítico.

Eu tenho aqui a informação da SBN e vou repetir, porque já tive a grata surpresa de ouvir, do Sr. Senador, alguns desses dados. Segundo a Sociedade Brasileira de Nefrologia – onde busquei esses dados com muita satisfação –, em 2000, existiam no Brasil 42 mil pacientes com



DRC (Doença Renal Crônica). No fim de 2016, esse número saltou para 122 mil. Em 16 anos, meus amigos, triplicou o número de doentes. Uma tragédia. Uma tragédia, na medida em que a medicina avança, em que a tecnologia avança e não se consegue estancar tal incidência da DRC. É uma tragédia!

O que produz isso são fatores, inclusive a deficiência na prevenção.

Temos que cuidar dos nossos diabéticos, dos hipertensos... Só de hipertensos são 30% da população, que ocupam o primeiro lugar na causa das doenças renais. A diabetes mellitus é a segunda causa da doença renal, afetando 50% dos pacientes que entram em diálise. Mas é bom que se diga que tem que ir mais fundo na prevenção, além dos cuidados médicos.

A Organização Mundial da Saúde nos chama a atenção de que os alimentos industrializados, os agroquímicos e a baixa ingestão de água contribuem sobremaneira para essa tragédia das falências dos sistemas renais no nosso povo.

Sem contar o envelhecimento, senhores, responsável pela redução da filtragem dos rins – em média 1mm por minuto, após os 40 anos de idade. Imagina: eu, com 72 anos, tenho que me cuidar. E nós todos que ainda não estamos com doença renal temos que nos cuidar. Então, água no sistema renal!

O total de clínicas – o Ex^{mo} Sr. Senador já tocou nesse ponto e nesses números, mas eu peço licença para repeti-los, Senador – cresceu, de 510, em 2000, para 547, em 2016. Mas a distribuição, Senador, é muito interessante. Como o senhor disse, é absolutamente desigual: 49% dessas clínicas estão no Sudeste; 22%, no Sul; no Nordeste, há 18% dessas clínicas; no Centro-Oeste, há 7%; e, no Norte, há 4%. É complicado o processo.

No que diz respeito aos transplantados, a medicação para coibir a rejeição tem o custo de R\$600 mensais, nem sempre à disposição nas farmácias do SUS. É do conhecimento de todos nós isso.

As mulheres – também repetindo o que o Senador disse...

Eu tenho a honra de estar repetindo os mesmos números, Senador, o que significa que nós fomos beber na mesma fonte. As mulheres já são 43% dos pacientes em diálise no País. É maioria estatística brasileira de três dos principais fatores de risco para doenças dos rins, tais como obesidade, diabetes e hipertensão. O mesmo quadro dos homens. Não há mudança.

Em todo o mundo, o número de mulheres com DRC chega a 195 milhões, segundo estatísticas da Sociedade Internacional de Nefrologia. Esses índices crescentes colocam a mulher no foco das campanhas do Dia Mundial do Rim deste ano.

A campanha global de conscientização para reduzir a incidência de DRC, o Dia Mundial do Rim, por exemplo, ocorre sempre na segunda quinta-feira de março – que este ano coincide com o Dia Internacional da Mulher, uma belíssima oportunidade de render nossas homenagens a essas guerreiras brasileiras.

Aproveitando a coincidência de datas, a campanha faz uma alerta ao público feminino sobre os fatores de riscos, a prevenção e a importância do diagnóstico precoce das DRCs. Além da SBN, nós estivemos buscando informações na OMS e na Agência Anhanguera.

Meus amigos, encerrando a minha fala, eu mais uma vez venho a público propugnar, Senador, por união, união das forças que compõem a luta pelo renal. Não há como, sem união, sem uma conversa franca, olho no olho, não há como nós vencermos os nossos males. É preciso termos a consciência de que só se faz política pública no País, em qualquer país, se houver a união dos necessitados por aquela política pública. Então, mais uma vez, neste segundo ano em



que aqui estamos presentes, propugno pela união de todas as forças sociais presentes neste recinto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Obrigado, Sr. João Adilberto pelas palavras, pela dedicação, pela abnegação ao longo desses anos, sempre presente e sempre à disposição.

De imediato, passo a palavra ao Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante, Sr. Yussif Ali Júnior.

O SR. YUSSIF ALI MERE JÚNIOR – Muito bom dia a todos.

Eu quero, inicialmente, agradecer ao Presidente da Casa, Senador Eunício Oliveira, por nos ceder este espaço, e, igualmente, ao Presidente da sessão, Senador Eduardo Amorim, que propôs a sessão solene e está aqui conosco, presidindo esta sessão. Muito obrigado, Senador.

Quero agradecer também a presença, principalmente, dos nossos pacientes, dos nossos representantes dos pacientes, que são o objetivo único da nossa atuação profissional.

Falar sobre os problemas renais no dia 8 de março, que também é o Dia Internacional da Mulher, é muito importante. Por quê? Precisamos lembrar os nossos problemas e nós temos muitos problemas com os rins, com as doenças e com as mazelas da saúde, mas nós temos também muitos problemas com a nossa sociedade, que, nesse momento, são evidenciados no Dia Internacional da Mulher.

Precisamos aqui dar um puxão de orelha tanto no nosso Ministério da Saúde, que discute... Falar que nós não temos diálogo com o Ministério da Saúde é mentira. Eu estaria aqui sendo leviano, se dissesse que não temos diálogo, mas esse diálogo ainda é truncado; esse diálogo ainda não chega, evidentemente, a resultados de fato. E, como o Senador Eduardo Amorim colocou, os vazios assistenciais não só permanecem, mas se acentuam na questão do tratamento de terapia renal substitutiva.

Mas, evidentemente, nós temos também que dar um puxão de orelha na nossa sociedade, da qual nós participamos. Por quê? Como Dia Internacional da Mulher, nós vemos quase que um descalabro acontecendo com relação à discriminação, à violência sexual, à violência física e ao assédio sexual contra a mulher, a ponto de termos que discutir a utilização de vagões de trem e de metrô próprios para as mulheres na cidade de São Paulo.

Ora, se nós chegarmos a isso, nós estaremos à beira da barbárie. O que é que nós queremos? O que é que nós podemos fazer? Evidentemente que cada um de nós, individualmente, pode muito pouco, mas nós, como sociedade, podemos muito. E nós temos que nos indignar com essa situação. Por quê? Porque toda a situação que nós vivemos no Rio de Janeiro hoje – e não é tão diferente no resto do País. Apenas está evidenciada no Rio de Janeiro – é fruto do que nós estamos construindo; é fruto da violência contra a mulher, que é o pilar mais importante da família brasileira! E nós não estamos levando em consideração isso. Mesmo nós, homens, não estamos dando a devida importância e temos, muitas vezes, tolerância com algum tipo de violência.

E nós podemos perfeitamente mensurar essa situação.

Há pouco tempo, todos se lembram aqui do caso do ex-goleiro do Flamengo, o goleiro Bruno, que chegou a assassinar a ex-namorada, Eliza Samudio. Ele, num vídeo anterior a esse assassinato, já declarava: "Ora, quem que, num momento de raiva, não deu um tapinha?"



Essas coisas – o assassinato, a violência, o assédio – não acontecem do dia para a noite. Sempre há o indício de que vai acontecer. E a sociedade precisa ser contra isso, a sociedade precisa se indignar contra isso para a gente poder melhorar a nossa situação. Se nós não chegarmos a uma situação ideal, pelo menos nós não podemos caminhar para a barbárie, como nós estamos fazendo hoje.

Essa barbárie é acompanhada por tudo, por tudo. Os problemas nossos não nasceram em Brasília, mas evidentemente eles se reúnem em Brasília. Os problemas estão reunidos aqui. E hoje nós sabemos que, aqui em Brasília, irradia-se problema para o Brasil inteiro. Como o Senador colocou, este ano nós temos uma condição de pôr aqui não pessoas só que venham aqui no dia 8 de março falar da mulher ou falar do rim. Mas, no dia a dia de Brasília, falar dos nossos problemas e resolver com vontade política para isso.

Então, está na nossa mão, está na mão da sociedade. As informações estão aí e nós precisamos, cada vez mais, interagir com Brasília porque, se deixarmos Brasília isolada, nós não vamos nunca ter a resolução dos nossos problemas. Muito menos os nossos problemas de saúde e os nossos problemas, em particular, da terapia renal substitutiva, que tanto está sofrendo.

Algum tempo atrás, o nosso grande problema era o financiamento só. Hoje esse problema se agigantou porque, hoje, além de tudo, nós temos o vazio assistencial, além de tudo nós temos o teto, além de tudo nós temos a falta de medicamento para os transplantados.

Então, a situação não está bem, mas nós temos que ser otimistas, nós temos que lutar. Como também disse o Senador, o Brasil e nós somos maiores que todos esses problemas. E nós precisamos, de frente, encarar esses problemas e vencê-los, porque solução existe.

Eu quero, por fim, agradecer mais uma vez a presença de todos e desejar um excelente dia a todos.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Obrigado, Sr. Yussif, presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e de Transplantes.

Registro aqui a presença do Senador Elber – obrigado, Senador Elber, pela sua presença – e do amigo e também sergipano, João Tarantella. Obrigado, João, pela sua presença. Venha sempre a este plenário, a esta Casa, esta Casa do povo brasileiro e também dos sergipanos.

Já convido, de imediato, o Vice-Presidente da Fenapar, Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil, o Sr. Jonas Cavalcanti, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. JONAS CAVALCANTI – Muito bom dia a todos. Cumprimentar a Mesa, Ex^{mo} Senador Eduardo Amorim. Parabênizo o senhor pelo belíssimo discurso, um discurso comovente, um discurso que realmente quem fez hemodiálise, quem entende da patologia... Fundamentalmente o senhor falou palavras de realidade, a pura realidade do País.

Cumprimento também os demais colegas representantes da Mesa, demais autoridades.

Cumprimento os Senadores aqui presentes, Deputados, presidentes das associações, imprensa, pacientes renais e transplantados.

Eu gostaria, no momento, de pedir aos representantes das associações do Brasil que se levantem, por favor. (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Gostaria também que o Gilberto, de Rondônia, se levantasse, por gentileza.



Gilberto é um paciente renal em tratamento dialítico. Ele faz hemodiálise há seis anos e já foi 16 vezes à UTI. Ele está numa fila de transplante em São Paulo e nunca foi chamado.

Então, queiro deixar aqui este momento de reflexão, porque acreditamos que está faltando alguma coisa. Não sei se é a lei que está aí, e a gente sabe que ela é eficaz no combate para a doação de órgãos, mas eu acho que está faltando alguma coisa.

Vamos transplantar mais, gente.

Todos esses nossos irmãos aqui presentes, de vários Estados, compartilham do mesmo sentimento: um total descaso com a saúde pública e em especial com a patologia renal do Brasil. A situação vem se arrastando há muitos anos, mas, em 2017, se agravou ainda mais. Estamos aqui porque somos sobreviventes.

No Dia Mundial do Rim, mais do que nunca, cabe a reflexão sobre esses desafios. E quais serão as nossas prioridades para 2018 e para os anos vindouros?

Atualmente, enfrentamos problemas em todos os estágios da patologia, sendo renais em tratamentos dialítico, diálise peritoneal, hemodiálise e também os transplantados. Cerca de 7 mil pacientes não possuem acesso a vagas para hemodiálise. Com isso, ocupamos desnecessariamente leitos hospitalares. E por que não oferecer a esses pacientes a diálise peritoneal? É uma alternativa terapêutica pouco difundida. Nos últimos dez anos, o número de pacientes com doença renal crônica cresceu cinco vezes mais do que a quantidade de clínicas de hemodiálise.

Além do gargalo no tratamento, há uma grave desigualdade na distribuição dos centros de diálise pelo País. Somente 7% dos Municípios brasileiros contam com centros de diálise. Consequentemente, pacientes percorrem longas distâncias para obter tratamento e, muitas vezes, em transportes inadequados.

Eu vou citar aqui o que está acontecendo na minha região. Moro em Rondônia. Morava na capital, Porto Velho, e hoje moro a 500km no sentido Mato Grosso, na cidade de Rolim de Moura. E Guajará-Mirim já fica a oeste de Porto Velho, a 333km. Pacientes saem 3h da manhã para fazer sua hemodiálise, chegam à clínica às 9h; às 9h30 são conectados à máquina; entre 14h30 a 15h eles saem, retornam para seus lares, e chegam em casa às 21h.

E o pior: apesar de haver leis municipais, há o TFD, nunca esses pacientes conseguem pelo menos uma refeição ou um café durante esse período, nesse trajeto. Realmente, nesse ano de 2017, perdemos inúmeros pacientes em função do mau trato.

Então é outra coisa que está pautada aqui, que a gente tem que rever e fazer com que existam clínicas de hemodiálise. Já solicitamos várias vezes ao Secretário de Saúde do Estado de Rondônia, para que ele providencie uma clínica de hemodiálise para atender às regiões de Nova Mamoré e Ponta do Abunã, que é Vista Alegre, Fortaleza do Abunã, Extrema e Nova Califórnia. (*Pausa.*)

O transplante é a melhor terapia para a doença renal crônica, mesmo não sendo a cura. Contudo, temos uma grande desigualdade entre as regiões. Há Estados que são referência mundial, como os do Sul do País. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão no topo. Isso é sabido, que são modelo até para o mundo. Mas infelizmente há Estados do País que não têm transplante renal – a maioria dos Estados do Norte, e acredito que também do Nordeste.

Depois que nós fomos representantes, por dois mandatos, da Associação dos Renais e Transplantados de Rondônia, nós conseguimos, a muito custo, implantar o transplante renal lá. Já foram transplantados 36 pacientes. Desses 36, 20 só no ano passado. Dá uma média de mais



ou menos 14 pacientes por milhão da população, abaixo ainda da média do Brasil, que esse ano foi de 16 por milhão de habitantes.

Vale ressaltar que os pacientes transplantados estão enfrentando a ausência de medicamentos imunossupressores. Transplantar para depois abandonar? O paciente transplantado sem imunossupressor volta para a máquina. Ele morre.

Então, minha gente, uma reflexão aqui sobre este caso: eu tive a felicidade de Deus me dar dez irmãos. Sou do grupo O positivo. Sete irmãos meus eram do grupo A; todos eles já saíram fora da possibilidade de me doar. Só ficaram três do mesmo grupo. Um foi a São Paulo comigo. Os três se disponibilizaram a doar o rim.

(Soa a campanha.)

O SR. JONAS CAVALCANTI – Só que esse meu irmão deu 0% de compatibilidade. O outro tinha problema renal e só uma desses dez pacientes, desses dez irmãos, só uma dessas pessoas foi compatível comigo. Transplantei. Graças a Deus, há oito anos vivo muito bem.

Então, para a gente perder o enxerto – depois de uma dificuldade dessa, e na época não tinha transplante – por falta de medicamento... Gente, pelo amor de Deus. Isso é o cúmulo do absurdo. Nós temos que ter leis severas para que tanto os órgãos estaduais quanto municipais não deixem faltar esse medicamento.

(Soa a campanha.)

O SR. JONAS CAVALCANTI – Nós, pacientes renais, continuaremos fazendo a nossa parte e que o Estado brasileiro se proponha a fazer.

Muito obrigado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Aproveitando o apelo de Jonas, da tribuna, o Vice-Presidente da Fenapar, também faço o mesmo apelo: vamos transplantar mais.

Aproveito essa oportunidade para parabenizar todos aqueles hospitais, clínicas, que fazem transplante no Brasil inteiro e faço em nome do Hospital do Rim de São Paulo, na pessoa do amigo – nosso amigo, acho que também de muitos de vocês – Dr. Medina, o verdadeiro abnegado lá do Hospital do Rim. Desde a sua existência, dos seus 19 anos de existência, aquela unidade hospitalar já fez mais de 15 mil transplantes. São cerca de 800 a 900 transplantes a cada ano.

Em Sergipe, nosso Estado, meu Estado, o Estado do Dr. Kleyton e do Dr. Lúcio, nós não fazemos um transplante há quase dez anos. Lembro a todos vocês que nós, sergipanos, fomos os primeiros, em todo o Norte e Nordeste brasileiro, ou seja, dos 15 Estados do Norte e Nordeste, fomos o primeiro a fazer não só transplante renal, mas também transplante cardíaco.

Hoje o número de profissionais preparados para fazer esse transplante em nosso Estado é muito maior, sejam enfermeiros, sejam médicos. A Medicina evoluiu também, mas o que piorou? Por que não se faz transplante? Por que deixou de ser prioridade? Deixou de ser prioridade para aqueles que governam, por aqueles que conduzem o destino de todos nós, sergipanos. Essa é a nossa realidade e, como foi dito aqui, é realidade de muitos cantos deste País.

Receber um transplante, eu entendo que é receber também de volta a sua liberdade. A liberdade de ir e vir para qualquer canto, porque quem faz uma hemodiálise para se manter vivo tem, dia sim, dia não, um compromisso inadiável com aquela sua companheira, que é a máquina e os profissionais que o mantêm vivo.



Aproveito e convido para fazer uso da palavra o colega, também Senador, por Sergipe, meu Estado, Senador Elber Batalha.

O SR. ELBER BATALHA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos, Sr. Presidente, nesta sessão extraordinária em nome da mulher brasileira e em nome dos portadores de doença renal.

Quero dizer, Sr. Presidente, senhores convidados, senhores presentes, que estou muito emocionado. Sr. Senador Eduardo Amorim, V. Ex^a é um médico conceituado e um dos defensores da principal bandeira no Estado de Sergipe que é o tratamento dos rins.

Acabei de mostrar a V. Ex^a, Sr. Senador do nosso Sergipe Del Rey, como dizia Silva Lima, um antigo narrador de esporte e comentarista de grande audiência no Estado, que fico emocionado, porque eu tenho um amigo irmão que frequentava muito o seu restaurante lá em Aracaju e que sofre dessa doença há mais de 16 anos. Pelo vídeo que ele nos enviou aqui agora, Senador... Eu não entendo bem desse tratamento, pois minha área é outra, sou da área de direito, mas não deixei também de passar pela faculdade de educação física em que, durante dois anos, fazemos as mesmas matérias de medicina, dentro da área. O nome dele é José Moura Menezes. Ele sofre há 16 anos com o tratamento. Eu não entendo, repito, de nada disso, mas ele está precisando urgentemente, conforme ele fala aqui, de um tratamento mais especializado da sua doença. E, como eu passei a V. Ex^a, mas não deu para... Eu vou tentar aqui dizer o que é. Ele é paciente crônico há 16 anos, paciente da Clínica Clinese, está sendo bem atendido, bem tratado por todos os que fazem aquele negócio certo – no linguajar dele. "Estou precisando há três meses de um cateter Permcath." – eu não entendo esse termo de que ele está precisando. E eu gostaria, aproveitando este dia deles, de fazer um pedido a V. Ex^a. Eu sei que vou ser atendido desde que esteja nas suas possibilidades: fazer com que ele possa conseguir isso que ele quer. "Há três meses na clínica da Secretaria de Saúde, ainda não fui atendido". Diz que não entendeu o porquê e agradece pelo que pudermos fazer por ele. Então, estou dizendo isso aqui me somando a todos aqueles que aqui estão presentes para fazer esse adendo a V. Ex^a e um pedido. Eu sei que serei atendido desde que esteja à sua altura. Não tenho a menor dúvida.

Eu passei estes três meses – vou completar quatro – aqui no Senado e tenho um bom convívio com V. Ex^a. Sou testemunho da sua honestidade, sou testemunho da sua lealdade com as pessoas. Espero e torço, Senador Eduardo Amorim, para que sigamos juntos, porque é muito importante trabalhar e fazer uma campanha do lado da competência, da lealdade de que V. Ex^a é portador. Sou testemunha disso.

Dito isso, também quero comemorar e parabenizar todas as mulheres brasileiras, especialmente as mulheres sergipanas – é lógico, é evidente, pois é onde a gente vive. Eu não poderia deixar de prestar minhas homenagens às mulheres neste que é o mês a elas dedicado. A minha homenagem especial às 26 Deputadas que estiveram aqui ontem, que fizeram parte da Constituição brasileira e que foram agraciadas na sessão de ontem pelo Diploma Bertha Lutz.

Quisera que não precisássemos estar ainda tratando de questões como a inaceitável situação de desigualdade de gênero, o que torna o Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia de hoje, menos festivo do que o desejável. Em pleno século XXI, não se admite isso.

O momento é o de parabenizar as conquistas, mas, sobretudo, é ocasião de refletir a luta das mulheres do Brasil e do mundo pela cidadania e igualdade de oportunidades. É preciso mesmo chamar constantemente a atenção dos governos, da sociedade para a ainda inaceitável



situação de discriminação social e econômica e de violência que atinge e mata a população feminina no mundo.

No Brasil, mulheres ainda ganham 15% menos do que os homens no mercado formal. Entre os trabalhadores com ensino superior, a desvantagem das mulheres é ainda bem mais gritante, com uma diferença salarial de até 36%, conforme o Ministério do Trabalho. E mais: no primeiro sinal de crise econômica, são elas as primeiras a serem despedidas. De resto, a participação feminina no mercado de trabalho formal cresce, mas aquém do esperado. De 2007 até 2016, ou seja, em nove anos, a participação das mulheres aumentou de 40,85% para apenas 44%.

As estatísticas mostram: são poucas as que ocupam cargos executivos ou no Parlamento. Na montagem de seu Governo, o Presidente Temer expôs a chaga do machismo, ao compor a sua equipe predominantemente masculina.

Levantamento recentemente realizado pelo jornal *O GLOBO*, com base no Portal da Transparência, mostra que, de 79 presidentes de órgãos estatais, apenas 4 são mulheres.

Senhoras e senhores, Sr. Senador, senhores convidados, senhores palestrantes, o machismo, a misoginia, o feminicídio estão sendo combatidos e punidos sem tréguas. E as Deputadas e Senadoras brasileiras têm relevante papel nessa empreitada. Dispomos hoje de leis e instrumentos para conter essas estatísticas alarmantes e inaceitáveis.

No ano passado, Sr. Presidente, senhores palestrantes, senhores convidados, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou estimativa acerca da meta de redução, até 2025, de 25% da diferença nas taxas de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Se esse objetivo fosse alcançado, teria o potencial de adicionar US\$5,8 trilhões à economia global, por acréscimo de receitas de impostos, por exemplo. No Brasil, o efeito seria um aumento de até R\$382 bilhões, ou seja, 3,3% do PIB. A desigualdade de gênero é, portanto, um grande desafio, a ser enfrentado por meio da mudança de atitudes no mundo trabalho e na sociedade e a começar por cada um de nós.

De minha parte, mantenho-me passo e passo nessa luta. Sou um homem abençoado, Sr. Presidente, senhores palestrantes, senhores convidados, porque sou rodeado de exemplos de mulheres destemidas e determinadas. Falo da minha esposa Euzani Batalha e das minhas filhas, a Delegada Nayanna Batalha e a minha médica Nayahara Batalha. Elas me oferecem, Sr. Presidente, diariamente, exemplos e lições acerca da força da mulher.

Eu termino esta homenagem dizendo:

Mulher, mulher

Na escola em que você foi ensinada

Jamais tirei um dez

Sou forte, mas não chego aos seus pés

Parabéns, mulher brasileira, plagiando o nosso querido Erasmo Carlos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Obrigado, Senador Elber, pelas palavras.

Registro aqui também, com muito orgulho, o duplamente colega, Senador e médico, Senador Moka. A palavra também está franqueada, Senador Moka.

Agora, convido já para fazer o seu pronunciamento o Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia da Região Nordeste, o colega, o amigo, também sergipano, médico, com muito orgulho, o Dr. Kleyton Bastos.



O SR. KLEYTON BASTOS – Bom dia a todos.

Prezado colega Dr. Eduardo Amorim, meu colega de faculdade, V. Ex^a é verdadeiramente um orgulho para o meu Estado.

É uma honra para mim estar aqui representando a comunidade nefrológica brasileira e, mais ainda, representando a Dr^a Carmen Tzanno, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, a primeira mulher Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, um exemplo de dinamismo, um exemplo de pessoa que enfrenta o preconceito.

O Dia Mundial do Rim, que comemoramos hoje, é uma iniciativa da Sociedade Internacional de Nefrologia, e é a Sociedade Brasileira de Nefrologia que encampa esse dia nacionalmente. O Dia Mundial do Rim, no Brasil, é o que mais chama a atenção. Nenhum outro país realiza tantas ações neste dia quanto o nosso País. Sem dúvida, essa ação aqui, no Senado, que o senhor coordena há três anos e que traz o tema há três anos, é, sem dúvida, a mais representativa, a mais significativa para nós.

O que o Dia Mundial do Rim traz? O Dia Mundial do Rim traz, como pano de fundo, a prevenção da doença renal crônica. Existem inúmeras doenças renais, mas, basicamente, o mote do Dia Mundial do Rim é a doença renal crônica e a sua prevenção, a prevenção de uma doença que é silenciosa até os estágios finais e, por ser silenciosa, exige uma educação em saúde. O indivíduo não tem o sintoma tão fácil de se fazer uma analogia como no caso de outras doenças. É necessário que ele tenha esclarecimento, e essa campanha exatamente busca fazer com que, naquilo que está relativamente escondido, possam ter algum *insight*, alguma percepção.

O grande problema não está no desconhecimento da população apenas; infelizmente, está no desconhecimento por parte dos próprios profissionais de saúde. A nefrologia é uma especialidade esquecida nos bancos escolares de um modo geral. Vou dar um exemplo. Eu sou professor de nefrologia da Universidade Federal de Sergipe, o único professor de nefrologia de um *campus* de uma faculdade que tem 120 professores. No meu Estado, existem mais duas faculdades, uma federal e uma privada. Em nenhuma dessas duas, existe a figura de um nefrologista, de um professor, ou seja, o nefrologista é esquecido, a nefrologia é esquecida. E como você vai ensinar aquilo que é esquecido ao profissional de saúde?

Isso resulta numa pouca atratividade da especialidade. Os programas de residência médica no Brasil, os bons programas, estão com vagas ociosas. É um profissional que não é despertado quando aluno e que não tem no mercado uma atração. Verdadeiramente, estamos lá meio que escondidos, tanto quanto a doença renal crônica, que acomete, aproximadamente, 10% da população, um grave problema de saúde pública jogado para debaixo do tapete.

Nesse cenário de falta, falta o diagnóstico, além de faltar a prevenção. E esse indivíduo acaba não tendo, efetivamente, uma assistência qualificada. O renal crônico que não tem o seu diagnóstico no tempo certo não se beneficia das medidas de diminuição da velocidade de progressão da doença e tem a morte cardiovascular precoce, muito mais, vamos dizer, assustadora do que a própria possibilidade de fazer tratamento dialítico. O indivíduo que vai para diálise – acreditem – é um sobrevivente, é um forte. A grande maioria dos renais crônicos tem morte cardiovascular precoce. A grande maioria não chega a fazer diálise. A grande maioria, infelizmente, não tem diagnóstico. E não tem diagnóstico simplesmente por morrer antes, aparentemente de outras coisas. Quando vai para diálise, 75% entram pela porta dos fundos, sem ter sido beneficiado por um tratamento conservador; ganham cateter, e aí entram numa saga em que muitos trocam inúmeros cateteres por infecções, até conseguirem uma vaga



no centro de diálise, porque também há um cenário de falta, a falta de uma estrutura para atendimento dessa população. Hoje, na minha cidade, Aracaju, no Hospital de Urgência, existem, aproximadamente, 40 pacientes internados esperando uma vaga para uma clínica ambulatorial. E esse cenário é um cenário replicável para todo o País.

Por que faltam vagas nas clínicas de diálise? Subfinanciamento pelo Sistema Único de Saúde e falta de nefrologistas, para que possam tocar os plantões de diálise, mesmo que, de certa forma, eles sejam muito preparados para fazê-la. Outro ponto já colocado: a falta de estímulo a outras modalidades de terapia renal substitutiva, como a diálise peritoneal, essencial num país de dimensões continentais como o nosso, e a falta de um estímulo mais massificado para o transplante, que fica reduzido a algumas ilhas. E são ilhas de excelência; o Brasil é um País que transplanta muito bem. Mas, infelizmente, aquele que vai para a diálise e aquele que é transplantado sofrem, porque, na hora em que vão pegar os medicamentos, não há medicamentos nos locais de distribuição. Os medicamentos de alta complexidade, de alto custo, cuja oferta é obrigação do Governo, muitas vezes não estão presentes; e aquele indivíduo que precisa da eritropoietina, não tem a eritropoietina; o transplantado, que precisa do seu imunossupressor, não tem o seu medicamento.

Isso faz com que a prevalência em diálise do Brasil, embora assustadora – de 120 mil pessoas –, ainda seja pequena. Se você comparar: o Brasil tem aproximadamente 580 pacientes por milhão de habitantes dialisando; o Chile tem mil pacientes por milhão; a Espanha tem 1,2 mil pacientes por milhão. Ou seja, deveria ter pelo menos o dobro de pacientes dialisando, o que significa dizer que estão morrendo antes; estão morrendo, porque não têm acesso; estão morrendo por falta, efetivamente, de um diagnóstico e de um tratamento.

Então, nesse cenário aparentemente desolador, existe uma satisfação: a satisfação de que é com medidas deste tipo, com medidas do dia a dia, que a gente consegue mudar o contexto. E é um cenário que eu não posso deixar de dizer que é de agradecimento; agradecimento não apenas pela sua iniciativa, mas pelo discurso esclarecedor; um agradecimento por nos trazer um olhar mais qualificado para o tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Eu que agradeço as palavras emocionadas, qualificadas, do colega e amigo Kleyton. Confesso que eu conhecia muitas virtudes de Kleyton, mas não conhecia o dom da oratória. A gente é surpreendido positivamente. Que bom!

Obrigado, Kleyton.

Chamo de Kleyton, pois, como disse, é colega de faculdade e nos conhecemos.

Convido, para fazer um pronunciamento também, o colega médico, Senador que aqui defende a saúde com muito afinco, com muita preocupação, com muito compromisso – dou o meu testemunho do dia a dia dele aqui –, o Senador Moka.

E também quero convidar para vir para a Mesa, com muita honra, a colega Deputada Carmen Zanotto.

Hoje, Carmen, num dia tão especial – dia de comemorar o Dia Mundial do Rim e também o Dia da Mulher –, ter uma mulher na Mesa de fato é um privilégio.

Já vou entregar a ela aqui uma rosa deixada pelo Senador Elber, que pediu para eu entregar a uma mulher. Entrego-a àquela que vai ocupar primeiro a Mesa.

Senador Moka.



O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Presidente e requerente desta sessão de comemoração do Dia Mundial do Rim, Senador, meu colega, meu amigo, Eduardo Amorim, que aqui representa o Estado de Sergipe; o Presidente voluntário da Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil, Sr. João Adilberto Xavier; o Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante, Sr. Yussif Ali Mere Júnior; o Vice-Presidente da Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil, Sr. Jonas Cavalcanti; representando a Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, o Sr. Kleyton Bastos; e, Sr. Presidente, quero especialmente cumprimentar também a minha colega Deputada Federal Carmen e aproveitar para, em seu nome, cumprimentar as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

Eu, Carmen, venho a esta tribuna em uma dupla missão: primeiro, para homenagear as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, mas, principalmente, porque tenho uma filha, portanto mulher, que, para minha alegria – e até, vou dizer, por uma certa influência –, acabou neste ano, na Unicamp, a residência em nefrologia. Então, tenho o *lobby* dentro de casa em relação a essas questões renais.

E cumprimento também a Dr^a Thais Maria Monteiro Vendas, que é uma referência em nefrologia no meu Estado, em Mato Grosso do Sul.

E queria cumprimentar todas as médicas, todas as mulheres neste dia.

Quero elogiar a determinação do Senador Eduardo Amorim. Nós pertencemos à Comissão de Assuntos Sociais, que é a comissão que trata da saúde, e é muito rara uma reunião em que o Senador Eduardo não menciona essa questão da dificuldade. Ainda ontem, com a presença do Ministro, que veio para uma outra coisa, o Senador Eduardo fez chegar até ele tudo isso que o Dr. Kleyton disse antes sobre a dificuldade.

E tenho comigo, embora não tenha formação de nefrologista... Eu sou um daqueles médicos da geração antiga; quando terminava o sexto ano – eu já terminei o sexto ano no Proncor, uma clínica em Campo Grande, onde se cuidava de doenças cardiorrespiratórias –, a gente já saía, na época, atendendo. Não existia a figura do residente na minha época. No sexto ano, era o doutorando que cuidava da enfermagem, cuidava dos plantões... Era diferente; pouquíssimos eram os que faziam residência.

E aqui eu quero lembrar, como disse o Dr. Kleyton, que vários pacientes que vão a óbito seriam potencialmente renais crônicos. O diabético é um, porque, nós todos sabemos, há quase que uma ligação muito grande: a diabetes é uma doença também silenciosa, que vai corroendo; e vai chegar, inevitavelmente, esse diabético a ser um renal crônico.

Os transplantes existem, mas eles ainda precisam de mais estímulo. E o que mais nós precisamos – aí, eu, Eduardo Amorim, a Comissão de Assuntos Sociais – é fazer com que os procedimentos aconteçam e, sobretudo quanto ao que é destinado ao pagamento, vamos dizer assim, à remuneração principalmente da hemodiálise, é quase impossível você manter. Daí, há poucos centros de hemodiálise, porque hoje fica difícil você ter realmente uma clínica de hemodiálise em função da baixa remuneração que é feita pelo SUS a esse procedimento.

Procedimento esse que, se não for feito, o paciente... Não há nada mais lógico que o seguinte: renal crônico, se não fizer a diálise, a hemodiálise ou diálise, vai a óbito. Sem falar que, no interior dos nossos Estados, toda semana esses pacientes, às vezes, viajam 200, 300, 400 quilômetros para irem a uma cidade onde há hemodiálise. E há pessoas que fazem isso duas



vezes, três vezes por semana, além do tempo enorme de suas vidas em que ficam ligadas àquela máquina.

E isso tudo, de algum modo, tem que sensibilizar... Não é possível você tratar essa questão da doença renal como se fosse uma doença... Não é uma doença que, se não tratada, se não se fizer o diagnóstico... Se houver o diagnóstico precocemente, você, pelo menos, vai fazer com que aquele paciente demore um tempo mais até chegar a ser um renal crônico – e, aí, é só transplante ou hemodiálise.

Então, eu quero, neste dia, saudar aqui, elogiar a determinação, eu tenho certeza, do Doutor e Senador Eduardo Amorim. Todos nós aqui... Na verdade, nós somos poucos colegas médicos aqui, no Senado; mas, na Câmara dos Deputados – eu me lembro, pois fui Deputado por três mandatos –, nós chegamos a ter 65 colegas médicos numa legislatura.

Eu acho que nós tínhamos que sensibilizar todos os outros colegas para que juntos, Deputados Federais e Senadores, pudéssemos entrar nessa luta, principalmente defendendo que esses recursos para a questão das doenças renais como um todo, mas em especial para a hemodiálise, sejam disponibilizados. Nós não podemos mais conviver com essa situação.

A todos os senhores, colegas médicos e não médicos, a todos aqueles que tratam de vidas – e sem a presença de vocês ali, no dia a dia, nós teríamos...

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... uma quantidade de óbitos muito maior –, os meus parabéns. E às médicas, parabéns em dobro, pelo fato de cuidarem do paciente, cuidarem das famílias, cuidarem de nós, e por este dia especial.

Quero encerrar prestando uma homenagem exatamente à mulher médica, que faz tudo isso, lembrando que as mulheres são 51% da população – ou mais – e que são mães dos outros 49%.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Muito obrigado, colega médico, Senador Moka, pelas suas palavras de incentivo, de motivação, de compromisso.

Convido, para fazer uso da palavra também, uma mulher; uma mulher guerreira, uma mulher que ocupa este Parlamento – não esta Casa, mas a Câmara dos Deputados – e que está sempre presente, sobretudo no que se refere às questões que tratam da saúde; a amiga catarinense Carmen Zanotto.

Enquanto ela se desloca, convido o Senador Hélio José para presidir a sessão e dar continuidade aos trabalhos, agradecendo a ele e a todos.

Depois da fala da Carmen, estão inscritos dois: o amigo Lúcio Alves, Presidente da Associação dos Renais Crônicos de Sergipe (Arcrese); e, depois, o colega nefrologista, da Sociedade Mineira de Nefrologia, Daniel Calazans.

A SR^a CARMEN ZANOTTO – Bom dia a todas as senhoras e senhores.

Eu quero saudar o Senador Eduardo Amorim e agradecer-lhe por mais esta sessão com este tema tão importante para milhares de brasileiros e seus familiares, que são os pacientes renais crônicos. Eu quero saudar o Senador Moka, o Senador Hélio José e, em nome desses três Senadores, saudar todos os Senadores e Senadoras desta Casa.



Quero ainda agradecer por esse gesto de carinho, o recebimento desta rosa, e compartilhar esta rosa com todas as mulheres brasileiras: as mulheres empreendedoras, as mulheres trabalhadoras, as mulheres donas de casa e educadoras.

Eu quero dizer que a rosa para mim tem um significado: significa a beleza da mulher em todas as suas formas, quer seja a mulher obesa, quer seja a mulher magra, quer seja a mulher alta, a mulher baixa, a mulher branca ou a mulher negra, mas ela traz também consigo as dificuldades que as mulheres brasileiras enfrentam nos seus espinhos, em especial neste 8 de março, em que a violência contra a mulher ainda é assustadora no nosso País – mulher essa que também é uma renal crônica, mulher essa que também tem os seus problemas patológicos e os seus problemas familiares.

Eu quero saudar também todas as entidades voluntárias prestadoras de serviços aos renais crônicos, na pessoa do Sr. João Xavier, Presidente Voluntário da Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil; e todas as entidades médicas que estão aqui conosco, em nome do Dr. Kleyton, que acabou de fazer o seu pronunciamento, a quem peço permissão para que a toda a parte do seu pronunciamento que acompanhei e, tenho certeza, à íntegra do seu pronunciamento eu agregue também as minhas palavras, como enfermeira que sou, gestora que fui da área da saúde e Parlamentar do Estado de Santa Catarina.

Neste ano, em especial neste 8 de março, o tema do Dia Mundial do Rim é: "Saúde da mulher". A mulher precisa, duplamente, cuidar da sua saúde e, em especial, cuidar dos seus rins, porque é a mulher que acompanha os filhos, o marido ou ela mesma quando têm que ir para um serviço de hemodiálise e diálise peritoneal. E a gente precisa aqui, Senador Hélio José, destacar algumas dificuldades que os renais crônicos estão enfrentando.

Eu sou autora do PL 155, de 2015, que dá ao renal crônico todos os direitos da pessoa com deficiência. Nossos pacientes em hemodiálise ou diálise peritoneal estão sendo chamados para a perícia do INSS. O paciente que está numa máquina de hemodiálise, que tem que, muitas vezes, percorrer duas horas para chegar a um centro de referência, porque mora no interior, em uma cidade que não tem o serviço de hemodiálise, está sendo chamado...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Nossa nobre Carmen Zanotto, só um instantinho. Eu queria só saudar aqui, porque os meninos estão saindo, esse grupo de estudantes de Administração Pública da Universidade de Wharton, na Pensilvânia, e agradecer a presença deles aqui. O Senado brasileiro se sente honrado com essa visita de estudantes americanos aqui no nosso País. Muito obrigado a todos vocês. Vão com Deus!

Hoje é o Dia Nacional do Rim.

Volto a palavra à nossa nobre Deputada Carmen Zanotto. (*Palmas.*)

A SR^a CARMEN ZANOTTO – Obrigada. Bem-vindos à nossa Casa, ao Parlamento brasileiro.

Dando continuidade, quero retomar uma preocupação, em especial, dos últimos meses do último ano, com relação aos nossos pacientes, homens e mulheres, que são trabalhadores, que precisam estar numa máquina de hemodiálise, porque, senão, eles não conseguirão viver. Eles dependem dessa máquina, no mínimo, três vezes por semana, quatro horas, sem contarmos o período de deslocamento da sua cidade, que, muitas vezes, leva duas horas, duas horas e trinta, três horas para chegar a um centro de referência de hemodiálise. Normalmente, esses serviços acontecem nas cidades de maior porte.



Eles estão sendo chamados para as perícias como se não fossem pacientes com uma doença crônica grave, como se não fossem pacientes que precisam ser considerados, efetivamente, pacientes com deficiência. E a deficiência do renal crônico que depende da máquina de hemodiálise ou das diálises peritoneais que realizam no seu domicílio é, muitas vezes, mais complexa. E é muito difícil a gente dizer isso porque a dor é individual de cada cidadão, de cada paciente, e também a deficiência é individual de cada paciente. Mas, quando eu tenho uma deficiência física em que eu me adapto a uma cadeira de rodas ou que tive uma amputação de braço e eu me adapto e passo a conseguir exercitar minhas atividades com o braço não amputado, eu consigo ter uma vida... Vamos dizer assim, não dá para dizer que é uma vida de melhor qualidade, mas eu consigo me adaptar ou busco me adaptar. Agora, para o paciente de hemodiálise a adaptação é esse calvário de três vezes por semana ter que se deslocar para o serviço e ficar nessa máquina, porque, senão, ele não sobrevive. E ele não está sendo considerado pessoa com deficiência. Ele não é considerado.

Quando a gente o chama para a perícia, dá a alta da perícia ou o mantém na perícia, temos que retorná-lo, porque ele não está em condições efetivas de exercitar o seu direito e o seu desejo principal, que é o de trabalhar. Todos nós queremos trabalhar, mas, muitas vezes, em função das consequências dessas sessões de hemodiálise, o estado clínico do renal não permite que ele volte e consiga desenvolver todas as suas atividades, todas as suas competências. Então, respeitando todas as patologias – e digo isso como membro da Comissão da Pessoa com Deficiência –, todas as deficiências precisam ser respeitadas, e precisamos lutar para o direito de todas as pessoas com deficiência.

Não podemos deixar mais esse PL dormindo na Comissão de Finanças e Tributação da nossa Casa, da Câmara Federal. Ele precisa sair das gavetas, ir ao plenário, ser aprovado, seguir para a Comissão de Constituição e Justiça e vir para esta Casa porque as dificuldades dos renais crônicos vão muito além. Elas vão da falta do medicamento para garantir a manutenção do rim depois de uma longa luta para conquistar o rim que recebeu à garantia da entrada no serviço de hemodiálise, à garantia do acesso aos exames antes de ter o diagnóstico fechado. Então, as dificuldades de um renal crônico são muitas. Superamos algumas ou ultrapassamos levemente algumas em função das últimas portarias da Anvisa, em especial com relação aos capilares, mas essa pauta precisa ser uma pauta.

Este Dia Mundial do Rim precisa ser lembrado. Precisamos fortalecer, sim, todas as ações de prevenção, precisamos evitar que os pacientes cheguem até uma máquina de hemodiálise ou necessitem da sua diálise peritoneal e do seu transplante. Temos que trabalhar muito na atenção básica, mas nós não podemos olhar para a atenção básica e esquecer a média e alta complexidade, não podemos olhar para média e alta complexidade e esquecer a atenção básica. São ações diárias e permanentes que o Poder Público precisa fazer em todos os segmentos, no Município, no Estado e na União, para garantir qualidade de vida, dignidade e menos sofrimento a todos os nossos pacientes renais.

Por isso, Senador Hélio, quero parabenizar esses bravos homens e mulheres, prestadores de serviços, associações, usuários, sociedade civil por manter esse tema sempre na nossa Casa, no Dia Mundial do Rim, em especial ao Senado que nunca deixou de ter esse tema na pessoa do Senador Amorim e na sua pessoa, na pessoa do Senador Moka e dos demais Senadores e Senadoras, lembrando o quanto é difícil a vida de um paciente renal crônico.

(Soa a campanha.)



A SR^a CARMEN ZANOTTO – A todas as mulheres, neste dia, que acompanham os seus maridos, seus pais e seus filhos numa máquina de hemodiálise ou na sua diálise peritoneal; a todas as mulheres que deixam seus afazeres de casa porque dependem dessa máquina para sobreviver e, quando retornam para os seus domicílios, vão dar conta das atribuições, da roupa que ficou no tanque, da comida e do material dos filhos que chegaram da escola, para ver como estão as suas tarefas e as suas obrigações, como mãe e educadora também; a todos os profissionais, mulheres e homens, que trabalham nesse serviço, não podemos nos calar, precisamos avançar na saúde pública brasileira.

Estamos, neste ano, comemorando 30 anos do Sistema Único de Saúde, avançamos muito, avançamos muito. Cada um dos gestores municipais, estaduais e dos gestores federais...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a CARMEN ZANOTTO – ... colocou o seu tijolinho nessa construção do Sistema Único de Saúde. Todos precisamos defender esse sistema público, todos precisamos garantir acesso com qualidade a todos os usuários do SUS.

Então, a todas as mulheres trabalhadoras e homens trabalhadores nas três esferas de Governo, do Ministério da Saúde, das Secretarias de Estado, das Secretarias municipais e das unidades prestadoras de serviço, a minha homenagem. Olhem e continuem olhando, mas olhem com mais carinho a todos os nossos pacientes do Sistema Único de Saúde, em especial a este coletivo dos nossos renais crônicos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Peço desculpas porque eu tenho que sair correndo para um outro evento que era às 10h15 e eu pedi que eles me aguardassem. Então, perdoem-me por não conseguir acompanhar o restante da sessão, Senador Hélio.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

(Durante o discurso da Sr^a Carmen Zanotto, o Sr. Eduardo Amorim, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Os nossos agradecimentos à Deputada Carmen Zanotto, enfermeira como a minha esposa. Nossas homenagens a todas as mulheres, nossa homenagem a essas pessoas tão importantes, que são a maioria em nosso País, como o Senador Moka coloca, 51% da nossa população são mulheres e os outros 49% são as nossas mães. Então, as mulheres tomam conta.

Obrigado, Carmen.

Então, nossas homenagens, total e especial, neste Dia das Mulheres. Ainda mais que amanhã é o dia do meu aniversário, tive esse privilégio de nascer um dia depois do Dia Internacional das Mulheres, dia 9 de março, e é com muita satisfação que venho aqui presidir essa continuidade da sessão do Dia Mundial do Rim.

Eu gostaria de, rapidamente, tecer algumas palavras para passar a palavra ao nosso nobre Dr. Lúcio Alves, Presidente da Associação dos Renais Crônicos de Sergipe. Antes do Dr. Lúcio, eu queria fazer essas breves palavras.

Sr^{as} e Srs. Senadores, demais presentes a esta sessão, segundo a Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos, existem hoje, no Brasil, cerca de 20 mil pessoas à espera de um



transplante de rim. Infelizmente, contudo, o ritmo das doações de órgãos, especialmente de rins, não acompanha essa expressiva demanda. No caso dos rins, ocorrem, em média, apenas 5 mil transplantes por ano no nosso País.

Há muito o que fazer em termos de políticas públicas para, se não solucionar, pelo menos aliviar a situação desses brasileiros que tanto precisam desse tipo de intervenção cirúrgica para sobreviver. Todos somos responsáveis e precisamos nos engajar nesta luta: o Poder Executivo, nós do Poder Legislativo, a sociedade civil, as universidades, os centros de pesquisa e o Sistema Único de Saúde.

O dia 8 de março, data tão simbólica em razão das homenagens às mulheres, também marca o Dia Mundial do Rim, denominado, no exterior, de *World Kidney Day*.

Atento a essa data especial e à condição dos que esperam ansiosamente por um transplante de rim, solicitei audiência pública, na Comissão Senado do Futuro, junto com o Sr. João da Farbra, para debater os direitos das pessoas transplantadas renais e em quais aspectos a legislação precisa ser atualizada para garantir os direitos sociais e humanos dessas pessoas. Essa audiência está marcada para o próximo dia 15 de março, às 17h, no Plenário 13, da Ala Alexandre Costa.

Precisamos dar um passo de cada vez. Vamos, sim, saber como está indo o PLS 155, como é que estão indo as questões lá na comissão de finanças. Mas precisamos primeiro garantir o primeiro passo, que é o reconhecimento do direito das pessoas que são transplantadas renais de serem reconhecidas como PCD (Pessoa com Deficiência). Então, esse é o passo inicial que nós vamos tomar para atender a essa coletividade tão grande e que precisa de tanta atenção do Estado.

Foram convidados vários especialistas para essa audiência pública e autoridades envolvidas no estudo e na administração desse problema na saúde pública. Estarão presentes, entre outros, a Dr^a Rosana Reis Nothen, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Transplante do Ministério da Saúde; o Dr. Sandro Martins, Coordenador-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde; o Dr. Carlos Cavalcante de Lacerda, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; a Dr^a Carmen Tzanno Branco Martins, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia; o Dr. João Adilberto Xavier, Presidente da Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil (Farbra).

Essa audiência pública será, espero, apenas uma entre tantas outras iniciativas do Senado Federal no sentido de enriquecer o debate da questão dos transplantes no Brasil, com destaque especial para a situação dos doentes renais. Depois dessa audiência na Comissão Senado do Futuro, podemos fazer outra audiência na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) e assim caminhar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Com a Comissão de Direitos Humanos, do Senador Paulo Paim.

Debateremos algumas propostas em curso para o benefício dos doentes renais e também como igualar os doentes crônicos e os transplantados aos deficientes, em seus direitos. É dever nosso, Parlamentares que somos, ajudar a construir a necessária ponte que faça chegar à sociedade civil os resultados das políticas públicas de saúde.



Essas palavras vêm ao encontro dessa importante iniciativa nossa, deste Dia Mundial do Rim, de que tive aqui a oportunidade de fazer a conclusão, em homenagem feita a mim pelo nosso nobre Dr. Senador Eduardo Amorim.

Muito obrigado a todos.

Vamos passar a palavra imediatamente ao Dr. Lúcio Alves, Presidente da Associação de Renais Crônicos de Sergipe. Em seguida, para concluir os nossos trabalhos, vamos passar ao Sr. Daniel Calazans, Presidente da Sociedade Mineira de Nefrologia.

O Dr. Lúcio Alves com a palavra.

O SR. JOSÉ LÚCIO ALVES – Bom dia a todos.

Eu costumo dizer que a vida é uma grande teimosia. A partir do momento em que a gente nasce, a gente teima para permanecer vivo. E, para o renal crônico, essa teimosia é quadruplicada. A teimosia tem que ser diária, tem que ser minuto a minuto, porque tudo conspira para morte do renal crônico. E, quando o paciente recebe o diagnóstico de doença renal, ele está recebendo uma sentença de morte. E, a partir daí, ele tem que lutar todos os dias.

A pior parte dessa história é que quem executa a sentença de morte é quem tem a obrigação de promover a vida, promover a saúde. O renal crônico está interseção de setores importantes do Poder Público Federal, estadual e municipal. E, muitas vezes, falta empenho para que se resolvam todos os óbices, para que se garanta a vida e a saúde desse paciente.

Todos os que estão aqui, os presidentes das federações, representando todos os pacientes renais do Brasil, são sobreviventes de um grande temporal, de uma grande tempestade. E há um ditado antigo que diz que os grandes navegadores devem sua reputação aos temporais e às tempestades.

Nós somos portadores de uma missão difícil, mas extremamente prazerosa, que é a de representar aqueles pacientes vulneráveis, debilitados após uma sessão de hemodiálise que se alterna dia sim, dia não, e que não têm forças para vir, subir as escadarias de um tribunal de Justiça para lutar pelos seus direitos; para confrontar o Poder Público, muitas vezes mal intencionado, muitas vezes negligente, para lutar por essa teimosia para permanecer vivo.

Eu gostaria de externar o meu agradecimento, a minha satisfação em ter aqui nesta Casa, hoje, três sergipanos ilustres: o Senador Amorim, o Senador Elber Batalha, o Dr. Kleyton, representando um Estado pequeno, mas extremamente comprometido com a causa dos renais, extremamente interessado em resolver esses problemas. Isso, para mim, Dr. Kleyton, é motivo de orgulho.

Quero externar também isso ao Senador Amorim, que tem sido um guerreiro, um soldado, somando com a gente nessa questão.

Quero dizer para esta Casa que a Federação Nacional adotou para este ano de 2018 as estratégias de prevenção, de promover a prevenção da doença renal. E nós já começamos a fazer isso lá em Aracaju também.

A gente tem uma preocupação para que este problema não cresça cada vez mais, porque, quanto mais ele cresce, mais cresce também a desatenção do Estado brasileiro com relação a isso.

A gente lamenta muito, hoje, o problema dos pacientes de doenças raras e graves, que estão condenados à morte, com sentença transitada em julgado e não obedecida pelo Ministro da Saúde.



Então, é um absurdo que a gente assista à morte de pacientes com sentença transitada em julgado e não atendida.

Os pacientes de doenças raras e graves, inclusive muitos renais, estão se ressentindo da falta de medicação, e isso é um absurdo que não pode permanecer.

Eu queria dizer que, também no Dia da Mulher, eu queria homenagear a minha mãe... *(Pausa.)*

Em nome da mãe de todo mundo aqui... *(Pausa.)*

Que deu a oportunidade para que a gente viesse ao mundo, realizar uma missão que a gente não sabe qual é. Deus não deu o manual de orientações. Botou a gente aqui e mandou a gente viver, teimando para viver; lutando, a cada dia, para viver.

E eu vejo a Isolde aqui, uma lutadora, quase da idade da minha mãe. Parablenizo a Isolde por todo esse trabalho que faz há 25 anos. Os renais devem muito a esse trabalho.

E quero dizer aos senhores que costumo dizer lá em Aracaju que eu sou portador de uma maldição. Toda vez que eu falo sobre isso, eu digo: o problema do paciente renal pode ser de qualquer pessoa. Pode ser que amanhã um dos senhores esteja com uma doença renal. E, geralmente, 15 dias, um mês depois, alguém me liga: "Meu filho, minha mãe, meu amigo..."

Eu gostaria que isso não acontecesse com os senhores, porque vocês vão ser chamados para esse exército difícil de luta, de sacrifício e de quantas pessoas que, nessa luta, desistem de viver. Como dói na gente quando a gente vê um jovem dizendo: "Eu não quero mais fazer o tratamento. Não aguento mais."

Pessoas que moram nos grotões do interior, nas quebradas, que saem de casa de madrugada, enfrentam três, quatro horas de viagem... Em alguns Estados deste Brasil, enfrentam quase que um dia inteiro para poderem se tratar. E essas pessoas estão resistindo para viver, lutando para viver, enquanto o Estado brasileiro se ausenta dessa discussão. Toda essa tramitação burocrática não respeita o ritmo da vida, que já está acelerado pela doença.

Então, é preciso que a gente acorde para isso, gente, com o coração, não com a cabeça. Mas com o coração. A cabeça leva a gente para o intelecto, que quer mil e uma justificativas, que quer mil e um arrazoados e argumentos, e o coração diz "não, vamos fazer, vamos trabalhar; vamos promover a vida", porque, como disse bem o meu amigo, o Dr. Kleyton, a vida é muito curta. A nossa vida é muito pequena, Senadores. A nossa vida é um sopro de vela. De todos que estão aqui. E a gente vai olhar para trás, no último suspiro, e vai dizer: o que foi que eu fiz? O que é que eu contribuí com esses meus irmãos de caminhada, que a doença atingiu em algum momento? O que foi que eu fiz? Será que a gente precisa tocar no coração de vocês, desejando que um filho de vocês se torne renal crônico? Que a esposa de vocês se torne renal crônica? Vejam esses pacientes das doenças raras e graves, como estão sofrendo!

Eu ouvi um depoimento, na semana passada, que eu passei dois dias sem dormir, de um paciente que vai ao INSS... "O que é que o senhor tem?" "Doutor, eu não sei. Os nove médicos do hospital universitário não sabem." E o INSS não concede auxílio-doença, e o INSS não aposenta, porque não tem o... Os peritos do INSS trabalham com um formulário; se tirar o formulário, eles não trabalham mais, porque eles seguem aquela linhazinha ali. É incapaz de enxergar fora do quadrado. Isso é um absurdo nos dias de hoje! Paciente renal crônico transplantado, está sendo negada a aposentadoria, está sendo obrigado a voltar a trabalhar. Isso é um absurdo!



Se o mercado de trabalho não absorve pessoas saudáveis, como é que vai absorver um paciente que vai fazer o exame admissional e a creatinina vai dar alterada? E ele vai ser cortado sem nem saber por que foi cortado. Ele vai fazer um exame periódico, o médico do trabalho vai ser obrigado a mandá-lo para casa, a procurar um médico. E qual é a empresa que vai querer isso? Qual é a empresa que vai querer que o paciente se ausente por quatro, cinco, seis dias, porque, quando foi fazer a revisão, deu alterada a creatinina? Qual é o mercado de trabalho que vai absorver esse paciente?

Então, nós temos uma série de demandas que são gritantes. Nós temos uma série de demandas que pulam todos os dias, na nossa frente, e a gente tem que escolher qual é que vai abraçar hoje, porque ora falta medicamento, ora falta vaga na clínica, ora o transplante é suspenso, ora não tem transplante...

Há dias que a gente não sabe nem por onde começar, Dr. Kleyton, Senador Hélio José. Há dia que a gente não sabe o que fazer. Qual é a carta que eu vou pegar hoje? Qual é o problema que eu vou pegar? Eu estou aqui agora preocupado, porque há uma paciente no interior de Telha que está com um problema neurológico e não consegue vaga em Neurologia. Não pode nem fazer mais hemodiálise, porque está tendo convulsões...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ LÚCIO ALVES – ... e a gente tem que brigar todos os dias.

Então, eu encerro a minha fala aqui, primeiro, agradecendo muito essa oportunidade que o Senado concede, a iniciativa do Senador Amorim, esse evento que se repete aqui. E saúdo os meus companheiros lá do Sergipe, o meu incrível exército de Brancaneone, os diretores da Arcrese.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Agradecido ao Dr. Lúcio Alves, Presidente da Associação de Renais Crônicos de Sergipe, que muito bem falou pela Arcrese.

Vamos agora dar a palavra, para encerrar esta sessão de hoje, para começarmos em seguida uma outra, que será sobre o Dia Internacional da Mulher, ao Sr. Daniel Calazans, Presidente da Sociedade Mineira de Nefrologia.

O SR. DANIEL COSTA CALAZANS – Ex^{mo} Senador Hélio José, autoridades da Mesa, Associação de Pacientes Renais de todo o País, especialmente de Minas Gerais, colegas nefrologistas e, principalmente, os 16.499 pacientes renais crônicos que fazem diálise em Minas Gerais.

Este ano já é o terceiro que a gente passa junto aqui, Senador Hélio, e muitas vezes eu me pergunto: o que é que mudou de lá para cá? Por que é que a TRS do Brasil está tão doente? E quando a gente avalia um país desenvolvido, muitas ações têm sido realizadas no que tange à prevenção, e no Brasil a gente não percebe isso. O que a gente vê é aumento de prevalência, não é? O que a gente vê é subdiagnósticos.

Se avaliar no meu Estado, existem 23 vazios assistenciais: Região Norte, Nordeste, muitos lugares de Minas Gerais onde faltam terapias renais substitutivas. Os pacientes têm que viajar longas horas para poder realizar o seu tratamento. Isso é muito danoso. Hoje, 10% da população tem algum grau de acometimento renal. Se você avaliar essa prevalência, ela aumentou, no último ano, de 550 para 581 no Brasil. E o problema é que, para país, não tem fundo do poço.



Então, se você olhar aqui no nosso país vizinho, a Venezuela, 32 clínicas foram fechadas recentemente, e pacientes estão morrendo por falta de vaga. Realmente, é uma situação muito triste.

E para que lado a gente está caminhando? Eu me pergunto. Se não houver um socorro rápido das entidades públicas, eu tenho muito receio da TRS no Brasil. Faltam vagas, serviços estão sendo fechados, e a qualidade, com isso, vem sendo diminuída.

Se você avaliar o cenário macro, nos últimos seis anos, o salário mínimo cresceu cinco vezes mais do que o repasse da hemodiálise. Eu acho que o salário mínimo tem que aumentar, mas o repasse também não pode ser esquecido, porque está vinculado. Se você avaliar, na América Latina, a gente tem um dos priores repasses de hemodiálise – em torno de US\$60 –, contra a Argentina, que é de US\$138. No Equador é mais de US\$110.

Então, realmente, a gente tem de entender o que está acontecendo.

Quando se avalia o transplante renal, a gente tem realizado em torno de 48% da necessidade estimada para transplante renal, porque a gente sabe que é o melhor tratamento, quando o paciente tem condições de se submeter.

E o mais grave: estão falando imunossupressores. A gente transplanta o paciente e, muitas vezes, convive com a necessidade de mantê-lo internado, até conseguir um medicamento imunossupressor. Isso aumenta custo para o Estado.

Então, eu gostaria de concluir perguntando: o que é que está faltando para a gente divulgar essa revisão da Portaria 389? Diversas reuniões já foram feitas. A gente precisa avançar nisso.

O que é preciso para a gente ter um comprometimento de data de repasse? Uma coisa simples. Se a gente não tiver o repasse, não há como garantir um bom atendimento aos pacientes.

E como conviver com essa inflação de insumos, se não há ajuste na TRS?

Eu acho que precisa ser fiscalizado, precisar ser mantido.

A gente trata os pacientes com muito carinho, mas a gente tem que entender que o cenário realmente é catastrófico.

Gostaria de agradecer a oportunidade mais uma vez.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Quero agradecer imensamente ao Senador Amorim por esta audiência pública, ao Presidente Voluntário da Federação das Associações Renais e Transplantados do Brasil (Farbra), Sr. João Adilberto Xavier; ao Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante, Sr. Youssif Ali Mere Júnior; ao Vice-Presidente da Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil (Fenapar), Sr. Jonas Cavalcanti – meus cumprimentos –; e ao Vice-Presidente Associação Brasileira de Nefrologia da Região Nordeste, Sr. Kleyton Bastos. Também meus cumprimentos.

Quero agradecer a todos os presentes, a todos os brasileiros que puderam acompanhar esta importante audiência pública do Dia Internacional do Rim.

E também quero agradecer ao Sr. Deputado Federal Vinicius Carvalho, PRB de São Paulo, que passou por aqui também. Até iria fazer uso da palavra, mas teve que se ausentar um pouco antes.



Cumprida a finalidade desta sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com o seu comparecimento.

Está encerrada esta sessão.

Muito obrigado a todos os presentes. (*Palmas.*)

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 06 minutos.)



Ata da 23ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 8 de março de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Valdir Raupp, da Srª Ângela Portela e dos Srs. Paulo Paim, Elmano Férrer, Hélio José e Pastor Bel.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 11 minutos e encerra-se às 14 horas e 46 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 55ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

23ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 11 horas
Período: 08/03/2018 07:00:00 até 08/03/2018 20:32:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PMDB	SP	Airton Sandoval	X
PDT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X
PMDB	PI	Elmano Férrer	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PMDB	PE	Fernando Coelho	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PROS	DF	Hélio José	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PSD	RS	Lasier Martins	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PRTB	MA	Pastor Bel	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PRB	MS	Pedro Chaves	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
-	DF	Reguffe	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X
PODE	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X

Emissão 08/03/2018 20:32:09





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

23ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 11 horas
Período: 08/03/2018 07:00:00 até 08/03/2018 20:32:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PP	GO	Wilder Moraes	X
PMDB	MG	Zeze Perrella	X

Compareceram 50 senadores.



O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Pela ordem, Senadora Ângela Portela.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de fazer a minha inscrição pela Liderança do PDT neste dia especial, que é o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – V. Ex^a está inscrita como Líder.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Nós queremos homenagear todas as mulheres brasileiras e roraimenses e, em especial, as mulheres roraimenses em nome da ex-Senadora Marluce Pinto, que foi homenageada ontem aqui com a entrega do Prêmio Bertha Lutz, por ter sido uma atuante Deputada Constituinte do nosso Estado e do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – V. Ex^a já está inscrita como Líder do PDT.

Gostaríamos de anunciar aqui a Presença nas galerias de alunos do ensino médio da Lawrence School, Estado de New Jersey, Estados Unidos.

Sejam todos bem-vindos ao Senado Federal brasileiro!

Concedemos a palavra à primeira oradora inscrita, por dez minutos, à Senadora Vanessa Grazziotin, do Estado do Amazonas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadoras, companheiros e companheiras.

Sr. Presidente, desde ontem no Senado Federal, no Congresso Nacional – aliás, não desde ontem, mas desde da semana passada, do dia 1º de março –, estamos realizando atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher.

Na semana passada, abrimos as atividades no dia primeiro com um debate muito importante acerca da violência contra a mulher, especialmente o funcionamento do setor público no amparo à vítima de violência e no tratamento da pessoa, do homem que cometeu a violência.

Nesta semana, as atividades continuam. Temos inaugurada aqui no Senado Federal uma bela exposição que trata das mulheres constituintes, assim como uma exposição, na Câmara dos Deputados, que trata da trajetória das mulheres a favor e na luta contra a desigualdade.

Ontem, Sr. Presidente, em um ponto muito forte, tivemos aqui neste plenário a sessão do Congresso Nacional alusiva ao 08 de março, e um Bertha Lutz diferente, um Bertha Lutz especial, Senador Raupp. De acordo com a nossa lei interna do Senado Federal, a resolução, cinco mulheres ou até um percentual de 25% de homens são homenageados anualmente. Ontem



tivemos algo diferente, que foi a homenagem a 26 mulheres Constituintes de 1988, aquelas mulheres que ajudaram a escrever a nossa Constituição.

Foram muito fortes ontem no Plenário as alusões à necessidade de mantermos não apenas uma vigilância concreta, mas uma mobilização efetiva, porque tudo aquilo que nós conquistamos no passado, que está escrito na Constituição corre risco. Aliás, corre, não; estamos perdendo em vários aspectos, Sr. Presidente.

A reforma trabalhista é um exemplo claro e vivo. Senador Valdir Raupp, V. Ex^a já ocupou cargos tão importantes no Partido do atual Presidente da República. Todos sabem que nós somos oposição a este Governo. Todos sabem que somos oposição, mesmo porque não o consideramos – e não é efetivamente – um Governo legítimo.

Mas, Srs. Senadores, Senador Valdir Raupp, eu chamo a atenção de V. Ex^a, na reforma trabalhista principalmente. Esta Casa aprovou a reforma com todos os senhores e as senhoras que compõem a base do Governo, dizendo que iriam aprovar a medida, mas que a medida seria mudada por vetos presidenciais e através de uma medida provisória.

Pois bem. A medida provisória já foi editada há algum tempo, e a Comissão só agora está sendo instalada. E veto? O Presidente Michel Temer, mais uma vez, mentiu não para os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras, o que é muito grave, porque ele assinou, dizendo que mudaria através de vetos; enganou os senhores, enganou as senhoras que compõem a Base de Governo, porque não fez um veto.

E a lei que está em vigor hoje, no Brasil, simplesmente retroagiu, Senadora Ângela, para permitir que mulher gestante ou lactante trabalhe em ambiente insalubre.

Isso é algo inadmissível! Cadê o veto do Presidente? Seria tão simples ele vetar esse artigo! Seria muito simples: ele cumpriria a palavra com os senhores e as senhoras; ele faria jus ao papel e ao compromisso por ele assinado. Mas não!

Então, repito: a reforma trabalhista, a lei em vigor hoje, retroagiu, para permitir que mulher gestante e lactante, aquela que esteja amamentando, trabalhe em lugar insalubre. O que é isso?

Senadora Ângela, vou conceder o aparte a V. Ex^a, mas antes quero retratar como o 8 de março está sendo encarado pela sociedade. No mundo inteiro, estamos vendo grandes manifestações. O destaque é o que acontece na Espanha: greve geral das mulheres na Espanha.

Já concedo o aparte a V. Ex^a, Senadora. Então, há várias mobilizações. Aqui no Brasil, várias capitais e cidades brasileiras se mobilizam a favor dos nossos direitos e contra os retrocessos. Aqui em Brasília, o ato começará às 14 horas, em frente à Catedral e ao Museu da República. Na minha cidade de Manaus, haverá atividades, assim como em várias cidades do Brasil, mas é preciso que entendamos que muitas das decisões importantes, que refletem o dia a dia das mulheres, são tomadas aqui nesta Casa! São tomadas aqui neste Parlamento! Senadora Ângela, somos nós as responsáveis pela qualidade de vida da população e das mulheres inclusive.

Senadora Ângela, os jornais também tratam as matérias. Infelizmente, não há uma matéria positiva, em que pudéssemos subir à tribuna e fazer um destaque: "Olhem, que maravilha! A mulher avançou aqui; avançou ali!" Não!

O jornal *Folha de S.Paulo* – e faço questão de destacar essa matéria, pois, no geral, as matérias retratam a violência e tudo mais – diz o seguinte: que salário mais baixo para as



mulheres reduz o crescimento, que, a cada 10% na diferença de salários entre homens e mulheres, são 1,5% que se perde no PIB.

Senadora Ângela, concedendo o aparte a V. Ex^a, veja o que diz a matéria, qual é a realidade do Brasil – porque há diferenças nas capitais. A capital que mantém uma diferença mais gritante... A diferença é maior quando é maior o nível da escolaridade. Está aqui: "Diferença salarial é maior entre os mais escolarizados". A capital que mantém a maior diferença salarial é Curitiba, no Estado do Paraná – 27,7%. A segunda capital, Senadora Ângela, infelizmente, é a minha cidade de Manaus – 25,5%. A última, ou seja, a que tem a menor diferença, Senadora Ângela, é a cidade de V. Ex^a, a cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, com 11,3%. Essa é a única.

Agora, acho que V. Ex^a pode explicar por quê: lá, existem muitos servidores públicos e muitas mulheres servidoras. Talvez, isso explique.

Concedo, com muito prazer, o aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Ângela Portela (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Senadora Vanessa, eu queria parabenizá-la pelo pioneirismo, pelo trabalho dedicado que V. Ex^a tem à frente da Procuradoria da Mulher aqui, no Senado Federal, mas quero destacar principalmente, quando V. Ex^a fala da reforma trabalhista, a falta de cumprimento do acordo feito para que fosse revista a situação de as mulheres gestantes e lactantes não trabalharem em local insalubre. Nós, mulheres do Senado fizemos aqui a nossa manifestação, ocupamos a mesa, na tentativa de sensibilizar os Senadores governistas para que se mudasse esse item da reforma trabalhista que prejudica a mulher brasileira no seu trabalho num momento tão importante da sua vida, que é quando ela está grávida e quando ela está amamentando. Eu queria também lembrar, Senadora Vanessa, como V. Ex^a coloca, os índices elevados de violência contra a mulher no meu Estado de Roraima. Nós temos a Casa da Mulher Brasileira, que foi construída ainda no governo da Presidenta Dilma Rousseff. Mas, como houve o *impeachment*, como houve o golpe, a finalização dessa obra foi atrasada, faltando apenas a compra do mobiliário para concluir a Casa da Mulher Brasileira em Roraima. A Governadora de Roraima, aliás, é a única governadora em todas as unidades da Federação. Apenas uma mulher governa um Estado da Federação. Nos últimos anos, sem dúvida nenhuma, nós tivemos um retrocesso, porque já tivemos mais mulheres governando os Estados. O Governo do Estado de Roraima fez a sua parte no sentido de implementar todas as ações para inaugurar o mais rapidamente possível a Casa da Mulher Brasileira, mas, lamentavelmente, o Governo Federal, a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres se comprometeu a inaugurar em julho do ano passado, e nada até agora.

(Soa a campainha.)

A Sr^a Ângela Portela (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Então, considerando a urgência de nós termos esse espaço que integra ações do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, do Ministério Público na formação da rede de proteção das mulheres vítimas de violência em Roraima, nós queremos fazer aqui um apelo ao Governo Federal, um apelo à Secretária, a nossa querida Fátima Pelaes, para que resolva essa questão do mobiliário da Casa da Mulher Brasileira o mais rapidamente possível, para que a gente possa abrir essa casa e atender às mulheres roraimenses vitimizadas pela violência doméstica. Era isto, Senadora. Muito obrigada.



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu agradeço o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Senador, se V. Ex^a me conceder mais alguns minutinhos, eu já concluo.

Primeiro, quero dizer, Senadora, que, de fato, nós, numa medida muito criticada pelos nossos colegas, mas uma medida extrema – eu até diria – e corajosa de nossa parte... Medida corajosa porque sabíamos que poderíamos sofrer retaliações – retaliações visíveis, Senadora Ângela, e retaliações invisíveis. E, de fato, nós sofremos. Fomos ao Conselho de Ética. Representaram contra nós no Conselho de Ética, infelizmente. Mas conseguimos fazer com que fosse arquivada. Mas não foi fácil, não foi simples.

O que nós queríamos? Queríamos a aprovação de uma única emenda. E, quando eles disseram "não tem negociação", já no final da tarde, saímos da mesa, porque havia a possibilidade de eles realizarem a sessão em outra localidade a aprovar aquele projeto sem o mínimo debate. E mais uma vez eles reafirmaram: "não se preocupem, porque está sendo votado aqui do jeito que veio para não atrasar, mas esse item será vetado pelo Michel Temer, porque ele prometeu". Ele prometeu, mas não vetaram coisa nenhuma.

Veja, Senadora, que essa diferença salarial... Eu quero falar um minutinho sobre isso para, depois, caminhar para a conclusão. Senador Valdir Raupp, não é só a diferença salarial: a mulher ainda acumula a tripla jornada de trabalho. A mulher é quase que a responsável exclusiva pelos afazeres e cuidados domésticos, pelos cuidados com os filhos, com a família – quase que exclusivamente. Aí o que é que nós conseguimos? Conseguimos nos aposentar antes em cinco anos. Está ameaçada essa conquista, porque eles querem acabar. A primeira proposta foi igual para homens e mulheres. Depois, não; viram que a grita era muito grande e disseram: "Não, vamos tirar dois anos delas." Então, a diferença que hoje é de cinco anos cairia para três anos, para mais lá adiante eles tirem o que restasse.

Agora, onde está – e aí é que eu chamo à reflexão, pois é preciso que nós façamos uma reflexão – a origem do problema? A origem do problema, Senadora Ângela, é que a mulher é penalizada pela sua condição de mulher, pelo gênero feminino, porque a mulher é quem dá à luz. Dar à luz é a coisa mais nobre da humanidade, porque, sem novas crianças, sem novos meninos e meninas, a sociedade não avança, ela se acaba. Pois bem. É exatamente por conta de ser ela a mãe, que dá à luz, que cuida do filho, que ela é penalizada, Senador Valdir Raupp.

Isso no sistema capitalista, Senador. Sabemos que o privado busca o lucro, mas ele não tem o direito de continuar punindo, violentando a mulher, como ele vem fazendo. Estão aí os dados estatísticos.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Está aqui a diferença salarial. E 80% das mulheres depois de dois anos que dão à luz perdem os seus empregos. Punir as mulheres por isso?! Elas não ascendem na carreira, porque o patrão diz o seguinte: "Não, elas é que vão tirar licença-maternidade, elas é que vão ficar em casa quando o filho adoecer." Então, a mulher é punida. É preciso fazer essa reflexão. O sistema é capitalista? É. É por isso que o meu Partido é o Partido Comunista e defendermos o socialismo, uma sociedade que gira em torno das pessoas e não em torno dos bens materiais, da riqueza, da fortuna. Agora, enquanto vivemos no sistema capitalista, vamos pelo



menos amenizar. Aqui no Brasil, acontece o quê? O contrário. Aqui acontece exatamente o contrário. Conquistas que nós tivemos estão indo por água abaixo.

E, Senador Valdir, para concluir efetivamente, pois V. Ex^a já foi extremamente bondoso comigo, eu quero dizer o seguinte. Ontem, nós aprovamos aqui, no plenário do Senado Federal e nas comissões, como a Câmara aprovou no seu plenário, projetos importantes.

Eu relatei o projeto que aumenta a pena dos agressores que desrespeitam decisões judiciais em relação às medidas protetivas, o que é muito comum hoje. Eles descumprem as medidas protetivas a favor da mulher, se aproximam da mulher, espancam a mulher novamente, desobedecem, e não acontece nada. Então, nós estamos aumentando a pena de um para dois terços nesses casos.

Aprovamos também que a Polícia Federal seja responsável pela investigação dos crimes cibernéticos de misoginia contra a mulher. E por que a Polícia Federal? Porque é um crime federal, porque são crimes da Federação.

Aprovamos aqui também, muito importante, um projeto que foi relatado pela Senadora Gleisi e que trata de reconhecer, também ampliando a pena, os crimes praticados contra a mulher na internet com a exposição da intimidade da mulher na rede mundial, nas redes sociais. Também aprovamos isso.

E, na Câmara dos Deputados, foi aprovado, finalmente, um projeto de minha autoria que tipifica o crime do estupro coletivo. E lá, como foi apresentado um substitutivo, elas incluíram também o constrangimento nos transportes coletivos, em que a mulher é violentada, sofre constrangimento e violência por parte dos homens.

Esse é o nosso papel.

Na semana que vem, Senador Raupp, vamos continuar com a pauta. Hoje, temos um projeto ainda para a Ordem do Dia e, na semana que vem, teremos uma pauta bem recheada...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... de projetos que tratam de enfrentar a violência, de buscar a diminuição da violência e a diferenciação, que é muito necessária, no mercado de trabalho.

Concluindo, nestes segundos que me restam, eu faço aqui um convite a todos que nos ouvem – estou falando todos, homens – para que façam uma reflexão para que aqueles que defendem e sustentam o sistema percebam que o sistema, além de prejudicar a economia – está aqui: a diferença salarial da mulher diminui o PIB brasileiro –, é uma monstruosidade contra nós, uma monstruosidade contra a mulher, que engravida, que pare, que amamenta, que alimenta uma criança, que será o futuro ou a futura responsável do nosso País. Não podemos continuar, nós estamos retrocedendo à barbárie. Temos que reagir fortemente contra isso. Eu convido os homens para que nos ajudem nessa luta por direitos iguais entre homens e mulheres.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Ex^a, ao tempo em que a parabeno pelo excelente pronunciamento. Eu sou testemunha da sua luta em defesa das mulheres do seu Estado e do nosso País, constantemente, mesmo fora de época de comemorações, como esta do Dia Internacional da Mulher. Devo usar a tribuna ainda hoje para falar sobre esse tema. E V. Ex^a também me conhece pelo trabalho que eu e a Deputada



Marinha temos feito em defesa das mulheres tanto no Parlamento como fora dele. Então, parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

Concedemos a palavra à nobre Senadora Ângela Portela, de Roraima. V. Ex^a dispõe do tempo necessário.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, hoje, 8 de março, é o Dia Internacional da Mulher.

Houve aqui, no Senado Federal, ontem, uma sessão solene que homenageou e premiou mulheres brasileiras que têm relevantes serviços prestados à sociedade brasileira, no que diz respeito aos direitos das mulheres. Eu queria destacar aqui, entre as Deputadas constituintes que foram homenageadas ontem, as nossas Senadoras Lídice da Mata, Lúcia Vânia e Rose de Freitas, três grandes mulheres que cumpriram seu papel na elaboração da Constituição de 1988 de forma exitosa, de uma forma que deixa a nós todas as mulheres muito orgulhosas do seu trabalho.

Quero aqui destacar também o trabalho da Senadora Vanessa, há muitos anos à frente da Procuradoria da Mulher no Senado Federal, essa mulher dedicada, guerreira, aguerrida na sua luta em defesa da mulher brasileira, da mulher do Amazonas, em defesa dos interesses do seu Estado. Então, Senadora Vanessa, eu queria parabenizá-la pelo seu excelente trabalho em defesa de todos nós. Parabéns.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora?

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pois não, Senadora.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu acho que ficaria incompleto, se eu não falar neste momento. Primeiro, eu quero agradecer a bondade de V. Ex^a, porque nós trabalhamos conjuntamente aqui. Somos 13 Senadoras somente, temos opiniões diferentes, temos ideologias diferentes, mas, no tema da mulher, da proteção à mulher, do combate à desigualdade, na grande maioria das vezes – não em todas as vezes, mas na grande maioria das vezes –, nós estamos juntas. Então, todas as mulheres Senadoras merecem o reconhecimento pelo trabalho que desenvolvem. E, Senadora Ângela, V. Ex^a tem um dos projetos que nós listamos como prioridade. Esse projeto será um daqueles que nós lutaremos muito para aprovar ainda na semana que vem. Trata-se do projeto que volta a proibir o trabalho insalubre de gestantes e lactantes.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Exatamente.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É projeto de autoria de V. Ex^a. Então, eu não poderia deixar de fazer este registro, Senadora Ângela. Isso mostra como cada uma de nós está preocupada com essas questões. Então, eu quero cumprimentá-la não apenas pela luta árdua que tem travado aqui, no Senado, em favor dos trabalhadores e trabalhadoras, em favor de Roraima. No dia a dia, V. Ex^a ocupa essa tribuna de forma extremamente competente, com muita força, defendendo sua gente de Roraima, com a sua sagacidade e o seu sentimento de oportunidade de apresentar projetos que se transformam em leis tão importantes para a sociedade brasileira. Então, eu é que



cumprimento a combatividade de V. Ex^a, Senadora Ângela, e a parabenizo pelo Dia Internacional da Mulher, que comemoramos hoje.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito obrigada, Senadora Vanessa. Além desse projeto que nós apresentamos, que devolve o direito da mulher grávida e lactante de não trabalhar em local insalubre – e vamos lutar para que isso seja aprovado –, nós também apresentamos um projeto, em 2015, para aumentar a participação da mulher no Poder Legislativo.

Concedo um aparte à Senadora.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Ângela, é para me associar aqui à Senadora Vanessa, cumprimentá-la e dizer do quanto o seu mandato tem sido vigilante e atuante na luta em defesa dos direitos da cidadania das mulheres. V. Ex^a é autora aqui de diversas iniciativas que vêm no sentido, exatamente, de promoção dos direitos das mulheres e no sentido, inclusive, de dizer que as mulheres...

(Soa a campanha.)

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... não aceitam retroceder nos seus direitos, como foi o caso da reforma trabalhista, que – imagine – altera a CLT para permitir um absurdo, uma desumanidade que é a mulher lactante ou grávida trabalhar em local insalubre. E V. Ex^a, em boa hora, apresenta esse projeto de lei – não é, Senadora Vanessa? – para corrigir essa desumanidade. Então, meu abraço e parabéns a todas as mulheres de luta através dessa mulher de luta e coragem que é a Senadora Ângela Portela.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito obrigada, Senadora Fátima Bezerra.

Quero lhe dizer que também admiro muito o seu trabalho...

(Soa a campanha.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ...em prol do seu Estado e em prol das mulheres brasileiras.

Eu pediria um tempo só para concluir, Senador, Presidente.

Eu quero também homenagear todas as mulheres políticas do meu Estado, as nossas vereadoras, em nome da Dr^a Magnólia, que é a Presidente da Liga Roraimense de Combate ao Câncer, uma mulher muito dedicada à família, muito dedicada à saúde das mulheres no nosso Estado. Eu quero também cumprimentar a Deputada Estadual Aurelina Medeiros, do meu Estado, que é outra guerreira extremamente dedicada à agricultura, à valorização da mulher no trabalho no campo.

Hoje, no Dia Internacional da Mulher, e durante toda esta semana, a Câmara e o Senado realizarão diversas ações, como aprovação de projetos em prol da mulher. Então, temos que aproveitar essa visibilidade que a mulher tem para também fazer cobranças às autoridades em relação às políticas voltadas para as mulheres.

É inadmissível que o Governo Federal tenha reduzido em 89% os recursos orçamentários destinados à mulher brasileira, no combate à violência, na inserção da mulher no mercado de trabalho, nos cuidados com a saúde da mulher. Essas são questões graves e sérias que nós não podemos admitir que sejam desvalorizadas no Orçamento da União.

Nós temos a Lei Maria da Penha, que é uma lei muito importante para inibir a violência contra a mulher, mas essa lei precisa de recursos. É preciso haver condições de apoiar os



Estados e os Municípios para que sejam instaladas as delegacias de atendimento à mulher, para que sejam ampliados os juizados de atendimento à mulher, para que haja mais defensorias públicas com varas de atendimento à mulher, para que o Ministério Público também possa fazer um trabalho mais intenso no sentido de fortalecer a rede de proteção...

(Soa a campanha.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ... à mulher vítima de violência.

E aqui, mais uma vez, Sr. Presidente, quero cobrar do Governo Federal, apelando para a Secretária de Políticas para Mulheres, que dê os apoios necessários e libere os recursos para que a Casa de Mulher Brasileira em Roraima possa ser disponibilizada para atender as mulheres vítimas de violência lá em Roraima. Nós somos campeãs lá: lamentavelmente, o número de mulheres mortas, em Roraima, vítimas de violência, é um dos maiores do Brasil. Por isso é que precisamos cobrar insistentemente do Governo Federal que a Casa da Mulher Brasileira lá na capital seja aberta, para que possa haver atendimento à mulher pela Justiça, atendimento psicossocial, atendimento de saúde da mulher, para que ela seja protegida...

(Soa a campanha.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ... dos seus agressores. Então, faço esse apelo mais uma vez. A única mulher Governadora da nossa Federação pede, apela para que consigamos disponibilizar a Casa da Mulher Brasileira para diminuir os índices de violência contra as nossas mulheres.

Muita obrigada pela tolerância com relação ao tempo.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Muito obrigado a V. Ex^a. Parabéns pelo brilhante pronunciamento em defesa das mulheres do seu Estado e também do Brasil. E eu faço esse mesmo apelo da tribuna do Senado Federal em relação à Casa da Mulher Brasileira no Estado de Rondônia, que já tem o terreno cedido pela prefeitura, um terreno nobre, quase central. Creio que já haja também o orçamento, o convênio. Que comecem logo essa obra tanto em Roraima, quanto em Rondônia e também em todos os Estados brasileiros para proteger as nossas mulheres vítimas de violência. Parabéns a V. Ex^a.

Concedemos a palavra para um breve pronunciamento à Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Valdir Raupp, que preside os trabalhos.

Eu quero aqui saudar todas as mulheres, fazendo uma saudação muito especial às mulheres potiguaras, às mulheres do Rio Grande do Norte.

Eu quero, Sr. Presidente, dizer o quanto este 8 de março de 2018 é um 8 de março que convoca a nós mulheres para a luta, para a resistência em defesa da democracia, em defesa dos nossos direitos. Por quê? Porque nós estamos vivendo tempos de ataque à democracia, nós estamos vivendo tempos de retrocessos, haja vista, por exemplo, uma reforma trabalhista que foi aprovada pela maioria deste Congresso Nacional que troca o trabalho com carteira assinada por emprego com vínculo precário, uma reforma trabalhista que admite o absurdo, o ato desumano de permitir que a mulher grávida e a mulher lactante trabalhem em locais insalubres.



São tempos de retrocessos quando há uma proposta de emenda à Constituição que, simplesmente, tem como objetivo o desmonte da previdência pública, com consequências severas para o conjunto dos trabalhadores e para a vida das mulheres, para as mulheres trabalhadoras rurais, para as mulheres em vulnerabilidade social. Essa reforma da previdência, se for adiante, por exemplo, acaba com a aposentadoria especial do magistério, que é uma categoria formada, majoritariamente, por mulheres. Merecidamente, sim, o magistério tem que ter um regime diferenciado de aposentadoria pelo papel estratégico que os professores e as professoras exercem no conjunto da sociedade.

Mas eu quero aqui saudar, repito, as mulheres que estão na resistência, estão na luta em todo o País. Meu abraço aqui às mulheres de Mossoró, às mulheres da região Oeste, que, nesta quarta-feira, Sr. Presidente, desenvolveram uma extensa e intensa programação, fazendo um ato lá na UERN, defendendo exatamente a democracia e a soberania popular, defendendo exatamente os direitos e o fim da violência contra as mulheres.

Saúdo também as mulheres lá da região do Trairi, na cidade de Santa Cruz, que estão em marcha neste exato momento, uma marcha movida pela esperança, movida pela luta no sentido de dizer que nós não aceitamos retroceder nos nossos direitos.

Quero aqui também saudar a Marcha das Margaridas, Senadora Ângela, do Seridó, que, neste ano, na terceira edição, está sendo realizada exatamente na cidade de Currais Novos. A Marcha das Margaridas do Seridó, mais uma vez, fazendo história, inclusive, inspirada na trajetória da grande paraibana Margarida Maria Alves, líder sindicalista que foi, brutalmente e covardemente, assassinada pelos matadores de aluguel porque defendia a cidadania das trabalhadoras rurais, dos trabalhadores rurais. Pois bem. Meu abraço – repito – às Margaridas do Seridó, que também estão nas ruas para dizer que nós queremos a democracia de volta, para dizer que nós queremos uma aposentadoria digna e justa e para dizer que nós não vamos abrir mão dos nossos direitos.

Por fim, minha saudação, Senadora Vanessa, às mulheres de Natal, às mulheres da região metropolitana, às mulheres do Rio Grande do Norte, que, hoje à tarde, a partir das 15h, vão dar início a uma bela caminhada, uma marcha que vai sair lá da Rua Apodi, em frente ao INSS. É a marcha das mulheres também lá de Natal, convocada pelo Fórum de Mulheres, pela Marcha Mundial das Mulheres, pela CUT, pela CTB, pelos sindicatos, enfim, convocada por vários coletivos: Mulheres nas Ruas!, dizendo que é preciso trazer a democracia de volta, que é preciso defender a soberania popular, que é preciso defender a Constituição, hoje ameaçada em função exatamente do golpe parlamentar que nós sofremos em 2016.

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, é preciso defender esta Constituição naquilo em que ela tem de mais sagrado, que é a soberania popular, que é o respeito ao voto do povo, e naquilo que ela tem de mais sagrado, que são os direitos sociais fundamentais consignados na Constituição de 1988.

O meu abraço, aqui, repito, às mulheres do Rio Grande do Norte. Estarei lá mais tarde na marcha.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senadora Fátima.



A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – V. Ex^a me permite um aparte? Eu sei que a gente está como tempo restrito, há vários Parlamentares querendo falar, mas, afinal de contas, o Dia da Mulher é apenas um dia durante o ano. Então, acho que nós merecemos isso, Senadora Fátima. Nós merecemos! Lá na Câmara, aliás, desde ontem, são as mulheres que estão dirigindo as sessões. Desde ontem, as sessões da...

(Intervenção fora do microfone.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E aqui está a Ângela, exatamente. É isto que estou registrando – Senadora Ângela –, mas lá é o tempo todo, desde ontem, de todas as comissões, que, aliás, poucas estão funcionando, e do Plenário. Mas, Senadora Fátima, V. Ex^a falava da atividade no Rio Grande do Norte. No meu Estado do Amazonas, também há muitas atividades. Infelizmente, Senadora, até por estar diante da Procuradoria da Mulher, eu não pude me ausentar por conta da nossa pauta. Hoje nós temos um projeto também...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... projetos pautados que tratam de mulheres. Mas, Senadora Fátima, o aparte que solicitei a V. Ex^a é para registrar que V. Ex^a é a única mulher da Bancada do Rio Grande do Norte. O Rio Grande do Norte não tem nenhuma Deputada! Nós temos Estados brasileiros, senhores, que não têm nenhuma Deputada! O Rio Grande do Norte é um; Sergipe é outro – não tem nenhuma mulher. A Senadora Fátima era Deputada Federal; a Senadora Fátima, na garra, foi candidata ao Senado. Eu acompanhei. Ela foi aconselhada durante muito tempo: "Senadora, se senhora não ganhar a eleição, nós vamos ficar sem nenhuma mulher e sem uma mulher combativa. Então, vá para Deputada." E ela dizia: "Não; vou para o Senado." E está aqui, no Senado, merecidamente, Senadora Fátima. Por isso que V. Ex^a – eu sei – é uma das primeiras... Das primeiras, não; é a primeira colocada nas pesquisas de intenção de voto para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Não é à toa, Senadora Fátima! Senadora, digo isso, dando o exemplo do seu Estado, para mostrar como nós temos que mudar a lei no Brasil. Acabaram de votar...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Nós votamos uma reforma política no final do ano passado. O que se votou em relação à mulher? Nada, nada! A PEC da cota, que nós aprovamos aqui, foi prometida ser votada lá na Câmara, mas a maioria dos homens não permitiram que fosse votada. Então, vamos nos rebelar.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, Senadora.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Então, Senadora Fátima, parabéns a V. Ex^a por tão bem representar o Estado do Rio Grande do Norte. E sei que V. Ex^a terá ainda muito o que fazer pelo seu Estado e, sobretudo, pelas mulheres do Rio Grande do Norte. Parabéns!



A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Vanessa. E, igualmente, quero parabenizar as mulheres do Amazonas por terem uma Senadora tão preparada, de tanto compromisso com a luta em defesa do nosso Brasil, com a soberania nacional, com a democracia; e uma Senadora muito comprometida com a luta em defesa dos direitos das mulheres.

Quero concluir dizendo o seguinte, Senadora Vanessa...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – São muitos os desafios, inclusive o da sub-representação das mulheres na política. É inaceitável que, em 1986, tivéssemos eleitas 26 mulheres Parlamentares; e, passados 30 anos, só tenhamos 51 mulheres na Câmara e 12 no Senado. É inaceitável isso. A democracia não pode caminhar bem com um déficit dessa natureza, até porque nós mulheres, inclusive, representamos mais da metade da população.

Dizia ainda, Senadora Vanessa, que, hoje, a Bancada Federal do Rio Grande do Norte conta com uma mulher, que é a Deputada Zenaide Maia; uma Deputada que vem fazendo um mandato extremamente comprometido com a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras e um mandato, inclusive, muito comprometido...

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu peço desculpas a V. Ex^a. Eu peço desculpas...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – V. Ex^a a conhece, inclusive.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Claro! V. Ex^a poderia, na hora, ter me corrigido.

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, com certeza.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Na hora, ter me corrigido. É o Estado da Paraíba...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... que não tem nenhuma mulher.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nenhuma, nenhuma.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Nenhuma mulher. Então, peço desculpas ao Rio Grande do Norte, à V. Ex^a e à Deputada Zenaide, principalmente.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

E estou fazendo este registro até porque V. Ex^a conhece a Deputada Zenaide e sabe da atuação competente, sabe do quanto a Deputada Zenaide tem feito um mandato, na Câmara dos Deputados, que está honrando a confiança e o voto do povo do Rio Grande do Norte,



inclusive das mulheres. Tanto é que hoje está cotada, Senadora Vanessa, inclusive, para chegar ao Senado pelas eleições agora de 2018.

Por fim, concluo aqui dizendo o seguinte, Senador Raupp: a nossa luta, das mulheres, Senador Raupp, não foi em vão e nem será. É muito tempo de luta, luta contra o preconceito, contra a discriminação. É muito tempo de luta!

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – São muitos tempos de luta contra essa desigualdade histórica de gênero, mas, também, foram muitos tempos de luta por garantias e conquistas importantes em prol exatamente das mulheres.

Por isso que, nesse momento, repito, mais do que nunca, as mulheres sabem do papel protagonista, do papel de vanguarda que elas têm a exercer, no sentido de defender, com muito amor e com muita convicção, a democracia; defender os nossos direitos, que passam por ter direito a uma aposentadoria digna e justa, que passam, Senadora Ângela, por nós lutarmos pelo fim das violências contra as mulheres e por nenhum direito a menos.

Às mulheres do Rio Grande do Norte, às mulheres do Brasil, o meu abraço...

(Interrupção do som.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – ... um abraço de luta, de esperança e de solidariedade.

(Durante o discurso da Sr^a Fátima Bezerra, o Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ângela Portela.)

A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito obrigada, Senadora Fátima Bezerra. Parabéns por sua luta em defesa das mulheres.

Quero registrar aqui a presença dos estudantes do curso de Direito da Universidade Federal de Goiás.

Sejam todos muito bem-vindos.

Passo a palavra, agora, para o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ângela Portela, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, minhas senhoras e meus senhores, eu não poderia subir à tribuna no dia de hoje, 8 de março, senão para homenagear as mulheres do nosso País, em especial as mulheres do meu Estado de Rondônia.

Vejo com entusiasmo as celebrações em homenagem às mulheres desde o dia de ontem aqui, no Senado Federal, em uma sessão especial de homenagem, e também na Câmara dos Deputados.

O debate amplo dos direitos de igualdade é uma conquista para todos nós. Não se pode negar que está em curso uma transformação nas instituições e na estrutura familiar, já que as mulheres têm assumido cada vez mais um papel de protagonismo.



A pesquisa do Ipea "Retrato das Desigualdades" verificou que o número de lares chefiados por mulheres subiu de 23% para 40% entre 1995 e 2015. A maior participação feminina nas decisões familiares indica uma mudança do padrão social. O modelo patriarcal tem cedido espaço ao ambiente doméstico mais democrático.

Entendemos que é importante a liderança compartilhada dentro de casa, superando uma longa história de opressão, mas esperamos que esse equilíbrio alcance também os espaços da vida pública. As mulheres merecem ampliar sua participação nos ambientes do trabalho e da política.

Dois anos atrás, eu presidia a uma reunião de uma comissão do Senado Federal em que nós recepcionamos uma delegação de Parlamentares da Suécia, do Parlamento sueco. E eu vi que a maior parte daquela delegação eram mulheres e perguntei qual era o percentual de mulheres no Parlamento da Suécia. E me responderam que era, simplesmente, 48%; 48% do Parlamento sueco, naquele momento, era representado pelas mulheres.

Depois, eu tive a curiosidade de entrar na internet para pesquisar alguns Parlamentos mundo afora. E encontrei um em que, se não me falha a memória, 65% dos Parlamentares são mulheres. Então, muitos países avançaram muito nesse debate e nessa conquista feminina na política. E o Brasil precisa, sem dúvida nenhuma, avançar mais. Todas as vezes em que eu tive a oportunidade de relatar projetos aqui, no Senado Federal, que beneficiassem as mulheres ou que pudessem abrir um espaço para elas, isso eu fiz.

Voltando aqui do parêntese, Sr^a Presidente, a mesma pesquisa do Ipea que citei, "Retrato das Desigualdades", mostrou também que a participação das mulheres no mercado de trabalho, em termos quantitativos, manteve-se constante nos últimos 20 anos. Portanto, o campo profissional não acompanhou a projeção alcançada na esfera domiciliar. As mulheres ocupam cada vez mais espaço no lar, como chefe de família, mas não estão ocupando esse mesmo espaço na esfera pública, no campo de trabalho.

Na política, igualmente, a participação feminina é bastante significativa, porém isso se deve mais à qualidade de representação do que ao número de cadeiras. Cerca de 15% dos assentos do Senado e apenas 10% da Câmara são ocupados por mulheres.

Eu parabeno as mulheres do Parlamento, aqui, do Senado Federal, as Senadoras. Parabeno as Deputadas Federais. E lá está a minha esposa, Deputada Marinha Raupp, já há seis mandatos consecutivos, defendendo as mulheres de Rondônia, defendendo as mulheres do Brasil. Ela, como professora, como psicóloga, como mãe de família, tem também se dedicado.

Então, esse pequeno percentual de mulheres no Senado e na Câmara acaba tendo uma representatividade maior pela garra, pela determinação das mulheres no Parlamento brasileiro. Não é uma representação ideal, uma vez que a população feminina é maioria no País, mas há uma clara evolução quando comparamos com legislaturas de décadas anteriores. Porém, é preciso avançar mais rapidamente.

Em todos esses anos, temos visto que o apoio a ações inovadoras conduz à construção de novos espaços e ao fortalecimento da igualdade. Nesse contexto, ressalto a pertinência do Diploma Bertha Lutz, que premia as mulheres de destaque no desempenho de suas atribuições. Esse é o propósito do prêmio, que está na 17^a edição. E, neste ano, tivemos a oportunidade de fazer justiça às 26 Deputadas constituintes, que ajudaram a escrever a Constituição cidadã de 1988. Não poderia haver melhor escolha para o momento, uma vez que, em 2018, celebramos 30 anos da entrada em vigor da Constituição cidadã, Constituição de 1988.



Por isso, parablenizo as 26 Deputadas constituintes que receberam ontem esse prêmio. Algumas delas ocupam atualmente cargos de Senadoras, Deputadas e continuam prestando um forte apoio à política do País. É claro que há vereadoras, prefeitas, governadoras espalhadas por todo o Brasil, também representando as mulheres.

Considero oportuno estender as homenagens a todas as nobres colegas Parlamentares pelo desempenho de suas funções no Congresso Nacional, com inegável competência. V. Ex^{as} são também autoras da atual Constituição, em razão das inúmeras emendas que são aprovadas aqui todos os anos, emendando essa mesma Constituição.

Por fim, devo dizer que considero que a luta pelos direitos de igualdade segue em direção a uma representação justa nos Poderes da República.

Parabenizo, na pessoa da Deputada Marinha Raupp e na pessoa da Presidente neste momento, Senadora Ângela Portela, todas as mulheres dos nossos Estados, especialmente as mulheres de Rondônia, e do Brasil pelos avanços alcançados. Espero que os próximos anos sejam ainda mais prósperos em conquistas.

Para encerrar, Sr^a Presidente, quero dizer que eu e a Deputada Marinha Raupp temos trabalhado pela melhoria da saúde da mulher no Estado de Rondônia. Cito, como exemplo, a inauguração e o credenciamento do Hospital do Câncer. Com o empenho da Deputada Marinha e nosso, houve o credenciamento e a busca de recursos para esse hospital. Eles têm contado também com a nossa participação. Recentemente, liberei R\$2 milhões para comprar tomógrafos, equipamentos sofisticados para a prevenção e o tratamento de câncer nas mulheres. Há algumas clínicas da mulher no Estado, trabalho da Deputada Marinha.

A Casa da Mulher Brasileira haveremos de construir em Porto Velho. Já temos o terreno, já temos um convênio. E vamos acelerar esse projeto tão importante para combater a violência contra a mulher em Porto Velho e em todo Estado de Rondônia.

Essas eram as minhas palavras, Sr^a Presidente, desejando sempre sucesso cada vez mais e que Deus possa iluminar as mulheres, que possa dar sabedoria, que possa dar força, coragem, que elas têm muito, garra e determinação para continuarem nessa luta pela igualdade em nosso País.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito obrigada, Senador Valdir Raupp. Que bom que V. Ex^a e a Deputada Marinha Raupp estão empenhados também na construção da Casa da Mulher Brasileira na capital do seu Estado. A nossa está pronta. Só falta o mobiliário. Por isso, nós estamos cobrando do Governo Federal, para que logo esteja à disposição das mulheres de Roraima a Casa da Mulher Brasileira.

Convido agora, para fazer uso da palavra, o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, eu queria saudar a todos e a todas que estão nos ouvindo e nos assistindo.

Sem dúvida nenhuma, é um grande dia por ser o Dia Internacional da Mulher. Eu quero hoje me solidarizar com as suas lutas, principalmente das mulheres paraenses e brasileiras. Mas é um dia de manifestações marcadas, com foco na resistência, na luta em defesa da democracia e contra o retrocesso que está sendo implementado no nosso País.



Às mulheres paraenses, especialmente aquelas que vivem no interior, muito perto ou dentro da floresta, que lutam todos os dias para mantê-la em pé, como se a floresta fosse a extensão de suas vidas, às mulheres ribeirinhas, às extrativistas, às artesãs, às quilombolas, às indígenas, a todas as mulheres da Amazônia, saudações!

Quero denunciar o ataque sistemático do Governo ilegítimo de Temer aos direitos das mulheres e dizer que, em um ano de Governo, eles já mostraram a face mais cruel do atraso e da violência crescente contra a mulher, com o desmonte do Estado, com cortes no orçamento que impactam diretamente a execução de políticas públicas, especialmente as implementadas durante os governos Lula e Dilma.

Os recursos para atendimento às mulheres em situação de violência, por exemplo, eram de R\$43 milhões, em 2016; caíram para R\$17 milhões no ano passado. Esta ação política infame paralisou o atendimento na Casa da Mulher Brasileira – é por isso que está faltando ainda o dinheiro para os móveis da Casa de Roraima, Presidenta – e prejudica programas importantes, como o serviço Ligue 180, de atendimento à mulher. Isso faz crescer novamente os índices de violência contra a mulher.

As reformas propostas pelo Governo Temer prejudicam todos os trabalhadores e trabalhadoras e são ainda mais perversas com as mulheres por desconsiderar as jornadas duplas e até triplas que as companheiras fazem. O aumento da jornada de trabalho, a precarização, a terceirização e o trabalho intermitente, atividades em locais insalubres, tudo isso mostra a face machista e cruel do Governo ilegítimo.

O PT criou os ministérios de empoderamento das mulheres: o Ministério Especial das Mulheres, o Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério da Igualdade Racial. São instrumentos constitucionais, institucionais, que criam as condições, no espaço de governo, no espaço de poder, para ter o poder de decisão igual a qualquer outro ministério.

Foi em nosso governo que se criou a central de atendimento, as unidades móveis no campo e na floresta e na fronteira. Todas essas agora paralisadas. Foi o PT quem elegeu a primeira mulher Presidente do Brasil, com 54 milhões de votos, cassada por este Parlamento sem nenhum crime cometido.

Hoje é dia de lutar contra o arbítrio, contra o machismo, contra as reformas da previdência e trabalhista, que tiram direitos, principalmente das mulheres, mas também devemos lutar em defesa da democracia. Resgatar a democracia é fundamental para a continuidade dos avanços estratégicos na busca de uma nação que crie condições de oportunidade para todos.

Viva as mulheres brasileiras!

Eu queria...

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Senador Paulo Rocha, antes de mudar de assunto...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pois não.

Uma grande mulher da Amazônia que está aqui representando, com certeza, todas as mulheres de que eu já falei aqui: as quilombolas, indígenas, ribeirinhas, extrativistas. Tem a palavra V. Ex^a.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E lá no nosso Estado são muitas, não é? Agora mesmo, Senador Paulo, eu falava, por telefone, com a Rádio Nacional de Tabatinga. Tabatinga é um Município fronteiriço, fica na tríplice



fronteira – Brasil, Colômbia e Peru – e é uma região muito violenta. Essa rádio nacional tinha uma locutora, uma pessoa extremamente querida na cidade e comprometida com a luta das mulheres. Ela foi morta. Ela foi morta pelo marido, que cometeu um feminicídio. Então, eu falava com elas agora, na rádio, sobre o Dia Internacional da Mulher e sobre as dificuldades que nós enfrentamos, Senador Paulo. E, quanto mais distante estão as mulheres, mais dificuldades elas encontram. Por exemplo, no Dia da Mulher, não basta que a gente fale sobre a violência física, a violência psicológica. Isso nos atinge, mas são outras formas de violência que nos atingem duramente. Por exemplo, querem vender as distribuidoras de energia elétrica da nossa Região. V. Ex^a é do Pará, V. Ex^a sabe o que significa isso. E com isso vai acontecer o quê? Vai acabar a energia. Vai acabar o Luz para Todos. E quem mais vai sofrer com isso? É a mulher. É a mulher que mais vai sofrer com isso. Na própria participação na política, Senador Paulo, quantas mulheres há na Bancada do Estado do Pará? Na Bancada federal, quantas mulheres são? E na Bancada de Deputados Federais?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – De dezessete são três. Acho que são três.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É um absurdo nós termos um percentual de 10% de mulheres no Parlamento. Isso faz com que os olhares do Parlamento não se preocupem, porque, se não formos nós, um ou outro Parlamentar tem esse olhar mais sensível para com as necessidades das mulheres e o combate à discriminação. No fundo, a gente vive numa sociedade que discrimina as mulheres. Então, Senador Paulo, eu pedi o aparte a V. Ex^a para dizer que, aqui neste Parlamento, a gente conta com alguns homens. E V. Ex^a é um dos homens com quem as mulheres podem contar e têm contado sempre, Senador Paulo. E V. Ex^a é um exemplo de que, para lutar pelo direito das mulheres, não precisa necessariamente ser mulher, basta ser um cidadão democrata e comprometido com os direitos humanos, o que V. Ex^a é e tem sido em toda a história parlamentar. Obrigada.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, minha amiga Vanessa.

Essa sua intervenção me faz lembrar a minha mãe, uma mulher da Amazônia, do interior, que teve 17 filhos. Eu sou o primeiro. E foi através da democracia que um operário ou uma mulher, como você lá da Amazônia ou como a Senadora Ângela, podem chegar a um espaço muito importante de luta por uma Nação, que é o Congresso Nacional. O que nós queremos é uma Nação onde todos tenhamos igualdade de oportunidade, principalmente as mulheres que têm um papel importante no desenvolvimento do nosso País.

Para concluir, eu queria aproveitar e trazer outro assunto, exatamente no Dia das Mulheres. Na verdade, é uma denúncia gravíssima, que ataca a educação. O Governo Temer excluiu, no dia 28 de fevereiro, Senadoras, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor)...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. E ataca de novo as mulheres, porque é a maioria das mulheres que ensinam, principalmente nas nossas Regiões Norte e Nordeste, onde as nossas professoras ainda não têm formação superior adequada.



Foi criado em 2009, pelo Presidente Lula, esse plano que beneficia, que dá oportunidade às chamadas professoras primárias de ter o nível superior, pois é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

São as professoras das Regiões Norte e Nordeste que enfrentam as limitações. Dou um número aqui: são 25.558 solicitações de vagas para um total nacional de 5.352.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por isso, eu queria trazer mais essa denúncia...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que é um desmonte das políticas públicas que nós já tínhamos construído no Brasil. Agora nós estamos assistindo a um verdadeiro retrocesso.

Por isso, é fundamental que valorizemos a ida das mulheres às ruas hoje para protestar, mas principalmente para assegurar os seus direitos conquistados.

Nenhum direito a menos!

Viva as mulheres e viva a democracia!

A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Obrigada, Senador Paulo Rocha. Parabéns por sua luta.

Quero também aproveitar para mandar o meu abraço, neste Dia Internacional da Mulher, a todas as donas de casa, às profissionais liberais, às servidoras públicas – 55% das vagas no serviço público são ocupadas por mulheres –, às professoras, às mulheres indígenas, neste dia especial, em homenagem a todas as mulheres brasileiras e roraimenses.

Convido agora, para fazer uso da palavra, como Líder, o Senador Fernando Bezerra Coelho.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Enquanto o Senador se dirige, eu lamentavelmente tenho de fazer este registro e o faço bastante entristecida.

Eu estou encaminhando à Mesa, Presidente Senadora Ângela, um requerimento que solicita a inserção, nos *Anais*, de um voto de pesar pelo falecimento de Leopoldo Peres Sobrinho.

O Dr. Leopoldo Peres foi um homem que ocupou vários cargos públicos no Estado do Amazonas. Irmão do ex-Senador Jefferson Peres, era um homem de um intelecto bastante significativo e contribuiu muito com o desenvolvimento do Amazonas nesses últimos anos. Faleceu no último dia 5.

Portanto, eu apresento este voto de pesar, que gostaria que fosse dirigido a toda a sua família, amigos, porque o Estado do Amazonas está sofrendo muito com o seu passamento.

É o registro que faço.

Muito obrigada.



A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – A Mesa do Senado vai encaminhar a sua solicitação, conforme o Regimento.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia 6 de março é uma data especial para todos nós que nascemos e vivemos em Pernambuco. Um dia para reforçar o nosso imenso orgulho em sermos filhos dessa terra de gente valente e trabalhadora.

Nesta data, completamos 201 anos da Revolução Pernambucana, o primeiro grito de liberdade e independência da história do Brasil. Também conhecida como Revolução dos Padres, o movimento de dois séculos atrás tinha inspirações no Iluminismo e defendia o fim do absolutismo da monarquia portuguesa.

Ao chegarem ao poder, os revolucionários de Pernambuco deram passos importantes em direção à democracia institucional que temos hoje. Foi elaborada uma constituição que previa a separação do Estado em três poderes independentes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Ficou ali estabelecida a liberdade de culto religioso, assim como a liberdade de imprensa, um fato absolutamente novo para aqueles tempos.

O movimento revolucionário acabou sendo reprimido com enorme violência pela coroa portuguesa, e seus principais líderes receberam a pena de morte. Porém, a história tratou de fazer a devida justiça àqueles homens que tiveram a ousadia de querer mudar o mundo.

Os ideais da revolução de 1817 foram incorporados aos mais importantes anseios democráticos. Os revolucionários estão imortalizados na bandeira de Pernambuco, que é praticamente idêntica à do movimento.

Nos últimos anos, graças aos esforços de muitas pessoas, a história da revolução de 1817 vem sendo resgatada e contada aos mais jovens. Esse trabalho é fundamental para que as novas gerações conheçam e valorizem os fatos e os personagens importantes para a construção de nosso Estado.

Quero aqui homenagear a todos e a todas empenhados nesta missão. E o faço traduzindo o coletivo, em nome de duas pessoas que se empenharam de maneira especial nesta tarefa. Parabenizo, portanto, a Deputada Estadual Terezinha Nunes, do PSDB, por ter sido a autora do projeto que cria a Data Magna de Pernambuco, em alusão ao movimento.

Que a revolução de 1817 e o espírito dela jamais sejam esquecidos. Que as ideias dos revolucionários possam nos inspirar, para prosseguirmos lutando por uma sociedade mais justa, moderna e solidária.

Sr^a Presidente, quero também fazer um registro das celebrações que marcam o Dia Internacional da Mulher, uma data que nos chama para a reflexão sobre algo tão caro quanto a igualdade. Em pleno século XXI, ainda convivemos com enormes diferenças entre homens e mulheres. Conforme os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar, a PNAD, os homens ainda recebem pelo menos até 50% a mais que as mulheres, mesmo no exercício de funções idênticas.

A luta para acabar essa desigualdade não pode ser só das mulheres, mas deve ser de todos nós que defendemos a construção de uma sociedade mais equilibrada, justa e fraterna. Desde que cheguei a esta Casa, em 2015, tenho empreendido esforços no sentido de aprovar projeto de



lei de minha autoria que torna crime a distorção salarial de gênero, uma bandeira que defendi na campanha eleitoral de 2014 e que tenho orgulho de carregar. Vamos persistir nessa batalha, até que mulheres e homens possam ser tratados da mesma maneira.

Ontem esta Casa, o Congresso Nacional, homenageou as mulheres constituintes, na pessoa da Senadora Lúcia Vânia, na pessoa da Senadora Lídice da Mata, da então Senadora e hoje Deputada Benedita e de muitas outras mulheres constituintes.

Mas eu gostaria de fazer aqui um registro especial a uma política brasileira, a uma mulher pernambucana. Falo da minha então colega de Constituinte, companheira de tantas caminhadas, Cristina Tavares.

Maria Cristina de Lima Tavares Correia nasceu em Garanhuns, no Agreste de Pernambuco, em 1935. Aos 20 anos, concluiu o curso de Línguas Neolatinas na Faculdade de Filosofia do Recife e ingressou na carreira de jornalista.

Corajosa e aguerrida, foi uma das vozes mais ativas contra a ditadura militar. Em 1978, foi eleita pela primeira vez pelo MDB, para o cargo de Deputada Federal. Pouco tempo depois faria história, sendo a primeira mulher a ocupar a Liderança de uma Bancada no Congresso brasileiro.

Visionária, Cristina foi pioneira ao compreender a importância da informática para o desenvolvimento de uma nação. Fez uma defesa intransigente para a consolidação da Política Nacional de Informática, que permitiu ao setor criar as bases para o seu desenvolvimento.

Portanto, fica aqui, na homenagem que se presta à mulher brasileira, essa lembrança que faço dessa política, dessa Deputada pernambucana que foi Cristina Tavares.

E, para encerrar, Sr^a Presidente, eu gostaria de reafirmar o que já tenho colocado há algumas semanas, para dizer que a expectativa da criação de um milhão de empregos formais, em 2018, a partir da previsão do Banco Central de crescimento do Produto Interno Bruto em 3,3%, para este ano, começa a se confirmar. Hoje, trago recentes dados que vêm corroborar o meu otimismo com a retomada do crescimento e a consequente geração de emprego.

O Governo Federal registrou superávit primário de R\$31 bilhões em janeiro. Descontada a correção monetária, esse é o melhor resultado para o mês desde o ano de 2013. Para que se tenha uma ordem de grandeza, o resultado do mês de janeiro foi de R\$18 bilhões.

A receita total do Governo Federal registrou aumento de quase 12%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse montante, houve aumento expressivo na arrecadação de tributos ligados ao fortalecimento da atividade econômica. Por exemplo, a alta de 19% no IPI indica a recuperação do setor industrial; já a alta de quase 13%, em relação a janeiro de 2017, na arrecadação do PIS/Cofins, está intimamente ligada ao fortalecimento do mercado consumidor.

O aumento na arrecadação também foi impulsionado pelo Refis, aprovado aqui pelo Senado Federal, que significou, somente em janeiro, quase R\$8 bilhões a mais nos cofres do Governo.

Do lado da dívida pública, as medidas adotadas pelo Governo começam a mostrar resultados cada vez mais consistentes. Influenciado pela reforma constitucional do teto de gastos públicos, houve uma redução na dívida pública, em janeiro, de 0,87% em relação a dezembro.

Tanto a dívida externa quanto a interna apresentaram queda. O Governo está gastando menos, porém com mais qualidade. Foram aplicados, sobre a rubrica de investimentos, quase 1,5 bilhões em janeiro, o que representa 24% a mais, em relação ao mesmo período anterior.



Esse aumento representa mais recursos direcionados a políticas públicas voltadas para o bem-estar do povo brasileiro, como programas sociais, e não para despesas voltadas para o custeio em si do Estado.

Essa arrumação nas contas públicas começa a refletir na melhora da percepção do mercado em relação ao Governo brasileiro. Exemplo disso é a expressiva redução do custo da dívida pública. Pelos dados do Tesouro, a dívida pública, em janeiro, teve custo médio de 16,4% – em janeiro de 2016. Em janeiro deste ano, a taxa caiu para 10%, e analistas estimam que cheguem a 8,7% ao final deste ano.

Isso é resultado, sobretudo, do aumento da confiança na equipe econômica do Governo Federal, aliada à redução sustentável da taxa Selic.

Governos anteriores reduziram a Selic na marra...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – ... sem haver fundamentos macroeconômicos que embasassem essa redução, surtindo pouco efeito, contudo, porque o mercado sabia que isso era insustentável.

Embalado nesses números positivos, o Brasil registrou menor déficit externo para janeiro em oito anos, segundo dados do Banco Central. Os investimentos diretos, no País, somaram US\$6,5 bilhões em janeiro, muito acima da expectativa de 3,8 bilhões. Na verdade, as economias mais avançadas do mundo já enxergaram que o Brasil está mudando e caminha no rumo certo.

Em suma, Sr^a Presidente, encerrando, as medidas tomadas pelo Governo Federal começam a mostrar resultados satisfatórios e, daqui para a frente, acredito, só tendem a melhorar ainda mais, trazendo mais desenvolvimento econômico e progresso, emprego e renda, em benefício direto aos milhões de brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Obrigada, Senador Fernando Bezerra.

Passo a palavra agora para o Senador Lasier Martins.

Enquanto ele sobe à tribuna, eu queria mandar o meu abraço, em nome de todas as mulheres de Roraima, à nossa Deputada Ângela Águida Portella, Deputada Aurelina e Deputada Lenir Rodrigues; mandar o nosso abraço também às Deputadas Shéridan e Maria Helena, da nossa Bancada Federal, e às nossas Vereadoras da capital, Dr^a Magnólia, Vereadora Aline e a Vereadora Míriam. O nosso abraço especial a essas mulheres que batalham para ter um espaço na política do nosso Estado.

Senador Lasier Martins com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente dos trabalhos, Senadora Ângela Portela, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Presidente Ângela Portela, eu venho à tribuna por duas razões: primeiro, antes de entrar no tema que me traz aqui, para deixar registrado que a comemoração do Dia Internacional da Mulher é sempre uma oportunidade de convergirmos para ações que lhes garantam mais respeito e autonomia.

Então, por isso, sugeri à Bancada feminina desta Casa, em contato com a Senadora Simone Tebet, ontem, a inclusão, na pauta prioritária de projetos de interesse das mulheres, do Projeto



de Decreto Legislativo 377, de 2015, já aprovado na CCJ, que trata de sustar uma portaria do Ministério da Saúde que, na prática, restringe o acesso às mamografias pelo SUS. Restringe apenas às mulheres a partir dos 50 anos, o que é inadmissível. No entanto, a Lei 11.664, de 2009, garante esse direito às mulheres, a partir dos 40 anos. Se esse entendimento hoje é diferente, que se faça uma alteração na lei, com ampla discussão no Congresso Nacional.

Assim, contando com o apoio dos colegas para a votação desse projeto, aproveito para deixar aqui a minha homenagem e o meu abraço a todas as mulheres do Brasil.

Então, Sr. Presidente Paulo Paim, eu gostaria que a Secretaria encaminhasse à Presidência dos trabalhos, para, ainda antes da Ordem do Dia, a leitura do requerimento de urgência, para tratarmos dessa restrição hoje existente, com relação às mamografias pelo SUS.

Esse era o primeiro assunto.

O segundo assunto, Sr. Presidente... Não sei se V. Ex^a tomou conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Lasier, já consultei a Secretaria-Geral da Mesa. Hoje não tem Ordem do Dia.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Ah, então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não temos números para deliberar. Mas já há o compromisso, que eu assumo, e a Mesa também, de, na próxima semana...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... fazermos a leitura.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito.

Mas eu estava dizendo, Sr. Presidente Paulo Paim e Senadores, que houve um evento, um acontecimento muito desagradável, agora, pela manhã, e justamente no dia de comemoração, de promoção, de festejo às mulheres, que precisam e já vivem uma situação bem melhor, mas nós todos aqui lutamos pela igualdade completa das mulheres em relação aos homens.

Acontece, Sr. Presidente, que houve, agora pela manhã, uma invasão ao parque gráfico do jornal *O Globo*, no Rio de Janeiro – a sua cidade, Senador Lindbergh. O seu Estado.

Eu quero aqui registrar primeiro a notícia que está sendo divulgada pelos jornais.

Cerca de 400 integrantes do Movimento dos Sem-Terra, a maioria mulheres [o que é lastimável, porque, quando tanto defendemos aqui as mulheres, há essa violação à Lei de Imprensa, à liberdade de imprensa], invadiram o parque gráfico do *Globo* na manhã desta quinta-feira.

Entre os manifestantes, que chegaram em dez ônibus, havia pessoas armadas com facões.

O grupo parou no estacionamento para visitantes, de acesso livre, e invadiu o prédio.

Os seguranças da empresa não impediram a invasão, devido à quantidade de pessoas.

Os manifestantes fizeram pichações de mensagens políticas em vidraças, sofás, paredes e no piso. Também atearam fogo em pneus, ao redor de um totem com o nome do jornal, que é de metal e não chegou a ser danificado.



Os invasores gravaram toda a ação e divulgaram em redes sociais. Meia hora depois da invasão, o grupo deixou o local. Não houve feridos.

A polícia vai investigar o caso. Uma perícia foi enviada ao local.

Diante disso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, já tenho em mãos uma nota de repúdio expedida pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Nacional de Editores de Revista (Aner) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ), repudiando

com veemência a invasão promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao parque gráfico do jornal *O Globo*, na manhã desta quinta-feira, 08, no Rio de Janeiro.

Cerca de 400 integrantes do MST ocuparam o local, levando baderna e vandalismo às instalações. Muitos dos manifestantes, armados com facões, fizeram pichações em vidraças, sofás, paredes e no piso do jornal, além de atearem fogo em pneus.

É inadmissível que um grupo, que se diz defensor de causas sociais, ameace e ataque profissionais e meios de comunicação que cumprem a missão de informar a sociedade sobre assuntos de interesse público.

Atos criminosos como este são próprios de grupos extremistas, incapazes de conviver em ambiente democrático, e não pautarão os veículos de comunicação brasileiros.

A Abert, a ANJ e a Aner condenam o ataque e pedem às autoridades uma rigorosa apuração do fato, com a punição dos responsáveis, para que vandalismos como este não voltem a se repetir.

Assinam a nota de repúdio a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, a Associação Nacional de Editores de Revistas e a Associação Nacional de Jornais.

Sr. Presidente, era esse o registro que eu queria fazer, referendando essa nota, porque nós estamos vivendo uma época em que tanto se luta pela completa democracia, pela ordem, onde se cuida bastante da segurança dos dias atuais, se exaltam as mulheres, e vemos com pesar que a grande maioria daqueles que invadiram o jornal *O Globo*, um jornal tradicional dos brasileiros, um dos jornais mais lidos do País, cujo parque gráfico foi invadido... Que pena que justamente as mulheres estejam participando tão ativamente desse movimento.

Era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Lasier Martins, a Sr^a Ângela Portela deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Senador Lasier Martins, que fez o registro da nota expedida por órgão de comunicação em relação ao fato que aconteceu no Rio de Janeiro com o jornal *O Globo*.

Passamos a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade hoje o protagonismo todo é das mulheres. A voz que tem que ser ouvida no Parlamento, nesta Tribuna, é a voz das mulheres, não é, Senador Paulo Paim?

Eu fui o último inscrito aqui, e quero falar sobre esse tema, porque as cppas dos principais jornais de hoje trazem um estudo do IBGE. A capa do jornal *Folha de S. Paulo* traz aqui:



"Salário desigual entre mulheres e homens reduz o PIB". E está aqui também o estudo do IBGE falando da diferença salarial em cada capital do País.

Eu sou autor, Senador Paulo Paim, de um projeto que eu espero que seja votado na próxima quarta-feira na CCJ, porque as mulheres organizaram uma pauta para a próxima reunião da CCJ, ainda no trabalho do mês das mulheres, que é o mês de março. O meu projeto fala sobre a equiparação salarial entre homens e mulheres, porque infelizmente, hoje, numa mesma função, numa mesma empresa, há situações em que uma mulher recebe um salário diferente do homem, por ser mulher. Os estudos aqui apontam que as mulheres recebem algo em torno de 75% do salário dos homens; e pior: quando se trata de mulheres negras, algo em torno de 40% dos salários dos homens.

Quero aqui trazer mais alguns dados sobre isso, que saíram nesse estudo do IBGE, que foi divulgado ontem, "Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil".

Vários fatores contribuem para as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Em 2016, as mulheres dedicavam em média 18 horas semanais ao cuidado de pessoas ou a afazeres domésticos, 73% a mais do que os homens, que gastam algo em torno de 10 horas. A diferença chega a 80% no Nordeste, 19 horas dedicadas a afazeres domésticos contra 10 horas dos homens.

Para o IBGE, isso explica em parte a proporção de mulheres ocupadas em trabalhos de tempo parcial, de até 30 horas semanais. Nesse caso, o número é dobrado. As mulheres têm 28% de trabalho em tempo parcial contra os homens, que têm 14% apenas.

E aqui se fala novamente dos salários. É o que falei: as mulheres recebem 75% dos salários dos homens.

Uma combinação de fatores pode explicar essa diferença. Por exemplo, apenas 37,8% dos cargos gerenciais são ocupados por mulheres – 37,8%. Essa diferença aumenta com a faixa etária, indo a 43% de cargos de chefia nos grupos até 29 anos e 31% nos de mais de 60 anos.

As agruras das mulheres no trabalho se refletem na institucionalidade política. Infelizmente, há apenas 9,9% de representação feminina na Câmara e 13% no Senado, quando a gente sabe que as mulheres representam mais da metade da população brasileira.

Eu, Sr. Presidente, vou fazer um pronunciamento curto hoje, porque hoje é este dia, Dia Internacional da Mulher. Tenho um discurso sobre economia pronto, mas vou deixar para fazer na próxima segunda-feira, porque nós não vivemos uma recuperação econômica, estamos estagnados.

E quero voltar a bater nesse tema. O crescimento do ano passado foi de 1%, mas o crescimento do PIB do último trimestre foi 0,1%. Nós fomos caindo. Nós tivemos um crescimento de 1,3% no primeiro trimestre, que está caindo, porque essas políticas de austeridade que estão aí sendo colocados não têm força para tirar a economia dessa crise. Mas falarei isso na segunda-feira.

No dia de hoje, o que quero deixar registrado aqui é este meu projeto que combate justamente essa distorção salarial.

Eu quero pedir o apoio aqui das Senadoras e dos Senadores, para votar na próxima semana. Meu projeto proíbe que, numa mesma função, haja salário diferente de homem e de mulher. Se uma empresa fizer isso, vai ser multada; se persistir, a multa vai ser dobrada, e ela vai ser incluída numa lista do Ministério do Trabalho, para que haja ali fiscalização permanente,



porque não dá para aceitar, em pleno século XXI, que numa mesma função, a mulher receba um salário inferior ao do homem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, ao tempo em que eu convido o nobre Senador Paulo Paim, do PT, do Rio Grande do Sul, a ocupar a tribuna.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Elmano Férrer, Senador Lindbergh, eu venho à tribuna em razão da reunião que tivemos na Comissão do Trabalho, e falei também com o Deputado Marçal Filho. É um projeto, Senador Lindbergh, que vai na mesma linha que o seu, só que esse é um pouco mais específico, porque todo ano eu reclamo aqui, quando há atos em relação às mulheres, porque se fala – fala, fala, fala –, mas não aprovam o Projeto nº 130, de 2011.

O projeto nº 130, de 2011, veio da Câmara dos Deputados. O Deputado Marçal Filho é o autor e pediu que eu o relatasse. Eu relatei o projeto, o aprovamos nas Comissões, estava pronto para ser votado no Plenário e, aí, houve um recurso para o projeto ir para não sei que Comissão aí, porque não tinha mais nada a ver com o tema.

Eu fiquei preocupado. Ainda falava com o Deputado Marçal Filho e já há duas, três Confederações, a Confederação das Mulheres de São Paulo, que estão fazendo uma campanha nacional para que o projeto seja aprovado. Eu espero que a Casa vote. Foi aprovado na Câmara, foi aprovado nas Comissões, só falta votar aqui, agora, no Plenário. Não precisaria nem ter vindo para o Plenário. Deveria ter ido para a sanção direto.

Então, eu vou discorrer, rapidamente, sobre essa campanha nacional que existe, da qual a gente está fazendo parte e que vai, Senador Lindbergh, na mesma linha do seu projeto. Isso não é problema, a gente constrói o entendimento.

Digo eu:

Faz-se necessário, em caráter urgente, uma campanha de fato nacional pela igualdade de salários entre homens e mulheres. O Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, de autoria do Deputado Marçal Filho, prevê multa em razão da diferença salarial entre homem e mulher. Já foi aprovado nas comissões, mas houve recurso e voltou para as comissões.

É inaceitável – e falava com o Deputado Marçal – que, em pleno século XXI, ainda ocorra esse tipo de prática. Por isso, não dá para fazer só homenagem às mulheres, homenagem às mulheres, mas não se vota um projeto importante como esse.

Hoje, na Comissão de Direitos Humanos, que eu estava presidindo, era um debate sobre a vida das mulheres, a saúde, a questão da segurança, da violência, do emprego. Lá foi dito, por exemplo, que nos últimos três anos dobrou o número de mulheres que perderam o emprego. Ou seja, a escalada do desemprego atinge principalmente a juventude e as mulheres.

É por isso que essa campanha que está sendo organizada por algumas confederações, principalmente de mulheres, tem que ter eco aqui no Congresso Nacional. É um projeto que está desde 2011 relatado e aprovado na Câmara e no Senado, só falta o Plenário. E o Plenário faz homenagem e não vota esse projeto? É a velha história do mercado, ou seja, é que o poder



econômico não deixa votar isso. O poder econômico, Senador Lindbergh, vai nessa linha e travou o projeto desde 2011. As mulheres brasileiras estão nesse debate, estão construindo esse caminho há muito tempo, há muito tempo. Não tem sentido, na mesma função, na mesma atividade... O projeto passou por audiências públicas na Câmara e no Senado, por diversas audiências públicas, e não votam. Simplesmente não votam.

Eu faço aqui um apelo mais uma vez à Casa para que a gente vote essa matéria, para que se construa aqui um acordo, um entendimento, e é possível construir esse acordo. Vamos aprovar o projeto e depois ele vai à sanção. Não é preciso retornar à Câmara dos Deputados. Temos que mudar este quadro, ou seja, a mulher ganhar 30%, 40% a menos do que o homem na mesma atividade. As mulheres reclamaram, protestaram, inclusive hoje pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, e também nos eventos que estão acontecendo em todo o País no dia de hoje. Elas só pedem isto: mesmo trabalho, mesmo salário; mesma função, mesmo respeito em matéria de pagamento pelo trabalho prestado.

É por isso que nós já falamos ontem aqui da tribuna sobre o 8 de março, que foi antecipado por causa do movimento das mulheres. Eu quero mais uma vez insistir que é preciso aprovar não só um projeto, mas diversos projetos. Hoje de manhã, por exemplo, na área da saúde, foram listados – e eu vou entregar isso ao Presidente da Casa – pelas mulheres oito projetos, todos na área da saúde, que são de interesse das mulheres, principalmente na área correspondente ao câncer e outras doenças que atingem de forma cruel as mulheres. Essas mulheres, como foi dito lá, por serem cheias de vida e de uma vontade tenaz, corajosas, querem ter direito à vida, à liberdade, querem combater a violência e querem ter direitos iguais.

Sr. Presidente, eu também tive a satisfação de ser aqui no Senado, no Congresso, o Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Essa frente foi criada, na verdade, pelo Deputado Edegar Pretto, do Estado do Rio Grande do Sul, do PT, ex-Presidente da Assembleia gaúcha. O Edegar vem fazendo um belíssimo trabalho nacional e também no Estado com esse movimento de combate à violência em relação às agressões que sofrem as mulheres. E eu me somei – ele esteve aqui no lançamento – a essa frente parlamentar dos homens contra a violência às mulheres. O trabalho da frente está indo muito bem. O exemplo do Rio Grande do Sul já foi reproduzido em outros Estados, e frentes também foram criadas em Municípios. Eu espero que essa frente contribua para avançarmos mais nessa linha de defesa das mulheres.

Sr. Presidente, eu vou, mais uma vez, insistir na importância de nós apensarmos os dois projetos, se não são idênticos, e aprová-los. Eu não sou contra aprovar nenhum dos dois, eu sou favorável a aprovar os dois. Se, em 2011, foi apresentado e aprovado na Câmara, por que o Senado não vota? E agora há o projeto do Senador Lindbergh.

Enfim, eu quero também registrar aqui, Sr. Presidente, o artigo muito bem escrito pelo Juiz do Trabalho Jorge Luiz Souto Maior cujo título é: "Caminhamos cada vez mais para o labirinto jurídico criado pela reforma trabalhista". Esse renomado jurista e professor da USP também colabora com a Subcomissão do Estatuto do Trabalho, de que sou o Relator – que já está na 18ª reunião –, para aprovar um projeto que revogue a atual reforma que foi feita, que retirou direito dos trabalhadores, que rasgou a Constituição da era Vargas para cá, para que possamos, então, ter um verdadeiro estatuto do mundo do trabalho. Disse o Juiz:



A Lei 13.467/17, independentemente de se questionar o seu ideário, é repleta de impropriedades técnicas, que impedem a sua aplicação [...], aqueles que vislumbravam com o advento da referida lei a saída para alguns de seus problemas jurídicos específicos [se enganam muito; só vai complicar ainda mais].

Volto [...] com o argumento de que a Lei 13.467/17, da denominada “reforma trabalhista”, foi elaborada (a muitas mãos e sem [a precisão de] uma comissão de juristas) [...].

No tempo em questão e dada a amplitude da lei, pela qual se pretendeu alterar profundamente a regulação das relações de trabalho no Brasil, desprezando conquistas históricas e sufocando [...] [tudo aquilo que foi construído por longo de décadas e décadas com a participação da própria Justiça do Trabalho, dos sindicatos, de advogados do mundo do trabalho, de grandes movimentos que pelearam para essa construção], na esfera processual, seria impossível que se conseguisse fazer uma obra legislativa perfeita e acabada, por mais competentes e inteligentes que fossem os seus elaboradores [...] [o que construíram foi de fato uma bagunça, uma lambança que não tem como ser aproveitada, e, por isso, juízes já montaram uma comissão de 60 especialistas na área para rediscutirem a reforma].

A primeira demonstração concreta do tamanho do imbróglia jurídico que se criou com a referida lei se deu em Brasília, nos dias 9 e 10 de outubro de 2017, na 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, promovida pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), quando mais de 600 juízes, procuradores e auditores fiscais do Trabalho, além de advogados e outros profissionais do Direito, divididos em oito comissões temáticas, debateram mais de 300 propostas de enunciados sobre a nova lei e aprovaram 125 enunciados, quase todos em contraste com várias das projeções que se faziam a partir [...] [dessa dita reforma].

Esse evento gerou uma reação bastante ruidosa [...] [no Brasil], que, mesmo sem sequer terem parado para ler a lei e não possuindo o conhecimento jurídico mínimo para compreenderem que uma lei, sozinha, não dita o ordenamento jurídico, estando sujeita, sobretudo, aos preceitos constitucionais e aos princípios jurídicos do ramo do Direito no qual se insere, saíram por aí dizendo algo um tanto quanto incompreensível, mas bastante ameaçador, de que os juízes do Trabalho, reunidos em Brasília, se portaram como rebeldes [ah, como seria bom se todos fossem rebeldes], pois teriam dito, pelo teor dos enunciados, que não iam aplicar a lei.

A propósito disso, houve até quem tivesse proposto que se acionassem juízes no CNJ, para questionar, em reclamação disciplinar, o conteúdo de suas decisões judiciais, caso o denunciante compreendesse que o juiz se "recusou a aplicar a lei da [dita] reforma" [que é uma esculhambação].

Essas entidades, certamente, fingem desconhecer [empresariais] as complexidades jurídicas promovidas pela Lei 13.467/17 porque, no fundo, não querem que isso seja verdade, afinal, a lei, em diversos aspectos, tentou trazer normatização favorável aos seus interesses econômicos e admitir que a lei tenha impropriedades e que [...] [seja inconstitucional] seria assimilar a situação como uma grande oportunidade perdida.



Fizeram uma lei malfeita, que não tem como aplicar. Por isso, ela tem que ser revogada. Apresentamos já projeto nesse sentido para que no lugar se coloque um novo Estatuto do Trabalho, que já está avançado na redação final. Vamos apresentar no dia 1º de maio a primeira versão.

A tal lei, no entanto, até hoje não foi assimilada pelo ordenamento jurídico e sequer foi materialmente concluída, já que estão tentando, a todo custo, consertá-la.

O ex-Ministro do Trabalho tentou até formar uma comissão, mas depois acabou desistindo, porque nem por ali ele estava achando formas de ajustar o texto.

As complexidades [...] [dessa dita reforma] são tantas e tão explícitas que vários são os eventos que atestam [isso que está escrito aqui, ou seja,] essa realidade.

Destaque-se, inicialmente, o andamento da ADI 5.766, pela qual se questiona [inclusive] a constitucionalidade do artigo 790-B, da CLT (*caput* e parágrafo 4º), que responsabiliza a parte sucumbente (vencida) pelo pagamento dos honorários periciais, ainda que beneficiária da Justiça gratuita, e do art. 791-A, que considera devidos honorários advocatícios de sucumbência por beneficiário de Justiça gratuita, vez que contrariam o princípio do acesso à Justiça e a disposição [...] da [nossa] Constituição [...], artigo 5º, inciso, LXXIV, que estabelece que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Como é que querem que o trabalhador pague o resultado da ação na Justiça, quando a Constituição diz que é um direito gratuito?

Fato concreto é que a ADI 5.766, proposta pelo procurador-geral da República, em 28 de agosto de 2017, ainda não teve [...] manifestação, em sede liminar, de seu relator, ministro Roberto Barroso, e até hoje não foi posta em [...] julgamento.

Para complicar ainda mais [...] [o quadro], em 14 de novembro de 2017 – três dias após a entrada em vigor da lei –, foi publicada, em edição especial do *Diário Oficial da União*, a MP 808, cujo teor [...] [substitui grande parte da lei aprovada].

Durma-se com um barulho desse. É uma balburdia jurídica criada por essa lei. Encaminham uma MP, cuja comissão foi, enfim, instalada esta semana. Há cerca de mil emendas tanto da oposição como da situação. Calculem como fica o empregador lá fora.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que ele vai respeitar? A dita reforma, a MP apresentada ou as mil emendas que poderão ou não ser contempladas? A insegurança jurídica aumentou, Sr. Presidente.

A MP 808 [eu faço parte do grupo que a está discutindo, vamos começar semana que vem], à guisa de fazer alguns reparos, promoveu nada mais nada menos que 85 modificações [...] [na dita lei em debate], como, por exemplo, os termos e limites da parametrização da reparação (antes mal denominada "indenização") por dano extrapatrimonial.

As alterações, inclusive, foram baseadas em muitos dos argumentos apresentados pelas avaliações críticas [...] [a essa lei].



[...]

[Sr. Presidente,] [...] o Tribunal Superior do Trabalho, no dia 6 deste mês, publicou a Resolução Administrativa 1.953, pela qual se resolveu constituir uma Comissão formada por nove ministros [outra comissão] do Tribunal Superior do Trabalho, "com a finalidade [...]" [de buscar entendimento nessa famosa reforma, que se chama Lei 13.467].

Já é a terceira comissão, uma agora do TST, para tentar entender o que foi feito. Câmara aprova, o Senado carimba, simplesmente carimba, sem discutir e alterar aquilo que estava de errado e que veio da Câmara dos Deputados.

Nos termos do artigo 2º da referida resolução, a "Comissão disporá do prazo de 60 (sessenta) dias para ultimar...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

... a regulamentação da referida lei, prorrogável, a critério dos seus componentes, por [mais] tempo [se] necessário [...] [sem limite].

Podemos passar todo ano que vem com uma comissão do TST discutindo se essa lei deve ou não deve ser aprovada, com nós aqui discutindo também na comissão em que eu sou Relator.

Ora, se as autoridades judiciárias máximas em Direito do Trabalho no Brasil precisam de 60 dias para discutir a regulamentação da dita reforma, podendo depois prorrogar, se não chegarem a um entendimento, pelo tempo que bem entenderem, eu diria de novo: que lambança é essa?

Sr. Presidente, essa mudança:

[...]

trouxe mais de 200 alterações na CLT, [...] [uma mais conflitante que a outra, e a redação malfeita pelo Relator da Câmara, que o Senado não revisou, resultou nesse quadro];

[...] motivou a formulação de 125 enunciados interpretativos e integrativos, publicados na 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho promovido pela Anamatra [...];

[...] sofreu 85 alterações ditadas pela MP 808, sendo que os próprios termos da MP 808 trazem novos confrontos [...] [nessas 85 mudanças que eles fazem];

E eu estou lá na comissão, que eu espero que seja instalada definitivamente na terça, com a indicação do Relator, em que nós vamos chamar especialistas como Souto Maior, para que eles expliquem o que é isso.

O correto, Sr. Presidente, era nós arquivarmos essa proposta...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e nos debruçarmos sobre o Estatuto do Trabalho que estamos formulando com especialistas na área.



[Essa bagunça] está hoje sob estudos de uma comissão no TST, que [...] [vai, como dizia antes, continuar o debate];

[Existe já, no Supremo Tribunal Federal, questionamento] em 18 ações: ADI 5.766 (relator ministro Barroso); ADI 5.794 (relator ministro Fachin); ADI 5.806 (relator ministro Fachin); ADI 5.810 (relator ministro Fachin); ADI 5.811 (relator ministro Fachin); ADI 5.813 (relator ministro Fachin); ADI 5.815 (relator ministro Fachin); ADI 5.826 [...]; ADI 5.829 [...]; ADI 5.850 [...];

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Enfim, são 18 ADIs – de algumas, inclusive, o Relator é o Ministro Gilmar –, e continua aqui com o número e o nome de cada relator dessa bagunça que Temer e a Câmara fizeram – porque para lá foi encaminhado. E o Senado cometeu um equívoco histórico. E eu denunciei, naquele dia, que a maioria não havia lido isso aqui, pois, se lesse, não aprovaria. Está comprovado: se lesse, não aprovaria.

Eu li porque eu era o Relator. Era deste tamanho, 200 mudanças. Eu tive que ler; e li ao vivo na CCJ, li na Comissão de Assuntos Sociais. Eu li tudo e vi que era um absurdo. E quem estava ouvindo achava que eu estava brincando, que não era verdadeiro aquilo. Era tão verdadeiro que está aqui o resultado agora.

Estou terminando, Sr. Presidente.

Então, as decisões são contraditórias, porque há muita contradição de um texto para o outro, inclusive, como dizia, da própria MP.

Sobre um de seus pontos, o do negociado sobre o legislado, a própria OIT se manifestou já, pois é um absurdo a lei não valer para o trabalhador, só valer para o empregador; porque as leis do mundo do mercado valem todas, mas as leis do mundo do trabalho não valem mais nada agora.

Alguém pode achar que isso não é verdade, mas como não é verdade? A própria OIT manda para o Brasil um questionamento: "Que lei é essa?" Está aqui.

A ideia do negociado sobre o legislado só existe quando é para você avançar além da lei.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A lei diz: "Tem pagar o salário mínimo." Bom, se quiserem na negociação pagar como piso mais que um salário mínimo, podem. Mas, como ficou aqui, podem pagar menos que um salário mínimo!

Um cidadão, por exemplo, que entrar no trabalho intermitente e derem a ele 17 horas de trabalho no mês – e isso pode, porque é intermitente –, no fim do mês, o trabalhador tem que pagar R\$3,00. Não recebe nada e paga R\$3,00, porque a lei, em sua contradição, diz que tem que pagar o correspondente a um salário mínimo. E aí como faz?

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou lhe conceder um aparte agora, Senadora.



A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador. Primeiro, quero mais uma vez cumprimentá-lo, porque V. Ex^a mantém vivos esses temas que são cruciais para a população brasileira – a reforma trabalhista e a reforma previdenciária. A reforma trabalhista, Senador Paim, ainda não foi bem compreendida pela população.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque ninguém entendeu até hoje.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – A população não entendeu, mas logo, logo vai entender. Agora, ela tem que saber quem é que votou por essa reforma trabalhista.

(Soa a campainha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Tem que saber que essa reforma trabalhista retroagiu, retrocedeu para permitir que mulheres grávidas, gestantes e lactantes, que estejam amamentando, trabalhem em lugar insalubre. Tem que saber! E tem que saber quem votou. Aí votaram aqui dizendo: "Não, mas o Temer vai mudar por veto e medida provisória." Nenhum veto, ele mentiu.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pior: ele mentiu não foi só para o Senado; mentiu para o povo brasileiro. Então, logo, logo o povo vai saber. Então, Senador Paim, eu acho muito bacana – e agradeço muito – quem sobe à tribuna para fazer discurso de homenagem à mulher. Mas homenagem mesmo à mulher, com o poder que nós temos, sabe o que seria? Mudar a lei para não permitir que mulher grávida, lactante trabalhe em lugar insalubre. Isso é a homenagem que as mulheres esperam. É sabe o quê? Não tratem os cinco anos de diferença na aposentadoria como um privilégio. Não tratem! Aí dizem: "Ah, não, vamos voltar atrás; não vamos tirar os cinco anos delas, não; vamos tirar só três." Vamos tirar só três, que tal? Então, é essa a homenagem que as mulheres brasileiras esperam do Parlamento. De nossa parte, o que nós temos que fazer é mostrar às mulheres o que está acontecendo – aos trabalhadores, mas às mulheres todas. E quero dizer, Senador Paim, que o senhor é um homem vestido de mulher quando se trata da luta pelos nossos direitos. Muito obrigada pela força que o senhor dá à luta dos trabalhadores e das trabalhadoras. Parabéns, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olhe, Senadora Vanessa, gostei muito da simbologia que V. Ex^a usou nesse momento, porque de fato é o compromisso de todos nós.

Enfim, quando a gente olha... E eu ouvia hoje uma fala do Papa muito bonita – muito bonita –, em que ele simplificava e dizia que a figura da mulher representa amor, liberdade e vida. Amor, liberdade e vida; e, naturalmente, políticas de igualdade em todo sentido.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os dados colocados, hoje pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, são assustadores. Este do desemprego confesso que eu não sabia: nos últimos três anos, dobrou o número de mulheres desempregadas em relação ao mesmo período atrás. Dobrou! Quer dizer, arrocham o salário,



tiram direitos, acabam com a aposentadoria, querem jogá-las no meio de uma área insalubre a trabalhar sem limite, não respeitam sequer a equiparação salarial, que já está na Constituição.

Tivemos que apresentar projetos de leis – e eu sou Relator de um, o Senador Lindbergh apresentou agora outro – para dizer simplesmente o seguinte: a mulher só quer ganhar, na mesma função, na mesma atividade, o mesmo salário. A Câmara aprova; o Senado discursa, mas não aprova. Não aprova, porque esse tramita desde 2011.

Eu espero, com esse movimento que foi feito pelas Senadoras e pelos Senadores, que a gente avance...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... nesse tema.

Eu estou aqui no final mesmo. *(Fora do microfone.)*

Como é Dia das Mulheres, e, ao mesmo tempo, estamos falando das reformas trabalhista e previdenciária, acabamos avançando um pouquinho no tempo. Mas vou terminar agora, porque eu sei que muitos têm que viajar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Exatamente em decorrência do Dia Internacional consagrado à mulher é que nós dobramos o tempo de dez minutos para vinte, e V. Ex^a está com 29 minutos, e o nosso nobre Senador Pedro Chaves está na iminência de perder o voo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, vamos terminar já, para garantir.

Mas, enfim, Sr. Presidente, eu falava do negociado sobre o legislado. E aqui já falo – mas a Vanessa falou – da questão da mulher: ela não pode, em hipótese alguma, trabalhar em área insalubre, penosa ou periculosa.

E, por fim aqui, porque não vou ficar com todo o texto, eu destaquei inclusive uma matéria do *Estadão* que fala que a reforma trabalhista está indo de forma...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... digamos, desproporcional àquilo que sonhavam e sonham os trabalhadores. Quando falam, por exemplo, de acordo com esses dados que eu tenho, na questão do desemprego, o desemprego aumentou. Nós saímos de 12 – uns falavam 12, 13 – e, agora, entre desempregados e aqueles que estão com o trabalho precarizado, chegamos a 26 milhões. Eu nunca tinha visto esse dado. É dado do IBGE, não é meu: os desempregados e com trabalhos precarizados chegaram a 26 milhões.

Aqui eu concluo e agradeço a tolerância de V. Ex^a para que eu pudesse concluir.

Peço que considere na íntegra o meu pronunciamento.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM (Vide item 4.1.2 do Sumário).

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Ao tempo em que agradeço o pronunciamento de V. Ex^a, convidando-o para continuar presidindo esta sessão, eu tenho o



prazer e a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Pedro Chaves, do nosso grande Estado de Mato Grosso do Sul, que vai falar pela Liderança do Partido Republicano Brasileiro (PRB).

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso bom-dia.

Agrego minha voz ao afinado coro dos meus pares, que anualmente nos brindam com as mais belas, emotivas e gratas manifestações acerca da passagem de tão significativa data. De fato, não apenas o Senado Federal, mas o mundo todo celebra, uma vez mais, o Dia Internacional da Mulher.

Costuma-se dizer que a data foi criada para homenagear as mais de uma centena de mulheres trabalhadoras, operárias, que morreram em um incêndio em uma fábrica de tecidos, no mês de março de 1911, em Nova York. Essas mortes foram associadas à falta de segurança nas péssimas instalações da fábrica têxtil. Eram, em sua maioria, mulheres imigrantes judias e italianas, que, do alto do prédio em chamas, jogavam-se em direção à morte.

Em verdade, os eventos que levaram ao estabelecimento dessa data como um marco na história da emancipação feminina são anteriores à tragédia de Nova York. As luzes do ocaso do século XIX já iluminavam batalhas travadas por organizações femininas provenientes dos movimentos operários que efervesciam em vários países da Europa e nos Estados Unidos.

Movimentos grevistas reivindicavam a redução da jornada de trabalho e o fim do trabalho infantil, comum nas fábricas durante o período. Então, em maio de 1908, nos Estados Unidos, cerca de 1.500 mulheres empreenderam uma manifestação em prol da igualdade econômica e política no país. Aí nascia o Dia Nacional da Mulher.

Os traumas provocados pela Primeira Guerra Mundial geraram ainda mais protestos femininos mundo afora. Finalmente, em 8 de março de 1917, cerca de 90 mil operárias manifestaram-se contra o Czar Nicolau II, insurgindo-se contra as más condições de trabalho, contra a fome e contra a participação russa na guerra.

Essa data foi, então, consagrada, tendo sido oficializada como Dia Internacional da Mulher apenas em 1921.

No Brasil, as lutas em prol dos direitos da mulher surgiram dentro dos grupos anarquistas do início do século XX e, novamente, reivindicando melhores condições de trabalho e qualidade de vida. Esses movimentos foram catalisados pelas sufragistas, nas décadas de 1920 e 1930, que conseguiram o direito ao voto em 1932.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço este breve resumo histórico para reforçar os dois aspectos fundamentais para a criação dessa data: as condições de trabalho e a representação política, que são fundamentais para a mulher.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Podemos e devemos utilizar o lirismo, o romantismo e a delicadeza para homenagear as mulheres neste dia a elas dedicado. Afinal, a notória sensibilidade feminina as torna líricas, românticas e delicadas, mas jamais frágeis, conformadas ou alienadas.

Não se pode ignorar a magnitude da presença feminina na configuração da sociedade contemporânea tampouco o fato de profissões antes consideradas como exclusivamente masculinas terem sido, ao longo do tempo, assumidas pelas mulheres.



Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, essas mudanças ainda são tímidas, malgrado o longo caminho já percorrido pelo movimento feminino. Quando hoje liberamos os nossos melhores sentimentos para comemorar o dia da mulher, nossos pensamentos ainda são obscurecidos pelas recorrentes demonstrações de desigualdades, bem como pelas ocorrências de exclusão e pelos atos de violência a elas associados.

O Relatório de Desigualdade Global de Gênero 2017 indicou piora, em relação aos anos anteriores, no acesso a educação, saúde, sobrevivência, oportunidade econômica e empoderamento político quando comparados homens e mulheres. Pelo cálculo atual, seriam necessários 100 anos para acabar com a desigualdade de gênero em todo o mundo. A pior situação é a do mercado de trabalho, em que a organização estima que são necessários 217 anos para acabar com a desigualdade.

A pesquisa também apontou um retrocesso do Brasil, colocando-o em sua pior situação desde 2011. A baixa participação política das mulheres é o principal elemento que motivou a queda, apesar de modesto avanço no País no quesito participação econômica.

O resultado das eleições de 2016 mostrou que houve um retrocesso na representatividade feminina tanto no Executivo quanto nos Parlamentos. Nas 5.509 cidades brasileiras em que as eleições foram definidas no primeiro turno, apenas 636 estão sendo comandadas por mulheres. As mulheres ocupam apenas 11,6% das prefeituras. Os dados mostram diminuição no número de eleitas em comparação com as eleições de 2012, na qual 664 mulheres foram escolhidas para serem prefeitas, o que equivalia, na época, a 12,03% do total.

A diminuição da representatividade feminina também aconteceu na eleição municipal de Mato Grosso do Sul. Em 2008, foram eleitas nove prefeitas. Em 2012, tiveram sucesso na eleição para o Executivo oito mulheres. Em 2016, por incrível que pareça, o número foi reduzido para apenas sete mulheres. Isso aconteceu em 79 Municípios.

Aqui no Senado Federal, também não é diferente. A representação feminina nesta Casa é de pouco mais de 16%, e na Câmara dos Deputados é mais grave ainda, pois elas representam menos de 10%.

Apesar da baixa representação política das mulheres, o Relatório de Desigualdade Global de Gênero destaca que o Brasil resolveu suas diferenças de gênero na área de educação. As mulheres ocupam a maioria das vagas das universidades. Elas representam 55,1% dos alunos de todo o País e 58,8% dos universitários que concluem o ensino superior. Na pós-graduação, por exemplo, representam 53,5% dos mestres do País. Eu fui Reitor e vi com enorme alegria as mulheres ocupando a maioria das vagas na graduação, mestrado e doutorado.

Senhoras e senhores, apesar de as mulheres serem maioria nas universidades, trabalharem mais, pois trabalham em média sete horas e meia a mais que os homens por semana devido à dupla jornada, elas ainda recebem salários menores do que os homens. Os números são estarrecedores. Dados do IBGE indicam que as mulheres ganham, em média, 75% do que os homens ganham. Só que o problema não é apenas no mercado de trabalho. Há a violência que campeia solta em nosso País e no mundo, vitimando muitas mulheres.

Estive, em novembro passado, em uma reunião da ONU, em Washington, com a presença da atriz Angelina Jolie, para tratar exatamente da violência contra a mulher. Vi que esse é um tema de preocupação universal. Dados divulgados pelo Monitor da Violência mostram que 4.473 mulheres foram vítimas de homicídio em 2017, um crescimento de 6,5% em relação a 2016. Isso significa, Srs. Senadores, que uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil. Esses



resultados colocam o Brasil entre as nações mais violentas do mundo, ocupando a sétima posição de um total de 83 países.

Sr^{as} e Srs. Senadores, temos avanços a comemorar nesta longa trajetória de luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas não nos detenhemos, não nos conformemos, não nos satisfaçamos admirando as belas flores do caminho, pois muita terra há que se arar.

Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, foi implantada a Casa da Mulher Brasileira, com ótimos resultados. É uma forma em que se reúnem o Ministério Público, a Defensoria Pública, os psicólogos, para dar guarida às mulheres agredidas. Que seja implantada em todo o País, porque é fundamental esse projeto, em que a prefeitura oferece o terreno e o Governo Federal realmente dá os recursos necessários para a construção.

Faço aqui uma homenagem especial à minha querida e dedicada esposa Reni, companheira de todas as horas, na alegria e na tristeza, que fez dos meus sonhos os seus; à minha querida filha, Neca; e às minhas lindas netas, que enfrentam, com naturalidade e muita delicadeza, todas as vicissitudes e obstáculos da vida e que unem nossa família pelos laços de amor, harmonia, compreensão e paz.

Sr. Presidente, parablenizo todas as mulheres e encerro este pronunciamento reafirmando que a melhor homenagem que a elas podemos prestar é continuar buscando aprimorar as nossas leis, para que possamos almejar um mundo mais justo, pois justiça é o que a alma feminina sempre busca.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Pedro Chaves, o Sr. Elmano Férrer deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Pedro Chaves. Meus cumprimentos pelo pronunciamento.

Passamos agora a palavra ao Senador Elmano Férrer.

Enquanto V. Ex^a vem à tribuna...

Requerimento de nº 83, de 2018, da Senadora Fátima Bezerra, em que solicita, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para participar das reuniões no Parlamento do Mercosul, conforme indicação do Presidente do Senado Federal, em Montevideu, Uruguai, do dia 11 a 13 de março de 2018, e comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento interno, que estará ausente do País no período da missão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Requerimento nº 86, de 2018, do Senador Antonio Anastasia.

Solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para participar do Grupo de Parlamentares da América Latina e do Caribe, Grulac, em Genebra, na Suíça, entre os dias 24 e 28 de maio de 2018, e comunica, nos termos 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do País entre 23 de março a 2 de abril de 2018 (**Requerimento nº 86/2018 – Vide item 4.1.6 do Sumário**).

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.



O Senador Elmano Férrer com a palavra.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu nobre e estimado Presidente desta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria inicialmente fazer minhas as palavras do nobre Senador Pedro Chaves, que agora acaba de fazer um pronunciamento em homenagem às mulheres brasileiras. Associo-me ao pronunciamento dele, ao teor dele, ao tempo em que, Sr. Presidente, eu queria me reportar à sessão especial realizada ontem, aqui no plenário, especificamente para homenagear as mulheres brasileiras. Foi homenageada ontem aqui, como Constituinte, a nobre ex-Deputada Federal Constituinte Myriam Nogueira Portella.

A Myriam Portella tem uma história em defesa da mulher no Estado do Piauí, especificamente na cidade de Teresina. Ela aqui se encontrava ontem naquela sessão especial, em que tive a oportunidade de abraçá-la. Ela foi uma brilhante Deputada Federal. Por aqui, onde ela se sentou, também se sentou o seu marido, o então Governador do Estado do Piauí, Lucídio Portella Nunes, irmão do nosso arauto do reencontro deste País com o Estado democrático de direito Petrônio Portella.

Eu me senti feliz. Neste instante, lembro e homenageio as mulheres piauienses na pessoa da ex-Deputada constituinte Myriam Portella, como homenagem também, Sr. Presidente, as mulheres, as 13 Senadores que têm assento nesta Casa, como a brilhante, nobre guerreira, Senadora Gleisi Hoffmann, aqui presente, que me parece estar inscrita para fazer um pronunciamento logo mais.

Sr. Presidente, ao também homenagear as mulheres do Brasil, especial e particularmente as mulheres piauienses, eu queria relembrar a V. Ex^a e ao Plenário desta Casa que, em 2016, apresentamos o Projeto de Lei nº 308 hoje, que trata de conferir maior proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. O nosso propósito, conforme estabelece aqui o *caput* desse projeto de lei do Senado, é fixar o prazo máximo de cinco dias para a notificação compulsória às autoridades que menciona dos atos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde pública.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que muitas mulheres vítimas de violência, sobretudo no lar, muitas delas, por motivos que não quero aqui enumerar, temem e, muitas vezes, omitem-se de fazer um registro na delegacia mais próxima ou na delegacia específica da mulher. E esse projeto obriga a unidade de saúde que atendeu àquela mulher, vítima de violência, no lar ou fora dele, a fazer uma comunicação obrigatória, no máximo transcorridos cinco dias. Ou seja, dentro de cinco dias corridos, é obrigada a fazer a devida notificação à delegacia mais próxima ou ao próprio Ministério Público.

Então, eu queria, nesta oportunidade, fazer esse registro e ir mais além, porque este projeto já tramitou em várias comissões, inclusive na Comissão de Direitos Humanos, que V. Ex^a presidiu nesta Casa e de que hoje é Vice-Presidente. Temos um parecer que está na Comissão de Constituição e Justiça. A nobre Relatora naquela Comissão foi a nossa competente Senadora Simone Tebet.

O Sr. José Maranhão (PMDB - PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Permito ao nobre e eterno Governador da Paraíba, Governador pela terceira vez da Paraíba e também Senador da República pela segunda vez, com muita alegria, Senador José Maranhão.



O Sr. José Maranhão (PMDB - PB) – Eu quero me congratular com V. Ex^a pelo oportuno discurso que está fazendo exatamente no Dia Internacional da Mulher e quero dizer a V. Ex^a que tive o prazer e a honra, quando governei o Estado da Paraíba, de criar a Secretaria da Mulher no quadro de secretarias administrativas do Estado da Paraíba e também uma rede de delegacias dedicadas à mulher, delegacias ocupadas por mulheres, com a função de atender às mulheres vítimas de violência no Estado da Paraíba. O que V. Ex^a denuncia é o que ocorre realmente lá e, lamentavelmente, no Brasil: o abuso de pessoas violentas, de criminosos que não hesitam em se aproveitar da fragilidade física da mulher. Embora saibamos que a mulher, espiritualmente e moralmente, é uma fortaleza, nem sempre, pela sua própria natureza biológica, ela tem os mesmos atributos físicos para enfrentar em condições de igualdade a violência que se pratica contra ela. Então, eu felicito V. Ex^a e digo que, enquanto estivemos à frente do Governo do Estado da Paraíba, no Executivo, nós fizemos a nossa parte, criando a Secretaria da Mulher e a rede de delegacias das mulheres.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e ressalto aqui, por oportuno e dever de justiça, mais uma vez, o governo de V. Ex^a, sobretudo nesse aspecto relacionado à defesa das mulheres da Paraíba. Incorporo ao meu pronunciamento, Sr. Presidente, o aparte do nobre Senador José Maranhão.

Sr. Presidente, nós queríamos também, nesta oportunidade, fazer um registro. Trata-se da realização, em Teresina, no dia 6, ou seja, quarta-feira, da reunião, do encontro de governadores do Nordeste, um encontro liderado pelo Governador do nosso Estado, Governador Wellington Dias, que tem sido uma liderança nos aspectos relacionados à situação em que se encontram os Estados brasileiros, especialmente os Estados nordestinos, em decorrência do momento atual que atravessam nossos Estados-membros da Federação. E o Governador Wellington tem se destacado muito na defesa dos nossos Estados e buscado uma reforma do nosso Pacto Federativo.

Então, Sr. Presidente, reuniram-se em Fortaleza – aliás, em Teresina –, no dia 6, nesse fórum de governadores do Nordeste, nove, sendo oito titulares, oito governadores e um vice-governador, e eu tenho a alegria de, iniciando este meu pronunciamento, registrar a presença dos seguintes governadores ao Encontro de Governadores do Nordeste, que teve o objetivo específico, exclusivo, de discutir a questão da segurança pública... Aliás, da insegurança pública no Nordeste e no Brasil. Reunião que decorreu logo após a reunião de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, com todos os governadores do Brasil.

Então, estavam presentes àquela reunião, Sr. Presidente, os seguintes Governadores:

Pelo Estado de Alagoas, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho.

Pelo Estado do Ceará, Camilo Sobreira de Santana.

Pelo Estado da Bahia, Rui Costa dos Santos.

Pelo Estado do Maranhão, Flávio Dino de Castro e Costa.

Pelo Estado da Paraíba, terra do nobre Senador aqui presente, querido amigo José Maranhão, Ricardo Vieira Coutinho.

Pelo meu querido Estado do Piauí, o nobre, dinâmico e íntegro José Wellington Barroso de Araújo Dias.

Pelo Estado de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara.

Pelo Estado do Rio Grande do Norte, o nobre Robinson Mesquita de Faria.



E, pelo Estado de Sergipe, cujo Governador não se fez presente, mas mandou o nobre Vice-Governador, Belivaldo Chagas Silva.

Então, Sr. Presidente nós queríamos fazer esse registro, porque reuniram-se, num fórum específico, todos os governadores do Nordeste, todos os governadores do nosso País e aqui do próprio Distrito Federal, com o Presidente da República. E é importante a participação, o envolvimento dos governadores estaduais na discussão e enfrentamento. Enfrentamento, sobretudo, da violência que permeia, com muita capilaridade, todos os cantos, todos os Municípios do nosso País. Está em discussão.

E aqui nesta Casa, mais uma vez, eu queria ressaltar a decisão do Presidente do Senado e do Congresso, o nosso nobre Senador Eunício Oliveira, e de todos os Senadores de todos os partidos envolvidos na discussão dessa relevante matéria que atormenta e deixa perplexa e insegura toda a população brasileira.

Reconhecemos, Sr. Presidente – aqui eu quero reconhecer –, a liderança do nosso nobre Governador Wellington Dias em promover, uma semana após a reunião de todos os governadores, a vinda, aqui, com o Presidente da República, para discutir esse tema.

Os governadores todos do Nordeste seguem o exemplo dos governadores de Minas Gerais, de São Paulo e do Espírito Santo, pois, tão logo houve essa reunião e essa intervenção na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, esses governadores do Sudeste – dos outros três Estados do Sudeste – fizeram um cordão de isolamento e defesa, para que aquelas pessoas que se refugiam, neste momento, em outras regiões, em outras plagas, não escolhessem aqueles três Estados da nossa Região Sudeste do Brasil.

Daí por que eu queria ressaltar aqui a decisão política, a decisão patriótica, a decisão que atendeu às aspirações daqueles que fazem, constituem a Região Nordeste dos nossos nobres nove governadores de Estado.

Embora eu não tenha tido oportunidade de comparecer à reunião, houve lá a presença da nobre Senadora Regina Sousa, parceira nossa aqui nesta Casa, que fará aqui – creio que na próxima semana – um pronunciamento mais aprofundado de desdobramento daquela reunião de governadores realizada no Estado do Piauí.

Então, Sr. Presidente, eu queria, mais uma vez, parabenizar os governadores do Nordeste, especialmente o nosso querido Governador Wellington Dias, pela iniciativa oportuna, inadiável, de enfrentar, com decisões de governo, essas questões relacionadas à segurança pública em nosso País.

Agradeço a V. Ex^a a oportunidade que nos foi dada.

(Durante o discurso do Sr. Elmano Férrer, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Quero cumprimentar V. Ex^a, nobre Senador Elmano Férrer, uma pessoa que nos orgulha muito aqui no Senado, representando o nobre Estado do Piauí.

Quero dizer que Brasília se orgulha muito dos representantes do Piauí nesta Casa. Brasília é uma cidade piauiense, você sabe disso: há quase 400 mil piauienses descendentes, aqui, na nossa terra. E sempre é uma satisfação ouvi-lo.

Parabéns a V. Ex^a.



Quero chamar a minha querida Senadora Gleisi Hoffmann, paranaense de luta, da nossa nobre cidade de Curitiba e de todo o Estado do Paraná.

Eu iria falar, mas ela me pediu a vez, e eu não poderia jamais deixar de atender a essa guerreira feminina, principalmente neste dia importante que é o Dia Internacional da Mulher.

Meus cumprimentos a V. Ex^a, pela atitude sempre aguerrida em defesa das minorias, em defesa dos direitos sociais e, principalmente, em defesa do direito das mulheres, hoje, inclusive, ocupando a Presidência do Partido dos Trabalhadores.

Parabéns a V. Ex^a.

V. Ex^a está com a palavra.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada. Obrigada, Sr. Presidente.

Quero agradecer, inclusive, por ter me oportunizado falar antes de V. Ex^a.

Quero fazer uma saudação a quem nos ouve pela Rádio Senado, a quem nos assiste pela TV Senado, pelas redes sociais. E quero fazer uma saudação muito especial às mulheres deste País, às mulheres brasileiras.

Hoje é o Dia Internacional da Mulher, o dia em que nós refletimos sobre a nossa posição na sociedade, as nossas lutas e o enfrentamento que devemos fazer.

Muitos que me encontram hoje e encontram várias mulheres costumam cumprimentar, dar os parabéns e dizer que as mulheres merecem os parabéns. Eu prefiro dizer que as mulheres merecem, em primeiro lugar, receber o mesmo salário que os homens recebem pelas mesmas funções que desempenham; que as mulheres merecem ser consideradas e respeitadas na sociedade; que as mulheres merecem não ser vítimas de violência; que as mulheres merecem não ter sobrecarga de trabalho; que as mulheres merecem partilhar o poder de forma igual na sociedade brasileira.

É isso que as mulheres merecem, para, depois de tudo isso, merecerem os parabéns, porque infelizmente, apesar dos diversos avanços que nós tivemos na nossa sociedade, as mulheres ainda estão numa situação de muita desigualdade em relação aos homens. E a desigualdade das mulheres em relação aos homens também se reflete na desigualdade daqueles que são diferentes dentro da sociedade patriarcal. A desigualdade das mulheres se reflete na desigualdade em relação às raças, em relação às orientações sexuais, em relação às religiões...

Enfim, quando as mulheres são hierarquizadas negativamente, você tem hierarquias negativas na sociedade de todos os diferentes. Por isso que, quando nós falamos que o feminismo é uma luta libertadora, nós não estamos falando só sob a perspectiva de gênero ou a perspectiva da mulher; nós estamos falando sob a perspectiva de todos aqueles que têm os seus direitos retirados pela sociedade patriarcal, pelo sistema que se estabelece na sociedade. Há muitos homens, inclusive, a maioria dos homens pobres, são vítimas desse sistema, mas também reprodutores dele. Por isso que é importante o dia oito de março, para nós fazermos essa reflexão e saber o quanto as mulheres ainda têm que avançar. Por exemplo, no mercado de trabalho: nós somos metade da população economicamente ativa das vagas formais de trabalho, mas ganhamos em média 30% do que os homens ganham, para desempenhar as mesmas funções, apesar de a Constituição de 1988 ter determinado que as mulheres têm que ter igualdade salarial.



Antecedeu-me aqui o Senador Lindbergh Farias, que apresentou um projeto muito importante no Senado da República, que coloca multa para aquelas empresas que não garantem a equivalência salarial entre homens e mulheres que desempenham as mesmas funções. Acho que isso é um importante instrumento na luta, inclusive, do movimento sindical brasileiro, para que a gente possa cobrar das empresas e do sistema como um todo que as mulheres não podem ser discriminadas pelo fato de serem mulheres. Nós ainda somos vítimas de violência por sermos mulheres.

Tivemos, Senador Elmano, uma grande vitória em 2005, quando aprovamos a Lei Maria da Penha. Mas veja: 2005. Nós estamos falando de 12 anos. Faz apenas 12 anos que o Estado brasileiro resolveu meter a colher na briga de marido e mulher, porque, até 2005, nós não tínhamos uma intervenção do Estado sobre isso. Então, o marido batia, o companheiro batia, o namorado batia na mulher... Em consequência, muitas vezes, os filhos sofriam violência, e se vinha com esse ditado: "Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher". Não é verdade. Ninguém pode se sujeitar à violência em nenhum tipo de relação, seja ela afetiva, seja ela uma relação de trabalho. E violência em todos os sentidos, não só a violência física: a violência emocional, a violência psicológica...

Então, a Lei Maria da Penha vem tentar corrigir essa situação. É uma lei jovem ainda. E devemos essa lei ao esforço do Congresso e também, sobretudo, ao Presidente Lula, um dos Presidentes – homens, porque mulher só tivemos uma, a Dilma – mais avançados em relação à questão de gênero para as políticas públicas.

Foi no Governo de Lula que nós começamos a inaugurar políticas públicas que consideravam a mulher como a metade da sociedade brasileira. Assim, nós tivemos, por exemplo, o Bolsa Família, um programa tão importante, que trouxe o empoderamento econômico para as mulheres de baixa renda. E o cartão do Bolsa Família hoje: mais de 98% estão em nome das mulheres. Isso é fundamental para a libertação da mulher numa relação que é opressora.

Concedo um aparte ao Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora, Presidente do meu Partido e colega, aqui do Senado, Senadora Gleisi, eu queria cumprimentá-la pelo pronunciamento. Estou inscrito, daqui a um pouco também vou falar e, certamente, vou falar um pouco sobre os desafios que nós temos pela frente ainda, no nosso País, para procurar aperfeiçoar e construir uma adequada e civilizada relação de gênero. Nós abrimos essa semana os jornais, e os desafios são tremendos, porque, como V. Ex^a estava falando, a violência contra a mulher está numa parte grande dos lares brasileiros. Está nas ruas, nas cidades. A cada duas horas, uma mulher é morta no nosso País. Isso é uma situação terrível! Nós temos um número de assassinatos... São oito por hora – por hora –, e a cada duas horas, uma mulher. Isso são desafios que nós precisamos manter bem vivos, para que tomemos atitudes no sentido de enfrentá-los. Mas V. Ex^a tem razão, quando traz os avanços que nós tivemos durante o governo do Presidente Lula. Imagine... Os programas sociais nossos, criados pelo nosso governo, tinham a mãe, a chefe de família como a fiel depositária deles. Isso é o certo. São as mulheres que acordam mais cedo numa casa e dormem por último, não porque querem, é quase como uma imposição, uma obrigação do modelo de sociedade que nós temos. Elas têm que cuidar de tudo, ser responsáveis sobre tudo, sem terem as mínimas condições e sendo discriminadas. É impossível essa conciliação de mãe, mulher, do trabalho e da casa, na



nossa sociedade. Por isso que eu queria dizer que é muito relevante uma fala como a sua. Se nós não consertarmos essa relação de gênero, dentro do nosso País, nós vamos pagar caro. Nós temos um Parlamento em que o número de mulheres é muito pequeno, porque aqui, no Brasil, a gente faz a lei que cria cotas, um faz de conta. Para piorarmos isso, o Presidente Lula, inclusive, foi a pessoa que disse: "Olha, vamos indicar a primeira mulher para Presidente do Brasil", que foi eleita. Com a Presidente Dilma, o que é que nós tivemos? Talvez tenha sido a política, no mundo, mais injustiçada de todos os tempos. Ocorreu recentemente: estamos falando de dois anos. Veja que País que é o nosso. A Presidente passou aqui um dia inteiro, num faz de conta. Não cometeu crime, pessoa honesta, decente... Há erros políticos, administrativos? Certamente. Centenas. Quem que não os comete? E sofreu o *impeachment*, sem crime de responsabilidade. Esse é o nosso País. Esses são os desafios que se colocam. E eu parabênizo V. Ex^a pelo pronunciamento. Acho que a Lei Maria da Penha veio, mas veio para mostrar que o nosso País é injusto ainda, que o nosso País precisa se transformar num país civilizado, no aspecto de gênero e do respeito à mulher. Parabéns, Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Jorge.

Inclusive, das políticas públicas desenvolvidas pelo nosso governo, outra ganha um valor importante nessa questão da libertação da mulher, que é a política habitacional. Nós aprovamos, inclusive por lei, aqui, que a titularidade do Minha Casa, Minha Vida fica, preferencialmente, em nome das mulheres. Isso também evita que mulheres vítimas de violência continuem se submetendo à violência de seus cônjuges, parceiros, maridos, porque precisam de um lugar para criar os filhos ou precisam da renda.

São políticas libertadoras, importantes. Não são caras de se fazer, não são absurdas, mas fazem com que a vida das mulheres melhore muito.

Concedo um aparte ao Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Gleisi, hoje o protagonismo é das mulheres; a fala também. Eu quero ser bem breve, para falar do orgulho que tenho de ter uma atuação aqui, nesta Bancada de oposição, junto com Senadoras tão lutadoras. Eu não quero citar todas porque posso esquecer algumas. Quero lembrar aquele episódio que marcou a história da resistência contra a reforma trabalhista, da ocupação da mesa, episódio que teve um grande peso na sociedade, nas mobilizações populares. Eu queria trazer um ponto aqui que acho importante. Hoje, o Instituto Avon traz uma pesquisa que foi feita em cima de violência e assédio na internet. Houve um aumento, Senadora Gleisi, de 211% de violência e assédio contra mulheres na internet. O estudo é muito interessante porque mostra que quem faz esse tipo de violência são homens brancos e ricos. E este é um dia também de os homens repensarem o seu papel na sociedade. Estão aqui os números. Eu encerro dizendo isto: 96% dos ataques são de homens, em sua maioria de classe média alta; 34%, da classe B; 31%, da classe C; 19%, da classe A. E 79% são brancos. Então é hora de os homens pensarem também o seu papel. Na verdade, as mulheres e as mulheres na política são vítimas desse ódio, dessa violência na internet. As senhoras são vítimas. A Presidente Dilma Rousseff foi vítima durante todo aquele processo. Quem não entende que houve misoginia na construção desse golpe não entendeu nada. Então, eu tenho orgulho de atuar junto com essas mulheres guerreiras aqui no Senado Federal.



A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh.

Aliás, a violência é uma constante em se falando de mulher. Eu lembro que quando a gente discutiu o feminicídio aqui, quando eu fui Relatora, houve muitas críticas. E por que nós estávamos fazendo algo diferenciado? Porque as mulheres são vítimas de homicídio. E aí temos que entrar na disposição legal, na penalização dos seus agressores, de quem as mata, no que já diz o Código Penal sobre o homicídio. Mas na realidade o feminicídio é uma constante. Está na cultura, está na cultura patriarcal, essa cultura do homem branco que manda, do homem rico, está na cultura patriarcal. Vamos nos lembrar das mulheres queimadas em fogueiras no passado. Isso era normal. Diziam que iam combater a bruxaria, mas 98% das mortes eram de mulheres ou das mulheres que eram incentivadas a se matar junto com os maridos quando eles morressem. Essa é a cultura que nós temos. Matar a mulher é coisa quase que normal para a sociedade patriarcal e machista. Por isso é que é normal a violência, ou por isso é que se normaliza a violência contra a mulher. E essa violência acaba, além de ser física, sendo a violência que V. Ex^a colocou aí nas redes sociais.

Por isso ontem nós aprovamos projetos importantes aqui; ou seja, criminalizar exatamente a exposição da mulher nas redes sociais e colocar a Polícia Federal para atuar nesses crimes cibernéticos e também para qualificar a injúria em relação a gênero. Não é possível essa desqualificação e a humilhação que a mulher passa pelo fato de ser mulher. Na realidade, nós vivemos a verdadeira ideologia de gênero no patriarcado, que é o gênero masculino se sobrepondo aos demais, não só às mulheres, mas também a todas as orientações que você tiver na sociedade. Então, a data de hoje é muito importante por isso.

Em relação à questão econômica, V. Ex^a apresentou um projeto a respeito, e eu acho que é um ótimo projeto. Hoje os jornais trazem – a Senadora Vanessa já falou aqui – uma amostra do que significa a mulher ganhar menos na sociedade, que isso tem implicações no PIB. Eu quero dizer para os senhores o que significa as mulheres não serem remuneradas e trabalhar. Nós estamos aqui com uma matéria que fala sobre o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado, que sempre foi deixado às mulheres. Isso tem um impacto de quase 20% no Produto Interno Bruto.

Se isso aqui tivesse que ser remunerado, teria um custo grande para a sociedade brasileira, porque é o trabalho do cuidado – é o cuidado da casa, é o cuidado dos filhos, é o cuidado dos idosos, é o cuidado dos doentes –, que cabe às mulheres, que o fazem gratuitamente. Então, as mulheres, além de ganhar menos no mercado de trabalho, ainda se sujeitam a ter duplas e triplas jornadas de trabalho. Ainda é muito pequena a entrada do homem no mundo doméstico do trabalho, infelizmente. Então, fica o sobrepeso às mulheres; assim como, no trabalho doméstico remunerado, 98% são mulheres.

Nós aprovamos a PEC da empregada doméstica, estendendo os direitos dos trabalhadores à empregada doméstica. Veio a reforma trabalhista e retirou tudo, porque hoje querem contratar empregada doméstica pelo trabalho intermitente. Essas mulheres que ganham menos para fazer esse tipo de serviço, que é desqualificado pela sociedade, mas cuja sustentação é tão importante, são mulheres que, muitas vezes, deixam seus filhos sozinhos para poder ter o ganha-pão. É sobre isso que nós estamos falando.

Então, infelizmente, não dá para parabenizar as mulheres, porque nós ainda temos que conquistar muito na sociedade. E, em termos de poder, então, nem se fale. Somos quase 54% da população e 10% do Congresso Nacional. O poder é majoritariamente masculino e, infelizmente,



é misógino. O que quero dizer com misógino? O poder ou esse masculino do poder tem ódio às mulheres. Por isso que nós somos tão atacadas, inclusive atacadas dentro do Parlamento. Eu aqui nunca recebi um ataque frontal, desqualificador, mas já ouvi discursos aqui que desqualificam a mulher ou que dizem que nós fazemos mi-mi-mi, queremos muita atenção, queremos muita igualdade. Como assim?

Não faz 50 anos que nós tivemos o direito de voto regulamentado neste País. Não faz 50, 60 anos que nós somos colocadas como sujeitas de direitos, como cidadãs. Antes disso, nós devíamos, inclusive, ao pai e ao marido o nosso sustento. Não nos deixavam estudar. Até sobre os nossos bens não podíamos dispor, se é que tínhamos bens. Sempre era do homem, e a mulher poderia participar. Aliás, por muito tempo, as mulheres foram extensão da propriedade privada do marido ou do pai.

Então, é sobre isso que nós estamos falando. Nós temos muitas coisas a vencer, infelizmente. Por isso, nós não podemos dizer que temos vencido neste 8 de março. E, no Brasil, nós vivemos uma situação ainda mais ultrajante: um golpe que tirou uma mulher, uma Presidenta legitimamente eleita.

O Sr. Elmano Férrer (PMDB - PI) – Nobre Senadora.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Concedo um aparte ao Senador Elmano.

O Sr. Elmano Férrer (PMDB - PI) – Cumprimentando V. Ex^a pelo pronunciamento, eu deveria ter feito uma alusão à Procuradoria da Mulher, uma instituição nova aqui no Senado. Sei o quanto todas as 13 Senadoras, que não queria discriminar, neste momento, por questões partidárias e ideológicas... Mas eu gostaria, nesta oportunidade, que V. Ex^a, por oportuno, fizesse algumas considerações a respeito da Procuradoria da Mulher aqui no Senado, porque nós assistimos e observamos a atuação brilhante, mas incisiva no que se refere à defesa da mulher aqui no Senado. E V. Ex^a vem se referindo a alguns aspectos da legislação produzida aqui por iniciativa das guerreiras, que eu acho que a senhora representa, ou seja, o trabalho combativo da mulher aqui do Senado, embora eu espere que, dessas eleições deste ano, saíamos com um número maior de mulheres, porque, no universo de 81 Senadores... De forma representativa, mas do ponto de vista da qualidade e não da quantidade, gostaríamos que elas viessem como uma representação que traduza a maioria das mulheres em nosso País. As mulheres constituem mais da metade, e nós temos aqui pouco mais de 10%, 13 mulheres num universo de 81. Então, eu me congratulo com o pronunciamento de V. Ex^a.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Elmano Férrer. V. Ex^a tem toda razão em fazer aqui uma referência à Procuradoria da Mulher, à Senadora Vanessa Grazziotin, e ao conjunto das Senadoras que, independentemente de partido político ou posição ideológica, têm se unido em torno da defesa dos direitos da mulher e a questão da política, da participação política é fundamental.

Não há democracia plena se metade da população está sub-representada. O olhar masculino é diferente do olhar da mulher quando se aprova um projeto, quando se intervém na política. Por isso, a importância de a gente ter representação feminina no Parlamento. Eu presido um Partido, o PT, o maior Partido de esquerda do Brasil, o maior Partido de esquerda da América Latina. Fico orgulhosa de representar e de presidir esse partido. Mas para chegar a esses termos nós tivemos que lutar muito para que a gente pudesse ter acesso aos cargos de direção partidária.



Hoje, o PT tem 50% de mulheres nos seus cargos de direção. É um partido que avançou muito, nós sempre fizemos esse debate interno, mas nem por isso a gente deixou de ter problemas porque o PT, como qualquer outra instituição, está inserido na cultura patriarcal. Então, tivemos que enfrentar também resistências, machismo, mas eu acho que hoje a gente consegue fazer uma caminhada com maiores avanços.

Sei que o PCdoB já tem uma representação e também tem uma mulher Presidente, mas eu gostaria muito que os demais partidos, principalmente os grandes partidos brasileiros, pudessem ter uma ação afirmativa e que, mais do que cotas para eleição, nós pudéssemos ter cotas de cadeiras no Congresso Nacional. Só assim a gente vai tirar essa diferença de representação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Quero parabenizar o discurso de V. Ex^a.

V. Ex^a, como sempre, defende os direitos das mulheres, e hoje, como é o Dia Internacional da Mulher, em nome de V. Ex^a, eu quero também parabenizar todas as mulheres brasileiras, as mulheres maranhenses do meu Estado e em nome também da minha estimada, amada e querida esposa, que é do meu coração. Hoje era para eu fazer a surpresa para ela, mas ela é quem fez a surpresa para mim. Ela amanheceu o dia com um grupo de mulheres na rua falando sobre os direitos da mulher.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem! Que bom.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – E eu quero parabenizá-la e a você pela sua garra, pelo seu trabalho e que seja bem feliz na sua caminhada e na sua jornada.

Parabéns a V. Ex^a pela fala!

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito obrigada, Senador. Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, o Sr. Hélio José deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pastor Bel.)

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Agora, vamos ouvir a fala do nosso Senador Jorge Viana, do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadora Gleisi, *(Fora do microfone.)* que acabou de sair da tribuna, a nossa Presidente. Na pessoa dela, quero cumprimentar todas as colegas, mulheres Senadoras, servidoras desta Casa, mulheres que trabalham, que nos ajudam a tentar ajudar o Brasil aqui no Senado Federal e agradecer aqui ao Senador Hélio José por ter permitido essa inversão – ele é o próximo a falar.

Eu só venho à tribuna – fiz isso cedo hoje abrindo os trabalhos da Comissão de Relações Exteriores – para poder fazer esse registro que eu, ainda há pouco, num aparte à Senadora Gleisi, eu fazia. Eu queria cumprimentar todas as mulheres acrianas, todas que lutam, labutam por um Acre melhor. Queria cumprimentar todas as mulheres brasileiras que atravessam momentos tão difíceis com, ainda, tanta desigualdade em nosso País.



É óbvio que é importante registrar os avanços que nós tivemos durante o governo do Presidente Lula, da Presidente Dilma e de outros governos que passaram, mas, neste momento, do desemprego, da crise econômica, da crise institucional, certamente são as mães, são as mulheres que mais sofrem, porque a violência, as ações que a desigualdade gera contra as mulheres estão presentes de norte a sul deste País.

Li dados hoje, ontem, desde segunda-feira, muitas reportagens na imprensa nacional e aqui mesmo no Senado Federal, no jornal, na rádio, na TV, em programas especiais. Eu queria cumprimentar a área de comunicação do Senado pelo trabalho, na pessoa da Ângela, uma grande profissional também e todas que trabalham com ela, todos que trabalham na TV, no rádio e nas mídias do Senado Federal, pela sensibilidade.

Quero cumprimentar as Senadoras por terem feito ontem uma sessão solene aqui presidida pelo nosso Presidente Eunício Oliveira, na qual estabeleceram pautas importantes que o Senado deliberou e que atendem esse apelo, esse grito das mulheres por um País mais justo, mais igual.

As questões de gênero não podem ser tratadas com preconceito, com uma mistura que a gente está fazendo. Vamos separar as coisas, nós estamos falando de homem e mulher, de direitos, de uma boa relação, de uma boa convivência. Um país não será civilizado, desenvolvido, se nós não resolvermos essa questão. E, para mim, se tivermos que puxar para um lado é para puxar para o lado contrário do que nós estamos puxando, puxar para o lado das mulheres, de terem mais direitos, porque têm mais tarefas do que todos nós.

É nesse sentido que venho à tribuna. Eu não quero aqui relatar o sofrimento, esse verdadeiro drama que as mulheres brasileiras estão vivendo. Eu lamento, tenho lido muito sobre isso.

Ontem nós fizemos um debate na Comissão de Relações Exteriores. Nós tínhamos um professor, Henrique Cymerman, especialista em Oriente Médio, que estava dizendo que a maior tragédia humana está sendo vivida na Síria pelas mulheres e pelas crianças. Ele falou: meninas de 10, 11 anos estão sendo vendidas, sendo compradas, sendo destruídas. E eu sei que de outra forma, aqui em nosso País, nós temos dramas inaceitáveis.

Quando eu fui prefeito, nós criamos a Casa Rosa Mulher. Ganhamos prêmios da Fundação Getúlio Vargas, porque era uma proposta de acolhimento das mulheres, de tentar intervir nesse sentido de pacificar a relação homem/mulher, de pacificar a relação nas famílias. E é dentro desse propósito que eu venho à tribuna aqui, na esperança, na expectativa, deixando o meu registro, de que nós podemos, devemos enfrentar essa situação.

Nós fizemos, nesta semana, uma sessão temática sobre segurança pública, sobre violência. Ao longo da sessão, 50 pessoas foram assassinadas, porque no Brasil são oito mortes a cada hora, oito assassinatos, e uma mulher morta a cada duas horas. E, também, os estupros: são meio milhão de estupros por ano no Brasil, só que isso é tudo subnotificado. O feminicídio é subnotificado. Não há nem mesmo a responsabilidade da notificação, para que se possa fazer a denúncia, para que se possa cobrar uma mudança decisiva dessa questão na nossa sociedade.

Eu queria concluir, porque assumi com meu colega Senador Hélio de fazer uma fala muitíssimo breve, dizendo que eu fico aqui renovando meu compromisso de estar nessa luta, de ser parte dessa causa. Esta não é uma causa que nós temos, é esta causa que nos tem a todos: a causa de construir uma melhor relação de homem e mulher na sociedade brasileira e no mundo em que nós vivemos. Sem isso, nós não vamos ter um mundo que possa ser cristão, que possa ser civilizado, que possa ser desenvolvido. Esse é o desafio que nós temos.



E toda essa desigualdade que nós vivemos no Brasil, com a pobreza e a miséria, que voltaram a crescer depois de queda ao longo dos governos do Presidente Lula e Dilma, que criou o maior programa de inclusão social do mundo, voltou e volta com uma carga nas costas das mães, das viúvas, daquelas mulheres que, desempregadas, têm que dar de comer aos seus filhos. Isso não é cristão, isso não é civilizado.

Por isso, neste dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, eu cumprimento todos que nos ajudaram com as conquistas que já tivemos, mas chamo a todos para que se possa, com determinação, seguir em frente, unidos, homens e mulheres, na busca de superar definitivamente a desigualdade que temos de gênero e trazer a sociedade, o mundo para o século XXI. É esse o desafio que nós temos.

Parabéns a todas as mulheres, especialmente, com todo o carinho, as mulheres acrianas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Senador Jorge Viana, parabéns pela fala. E, se aqui V. Ex^{as} obedecerem aos estatutos de Deus – muitos anos atrás, foi criado um estatuto chamado Bíblia Sagrada –, nós seremos bem felizes e seremos felizes tanto nesta vida como na vida futura. Precisamos entender que Deus fez macho e que Deus fez fêmea. É isso que os Senadores, V. Ex^{as} precisam entender. Se obedecermos ao estatuto de Deus, nós seremos bem-sucedidos nesta vida.

Com a palavra agora o Senador Hélio José, do Distrito Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero agradecer V. Ex^a, nobre Senador Pastor Bel, do digníssimo Estado do Maranhão, um Estado em que trabalhei por muitos anos.

Antes de falar sobre isso, eu quero cumprimentar os que nos acompanham pela TV Senado, todas as nossas mulheres, as servidoras do meu gabinete, a minha esposa Edy, as minhas filhas Isabella Tainá, Maíra Virgínia e Potira Gabriella, todas as servidoras aqui do Senado e da Câmara dos Deputados, todas as mulheres que nos ouvem. Esta é uma data muito importante, 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, e é de fundamental importância todos nós nos pronunciarmos aqui. Quero, meu nobre Senador Maranhão, cumprimentar todas as nossas colegas Senadoras, todas as nossas colegas Deputadas e também cumprimentar todas as donas de casa e as mulheres guerreiras que vão entrar na política. Cumprimento aqui também minha advogada, minha assessora jurídica, a Dr^a Iara, que está aqui do meu lado. Em nome dela, quero cumprimentar todas as servidoras que tanto engrandecem esta Casa nessa luta das mulheres; como Pastor Bel é maranhense, as mulheres maranhenses; e, como o nobre Maranhão é da Paraíba, as nossas mulheres paraibanas. Dizem que Paraíba é mulher macho, sim, senhor. É um Estado muito guerreiro, de Margarida Alves e de várias outras mulheres, que tão bem representam a luta da mulher paraibana e da mulher nordestina aqui no Brasil e em Brasília.

Meu nobre Pastor Bel, o senhor é uma grata revelação. Eu, como Líder do PROS, quero registrar e até solicitar do nobre Pastor Aldi, Presidente da Ceadema (Convenção Estadual das Assembleias de Deus no Maranhão, que deixe clara a importância do senhor para esta Casa. O meu Partido, que é o PROS, está ofertando a V. Ex^a a possibilidade de vir a concorrer pelo Maranhão como Senador da República, e queremos muito que V. Ex^a venha para esta Casa com um mandato eletivo de Senador titular e não – hoje V. Ex^a está assumindo a Presidência do Senado nesta sessão histórica – como suplente do nosso nobre e digníssimo Senador Edison Lobão. Então, eu quero que V. Ex^a possa vir a esta Casa com o mandato de titular.



Meu nobre Pastor Aldi, Presidente da Ceadema; meus nobres moradores do Santo Antônio dos Lopes, cidade que conheço bem, lá do Maranhão; meus nobres moradores de Açailândia, de onde seu irmão é prefeito, cidade que conhece bem os seus trabalhos; moradores de Presidente Dutra, onde trabalhei tanto em minha vida como engenheiro eletricista, engenheiro da Eletronorte, responsável pela implantação da grande subestação de Presidente Dutra e da linha de transmissão que faz a interligação Imperatriz, Presidente Dutra, Boa Esperança e Teresina, interligando o Norte e o Nordeste, e depois São Luís do Maranhão, pedaço de terreno, nobre Senador Maranhão, no qual trabalhei tanto, como engenheiro eletricista, subindo e inspecionando cada torre, cada linha de transmissão, cada cadeia de isoladores, na cidade de Miranda, na cidade de Peritoró, com muito barro, mas muito trabalho, para garantir energia para o importante Estado do Maranhão; meu nobre Pastor Bel, rogo ao nobre Pastor Aldi, Presidente da Ceadema, e a todos da Assembleia de Deus para que V. Ex^a volte como Senador da República pelo nosso Partido, o PROS. Estamos construindo a sua vinda para ele. O nosso nobre Gastão Vieira, Presidente do Partido lá no Maranhão, o espera de braços abertos. O Gastão está vindo como pré-candidato a Deputado Federal. E V. Ex^a muito bem se somará aos esforços para termos bons representantes que defendam a família, como V. Ex^a colocou. A Bíblia sagrada é fundamental. Eu aqui, nesta Casa, sempre defendi os princípios da família, da vida e do meio ambiente, porque Deus nos deu a vida e só a Ele cabe tirá-la. A família é essencial para o funcionamento de todos. Todos nós somos filhos de uma mãe ou nós temos uma esposa, uma mulher. Então, nós temos as mulheres como 51% – são a mais – na nossa sociedade. E quem não é mulher é filho de uma mãe. Então, somos dependentes na relação com as mulheres.

Para nós, é muito importante estarmos hoje aqui fazendo uma fala em homenagem às nossas guerreiras mulheres, o que começarei agora, depois desse preâmbulo.

Pois não, Pastor Bel.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Senador, eu peço um aparte aqui à fala de V. Ex^a. Eu me sinto honrado pelo convite do PROS para concorrer ao Senado. Isso tudo é projeto de Deus. Eu fui escolhido pela minha Convenção Estadual das Assembleias de Deus no Maranhão como pré-candidato a deputado estadual, mas eu sempre digo que nós entregamos a nossa vida na mão de Deus, que nos orienta como nós devemos fazer. Nós temos uma convenção, nós temos um presidente, e o senhor citou o nome dele. O senhor conhece muito bem o Maranhão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Conheço bem.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Citou o nome do Pastor Pedro Aldi, que é um grande pastor, um grande presidente, um homem de uma visão tremenda e preside uma convenção das Assembleias de Deus.

Eu quero registrar aqui também o nome do Pastor Cavalcante. São duas convenções, pois há também a Comadesma. E ele preside a Comadesma e é do Partido. Ele vai concorrer também como pré-candidato a deputado estadual. O Pastor Cavalcante é um grande líder, é um grande pastor.

E eu lhe agradeço a sua fala. E eu estou na mão de Deus.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Com certeza. Estamos na mão de Deus.

Aqui em Brasília, o meu Partido definiu que eu sou pré-candidato a Deputado Federal. E vai muito me honrar se Brasília me honrar com a possibilidade de representá-la como Deputado



Federal no próximo ano, porque nós precisamos de ficha-limpa, de pessoas honestas, como o nosso nobre Senador Maranhão, que espero venha a ser o futuro Governador, para o terceiro mandato, do nosso nobre Estado da Paraíba.

Vamos lá às nossas queridas mulheres.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, comemoramos hoje o Dia Internacional da Mulher. Não é uma data qualquer, meu nobre Senador Maranhão. O fato de em pleno século XXI ainda precisarmos elevar as nossas vozes em defesa de maior autonomia feminina, em defesa da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, em defesa de salários iguais e contra a violência machista e patriarcal que se abate sobre as mulheres, matando mulheres todos os dias, nos obriga a fazer um ato de contrição coletiva e a usar esta data para refletir sobre o presente e o futuro das relações humanas.

Eu mesmo, meu nobre Senador Maranhão e nobre Presidente Bel, apresentei nesta Casa o PLS 28, que prevê que o crime de vizinhança seja um crime que faça com que o agressor, que na maioria das vezes agride mulheres, tenha que arcar com as consequências de todos os prejuízos que isso acarrete às mulheres que são obrigadas, muitas vezes, a mudar o seu recinto e também aos homens, quando a agressão de vizinhança é ao homem. Quando a pessoa é agredida na sua vizinhança, muitas vezes, ela vai denunciar na delegacia de polícia, nobre Senador Maranhão, e os delegados não registram, falando que é briga de vizinho. Então, por isso, eu estou agravando, no PLS 28, esse crime, além de garantir a questão da indenização, porque não podemos permitir essa grave coação às mulheres e aos homens por aqueles que são vizinhos que acham que por isso podem fazer o que quiserem e que ficarão impunes. Então, é muito importante esse PLS 28. Eu estou batalhando para que ele seja aprovado neste plenário, porque ele já foi aprovado por unanimidade na CCJ, está na relatoria da Senadora Marta Suplicy da CDH. Eu espero que ele seja avocado por este Plenário, para na próxima semana deliberarmos...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – ... esse importante projeto de interesse coletivo, para que todos possam estar...

Eu gostaria de mais um pouco de tempo, meu nobre Pastor Bel, para dar continuidade a um importante pronunciamento sobre o Dia Internacional da Mulher.

Assim espera-se que seja um dia destinado à revisão de conceitos, à troca de experiências e à tomada de decisões. Roga-se que seja um dia em que a sociedade enalteça a capacidade feminina, mas reconheça que ainda não lhe retribui na medida exata de seus intocáveis méritos e de seus esforços sem fim. Necessita-se, acima de tudo, que seja um dia para lançarmos luzes sobre os dilemas da mulher moderna e apontarmos os caminhos para seu empoderamento, meu nobre Senador Maranhão.

Eu tive a honra, nesta Casa, de ser o Relator do projeto que definiu o empoderamento da mulher na política e no esporte. Então, é muito importante darmos continuidade a essa luta.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Dê-me mais um tempo de uns cinco a dez minutos, por favor, para eu concluir.

Ontem, o Senado Federal realizou a cerimônia de entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. As agraciadas foram as Constituintes de 1987 e de 1988. Precisávamos de pessoas



que, com suas biografias, pudessem evidenciar os percalços impostos à ascensão feminina no Brasil e que, com resiliência e disposição, tenham conseguido suplantá-los.

Quer estivéssemos na mais absoluta normalidade democrática, quer estivéssemos cerceados pelo arbítrio, depois da Constituinte Carlota Pereira de Queirós, em 1934, sempre houve uma voz feminina a ocupar os púlpitos do Parlamento e a dizer o que poucos homens ousavam dizer. Aqui, elas enfrentaram o preconceito ao impor conceitos; derrotaram a indiferença ao ser diferentes; venceram o obscurantismo ao iluminar os debates, meu nobre Presidente.

Entre 1987 e 1988, 26 Deputadas de todos os matizes ideológicos, com as mais variadas formações, representando diversos Estados brasileiros, cumpriram um relevante papel cívico. Daí a importância desse prêmio Bertha Lutz a todas as nossas Constituintes. Circulando em meio a uma esmagadora maioria de homens, empunharam bandeiras, conduziram debates e lograram conquistas que até hoje são celebradas como divisoras de águas no processo de construção histórica de uma mulher mais autônoma e de uma sociedade mais equânime. Por não terem se deixado intimidar e por suas ricas produções legislativas, essas 26 Parlamentares encerram, em suas honradas carreiras, tudo o que hoje exaltamos.

Quer comparemos com textos brasileiros anteriores, quer comparemos com sucedâneas internacionais, o fato é que a Constituição Federal de 1988 pontifica como uma das mais vanguardistas no reconhecimento, na concessão e nas garantias para a fruição dos direitos das mulheres, meu nobre Presidente. Ainda falta, devemos reconhecer. Os movimentos de mulheres nos alertam e nos empurram à frente, mas o passo significativo foi dado pela Constituição cidadã, que logo completará 30 anos de existência.

Quanto ao brilho das nossas 26 pioneiras – devo mencionar –, nunca houve esmaecimento, já que suas batalhas foram, em boa extensão, reconhecidas pelo povo brasileiro. Soberano, o eleitor agradecido as reconduziu a mandatos de Deputadas Federais ou as guindou a outros proeminentes espaços públicos, como governos de Estados ou este Senado Federal.

Tenho certeza de que fomos premiados pelo destino com parte muito especial daquele grupo, pois, neste Plenário, passaram a circular a fibra, a tenacidade e a inteligência das Senadoras Lídice da Mata, Lúcia Vânia e Rose de Freitas. A postura reta e as ideias arejadas que sempre trazem à colação atuam como provas incontestáveis da capacidade daquelas 26 mulheres e servem de inspiração para milhões de outras Brasil afora.

Meu nobre Senador Maranhão, a nossa nobre Senadora Rose de Freitas, magrinha naquela época, era a nossa musa da Constituinte. E eu lembro o tanto que ela foi guerreira, nota 10 do Diap, para poder conseguir garantir os direitos sociais nossos na Constituição brasileira.

Estou quase chegando ao fim, mas eu gostaria de provocar e dar um aparte ao nobre Senador Maranhão, em homenagem à Paraíba e a todas as mulheres brasileiras.

Meu nobre Senador Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB - PB) – Senador Hélio, não precisaria V. Ex^a provocar o aparte, porque eu já estava aqui preparado para felicitá-lo pelo oportuno e variado discurso que V. Ex^a está fazendo hoje aqui, neste final de sessão, abordando tantos assuntos da atualidade. V. Ex^a tem sido um guerreiro no dia a dia do Senado da República. E certamente o trabalho que V. Ex^a faz dignifica o povo que V. Ex^a representa, exatamente o povo residente no Distrito Federal. Eu tenho certeza de que, por isso mesmo, V. Ex^a vai ser premiado outra vez, elegendo-se com o direito que tem pelo trabalho que efetua e, sobretudo, pela legitimidade de sua representação.



O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Muito obrigado, nobre Senador Maranhão. Quero incorporar o aparte de V. Ex^a, que me honra muito, um Governador, um Deputado de tantos mandatos, um Senador de tantos mandatos, uma pessoa que honra a Paraíba, que honra esse povo nosso nordestino aqui, nesta Casa. Para mim, é muita satisfação conviver com V. Ex^a.

Muito obrigado, nobre Senador Maranhão, pelas suas palavras generosas.

Pois bem, meu nobre Presidente Bel, aqui, ao rememorar os sacrifícios que foram impostos às Constituintes e que seguem sendo parte do cotidiano das mulheres de todos os quadrantes, voltamos os nossos olhos novamente à razão de ser do Dia Internacional da Mulher e dos eventos que o marcam: refletir.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr^{as} e Srs. Senadores, como cada um de nós aqui presentes, as Senadoras que engrandecem esta Legislatura não conseguem compreender as razões pelas quais ainda há mulheres ganhando menos do que homens para desempenhar tarefas idênticas ou perdendo um posto de trabalho em função do seu gênero.

Nesse sentido, é desconcertante notar que as suas motivações não são muito diferentes das de uma série infindável de mulheres que, desde o século XIX, promoveram movimentos e jornadas de luta em defesa de direitos sociais e políticos que hoje são vistos como comezinhos.

Elas continuam a sonhar com a transformação das aspirações de maior autonomia feminina em algo concreto, palpável e inalienável, exatamente como fizeram as cultuadas Bertha Lutz, Nísia Floresta e Maria da Penha ou milhões de anônimas cujos esforços pavimentaram as condições para que chegássemos até aqui, como nossa nobre Margarida Maria Alves, da Paraíba.

O voto e...

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – ... o gozo da licença maternidade, por exemplo, parecem ser conquistas consolidadas nos dias (*Fora do microfone.*) atuais, mas foram, em um passado não muito distante, objeto de lento, intenso e árduo trabalho de convencimento, justamente como é atualmente a luta por relações equilibradas, contracheques semelhantes e oportunidades iguais.

Para se ter uma ideia, segundo um relatório recente do Fórum Econômico Mundial, mantidas as atuais condições, as desigualdades de gênero no mundo somente seriam eliminadas em cerca de 170 anos. Por sorte, estou seguro de que as condições atuais não serão mantidas; por sorte e pela intervenção de pessoas como as Constituintes de 1988.

A elas e a todas as mulheres que não se intimidam diante de uma sociedade ainda sexista, fica o preito de nossa gratidão e fica, também, o compromisso deste Senado Federal em continuar fomentando discussões, denunciando injustiças e promovendo alterações legais necessárias à construção de uma mentalidade fraterna e igualitária.

Lutemos pela chegada desse dia de igualdade; ele seria o verdadeiro dia universal da mulher.

Meu nobre Senador Pastor Bel, eu nesta Casa votei contra a reforma trabalhista pelos efeitos colocados aí pelos nobres Senadores que me antecederam. Fui o Relator da CPI da Previdência, comprovei por "a" e "b" que havia equívoco na proposta da PEC 287, conhecida como PEC da morte, porque as pessoas trabalhariam, trabalhariam, trabalhariam e não conseguiriam se aposentar. Conseguimos, graças a Deus, demover o Governo dessa PEC da



morte e pôr por terra essa reforma que tanto prejudicaria as mulheres brasileiras, que têm dupla, tripla, quádrupla jornada de trabalho. Fui contra a reforma trabalhista por uma série de questões; uma delas é, principalmente, a parte que obriga a mulher brasileira a trabalhar em área insalubre mesmo gestante, mesmo lactante, trazendo graves problemas para a saúde da mulher.

Nós, Senadores; nós, Deputados; nós, Congressistas, temos que ter a dignidade de sempre lutar pela boa causa, de lutar pelos direitos sociais, de lutar pela política justa, de lutar por um amanhã melhor.

Então, dignifica-me muito este mandato, dignifica-me muito V. Ex^a estar presidindo essa Mesa e dignifica-me muito agora ser sucedido pelo nobre Senador Maranhão, que fará das suas palavras, com certeza, as palavras do Senado Federal, do Congresso Nacional, porque é uma pessoa experiente, Presidente da CCJ, pessoa que presidiu tantas comissões e esta Casa, governo de Estado e uma pessoa que, com certeza, hoje fechará com chave de ouro esse trabalho.

Daqui a pouco, às cinco horas da tarde, para todos os nossos ouvintes, eu quero convidá-los a assistir, ao vivo também, à reunião da Comissão Senado do Futuro, da qual eu sou Presidente, que discutirá o importante problema da crise hídrica, da crise da água. A partir de cinco horas da tarde, na TV Senado.

Muito obrigado, nobre Pastor Bel.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Quero aqui parabenizar V. Ex^a pelo excelente discurso, sempre nessa preocupação. Eu digo o mesmo para V. Ex^a: V. Ex^a tem que voltar para esta Casa, para o Senado. Seu Partido tem que lutar para mandá-lo para este Senado, para continuar fazendo os trabalhos que vem fazendo neste Senado.

Quero agora também aproveitar e parabenizar todas as mulheres servidoras do Senado. Em nome do nosso gabinete e de todas as mulheres do nosso gabinete – da Eliane, da Simone e da Carol –, eu quero saudar e abraçar todas as mulheres da nossa Casa, do Senado Federal.

Quero também aproveitar e, em nome da primeira-dama das nossas Assembleias de Deus no Maranhão, a irmã Conceição, esposa do Pr. Pedro Aldir, da nossa Ceadema, saudar todas as mulheres guerreiras, esposas de pastores do meu Estado.

Agora, vamos ouvir S. Ex^a o Senador Maranhão, de longa experiência – Governador, Senador por vários mandatos –, um homem que tem feito um excelente trabalho nesta Casa.

Quero parabenizar V. Ex^a pelo trabalho, tanto como Governador, como Senador – o seu Estado, a Paraíba, está de parabéns –, pelo serviço prestado ao Estado da Paraíba.

V. Ex^a está com toda oportunidade.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vou fazer aqui um registro pequeno, curto, menos importante do que o fato de que nós estamos hoje comemorando o Dia Internacional das Mulheres. E aproveito para mandar aqui o meu abraço e os meus cumprimentos respeitosos a todas as mulheres do Brasil, especialmente as mulheres do meu Estado, as paraibanas, que têm oferecido um contributo valioso ao trabalho, à organização, à política e à vida social do meu Estado.

E quero aqui fazer um registro. Evidentemente, esse registro corresponde a um fato de que acho oportuno falar. Quando estive à frente do Governo do Estado da Paraíba, criei a Secretaria da Mulher, porque não existia, na estrutura organizacional do Estado, essa secretaria voltada



para os direitos e os interesses das mulheres. E, ao lado da Secretaria da Mulher, nós criamos também a rede de delegacias das mulheres, para atender a uma conveniência absolutamente necessária de que as mulheres precisavam nas delegacias, aonde chegam muitas vezes constrangidas por maus tratos ora recebidos dentro do próprio lar, na família, ora no ambiente de trabalho e na vida social de um modo geral. A ausência de uma delegada do mesmo sexo criava-lhes alguns constrangimentos, o que, muitas vezes, até frustravam a iniciativa de procurar a proteção policial.

Eu quero aqui mandar um abraço especial para a mulher que organiza, na cidade de Patos, já há muitos anos, historicamente – a jornalista Soliandra Alves e seu esposo, Pedro Oliveira –, a festa da mulher. É realmente uma festa extraordinária, que reúne mais de 500 mulheres ilustres de toda Paraíba, da cidade Patos, da grande Patos, a maior cidade do Sertão do Estado. Ela reúne mais de 500 mulheres que têm atuação destacada na sociedade, no trabalho, na Administração Pública ou na iniciativa privada. Meu abraço a todas as mulheres que estão presentes nesse evento. Os meus cumprimentos e parabéns a Soliandra pela realização de mais uma edição dessa festa, que ela já realiza há 16 anos.

Mas, Sr. Presidente, chamou-me a atenção, hoje, uma manchete de *O Estado de S. Paulo*, uma notícia que está em manchete de primeira página, que diz o seguinte: "Futuro de 52% dos jovens do País está em risco". É um relatório do Banco Mundial, mostrando que 25 milhões de brasileiros entre 19 e 25 anos de idade não trabalham nem estudam, ou frequentam escola com atraso ou estão vulneráveis à pobreza. E eu diria: vulneráveis à pobreza e, muitas vezes, ao próprio vício, às drogas, que já grassam no Brasil inteiro como uma verdadeira epidemia.

Sr. Presidente, não há dúvida alguma de que essa constatação estatística de um estudo criterioso e sério do Banco Mundial revela uma verdade, uma realidade que tem origens mais profundas: o ensino no Brasil tem pouco a ver com a realidade do mundo de hoje. É um ensino cuja metodologia não corresponde aos anseios do próprio estudante, nem às necessidades do mercado de trabalho, em que o estudante deveria se inserir após a conclusão do 1º ou do 2º grau. Isso, porque esta é outra realidade que choca neste País: daqueles que concluem o 2º grau, apenas 12% ou 13% têm verdadeiramente acesso ao ensino de 3º grau, ao ensino superior.

E essa massa extraordinária de jovens que concluiu um 2º grau precário, que desconhece a realidade do mercado de trabalho dos dias que atravessamos, onde está? Onde estão esses jovens? Na realidade, é a legião de párias, de desempregados, que o Banco Mundial aqui chama de "nem-nem", nem estudam – porque não podem continuar estudando no 3º grau, acessando o 3º grau –, nem trabalham.

Não estudam, porque o País não lhes dá condições de estudar.

Hoje qualquer curso técnico está custando ao brasileiro que não conseguiu passar no vestibular da universidade pública de R\$7 mil a R\$8 mil ao mês. Isso é algumas vezes o salário mínimo que seus pais estão percebendo. Por isso, eles estão nessa legião que o Banco Mundial chamou de nem-nem, porque nem estudam nem trabalham.

E o Brasil o que tem feito? E os nossos governos, não apenas o atual? Eu acho que há cem anos nós estamos patinando sem saber aonde vamos. De que forma nós podemos estruturar o ensino para atender a realidade do mercado de trabalho, para atender a necessidade de criar lideranças não somente no campo político, mas no campo das ciências, no domínio das tecnologias?



E este é um dos pontos que mais me preocupam: o Brasil, na realidade, não é um país industrializado, mas é uma grande linha de montagem, porque o ensino não foi capaz de criar, quantitativa e qualitativamente, os cientistas de que nós precisamos para formular nossos próprios projetos de desenvolvimento e de produção de material de consumo. Qualquer que seja a atividade industrial em que você pense...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – ... que você imagine, você vai verificar que o Brasil está recebendo os *kits* e importando, quando muito colocando numa caixa diferente, com o selinho "Made in Brazil", grande blefe, grande mentira!

O Brasil não foi capaz, por exemplo, de entrar na área da informática. Que país que se respeita e que quer realmente oferecer aos seus filhos uma oportunidade de vida digna que não cuidou dessa questão da modernização dos meios de produção? Que país? Se você for para os pequenos Tigres Asiáticos, outrora países que viviam na quase miséria, você vai ver que eles estão competindo com os países mais ricos do mundo. Está aí o exemplo de Taiwan, está aí o exemplo da Coreia do Sul e de tantos outros chamados de Tigres Asiáticos.

Uma realidade simples de se constatar, um exemplo que pode parecer até resumido, isolado: se você for para a telefonia, a comunicação, hoje o nosso dia a dia está totalmente invadido, ocupado pelos telefones celulares. Em todo esse mundo de telefones celulares que o nosso povo está comprando e usando, quantos telefones celulares foram desenvolvidos e produzidos no Brasil? Nenhum!

Isso seria um exemplo pequeno, mas é muito grande, porque o Brasil joga, manda para o exterior uma fábula do seu balanço de pagamentos em dólares quando adquire esses produtos. Nenhum é produzido no Brasil! É por que o brasileiro não tem inteligência? Antes, pelo contrário, o brasileiro é inteligente, é criativo, nossa mão de obra é muito boa e a nossa ciência também tem gerado grandes inteligências. Algumas ou muitas delas se mudaram do Brasil porque não encontraram aqui mercado de trabalho.

Falta essa base científica e tecnológica na nossa educação, tanto na educação de nível médio como na educação de nível superior. E, se nós não formos capazes de fazer essa revolução do ensino, modernizando-o, adequando-o às realidades do mundo em que vivemos, nós vamos ficar nessa eterna dependência tecnológica, vamos ficar também nessa carência imensa de mão de obra qualificada para ocupar os cargos, as funções, as atividades que, de outra forma, vão terminar não existindo no Brasil.

Eu registro essa estatística do Banco Mundial, esse estudo do Banco Mundial, e aproveito para lançar aqui um apelo ao Ministério da Educação, ao Governo e ao Congresso Nacional mesmo, no sentido de que faça, produza a revolução dos modos de ensino sob pena de o Brasil não ter, no futuro, senão uma condição de importador de tudo aquilo que o dia a dia da nossa sociedade precisa, necessita, para gerar os empregos e para dar dignidade ao nosso povo.

Muito obrigado a V.Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Quero também parabenizar V. Ex^a pelo belo discurso.

V.Ex^a tem uma experiência muito grande, Governador, Senador. Para mim, é uma honra estar aqui aprendendo com V.Ex^a.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Obrigado a V.Ex^a.



O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Muito bem.

Quero também aqui fazer um registro especial, com a presença da empresária Lidijância, de Pernambuco, e do Dr. Paulo, aqui de Brasília. Quero fazer também um registro especial, em nome da nossa comissão política da Ceadema, da nossa convenção, ao Pastor Jackson Douglas; Pastor Francisco de Assis; Pastor Francisco; Pastor Assis, perdoe-me; Pastor Fábio Leite, grande Fábio Leite, um grande articulador, um grande homem; Pastor Antônio José, grande doutor, pastor, um homem de uma inteligência muito grande; Pastor James; e à Liviana, que auxilia o Pastor Pedro, que faz parte da comissão política. A comissão política traçou um projeto muito grande para o Maranhão.

Quero registrar o nome de todos esses companheiros que fazem parte da nossa comissão política. O Pastor Walberto Magalhães é um grande articulador, um homem, um grande pastor ali da cidade de Arari. Deixo o meu abraço a todos os meus colegas.

Em nome da minha mãe, hoje eu encerro esta sessão, fazendo uma homenagem especial a esta grande mulher, Maria do Carmo, que teve a oportunidade de me trazer ao mundo – uma mãe, uma amiga e uma grande mulher. Eu falo com muita emoção no coração quando falo de Maria do Carmo.

Quero também deixar aqui a todas as mulheres – nós temos um grupo da família, que é o grupo Buscapé – à tia Névia, à tia Toca, à Josélia, à Meia, a todas essas guerreiras mulheres, à Geisa, à Sula, à Dinamar, minha prima... Quero dizer que vocês são mulheres especiais, mulheres guerreiras. Então, quero saudar todas as mulheres do grupo Buscapé. A gente se comunica. Família é projeto de Deus. E eu sou muito honrado de fazer parte desta linda e maravilhosa família.

Deixo meu abraço a Santo Antônio dos Lopes, cidade maravilhosa, onde as mulheres hoje foram para as ruas falar sobre seus direitos. São tantas mulheres que sofrem no nosso País. A gente tem que agora, neste momento, pedir a Deus que proteja essas mulheres, no seu dia, que talvez estão sofrendo, sendo maltratadas pelos esposos. Eu não chamo de esposo, mas de cabra safado que não têm compromisso com a dignidade nem com a moral. Ele deve cuidar bem da sua esposa e da sua família. Deixo aqui o meu carinho a todas as mulheres do Maranhão.

Deixo aqui um registro ao meu amigo Pastor Obede, do Banco do Brasil, na cidade de Caixas, e à sua esposa Noeme. Quero também deixar o meu abraço a todas as mulheres guerreiras. Não posso deixar de falar... Quero também registrar agora o nome dessas guerreiras mulheres – sinto-me muito feliz de morar na cidade de Santo Antônio dos Lopes, abençoada pelo Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo – e de todas as mulheres do Médio Mearim, começando pela minha cidade natal, Trizidela do Vale, Pedreiras e toda essa região. Deixo o meu abraço, a minha saudação a todas as mulheres.

Como não há mais nenhum orador inscrito, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 46 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 22ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Discurso encaminhado à publicação



O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente e mentor desta sessão, Senador Eduardo Amorim, Colegas senadores e senadoras, esta sessão acontece graças à sensibilidade do profissional da medicina, conjugada à vivência política do nosso estimado Senador Eduardo Amorim.

Permita-me, Senador Amorim, começar por uma breve reflexão sobre a aproximação entre a política e a medicina, com uma singela pergunta:

Por que tantos médicos migram para a política?

No meu estado, o Maranhão, tivemos um governador médico, o Dr. Jackson Lago. Ele dizia que se lançou na política quando se deu conta de que a maioria das doenças não eram do indivíduo. Eram doenças sociais. E que só através da boa política poderiam ser tratadas.

O médico, afinal, traz na sua cotidiana vivência a experiência de lidar com o sofrimento humano, os limites da vida, a dor anônima dos que padecem. Para quem tem olhos para enxergar o próximo, esse é um dos caminhos que desembocam na atividade política.

E a medicina produziu grandes nomes para a política. Basta lembrar a feliz circunstância de vivermos numa cidade que nasceu do sonho de um médico que se fez político, Juscelino Kubitschek.

Quem sabe não teremos no Brasil, ano que vem, outro médico, comandando os destinos do país?

Evidentemente minha perspectiva ao pedir a palavra nesta sessão, não é a de especialista. Não venho de uma família de médicos. Não tenho nada a dizer sobre o tema desta sessão, que já não seja do conhecimento dos senhores e das senhoras. Mas o destino, com suas trapaças, me obrigou a ter uma compreensão mais profunda das questões relacionadas aos problemas renais.

Nesta mesma data, 8 de março, há exatos 17 anos, morreu meu pai, vítima de insuficiência renal. Eu acompanhei sua longa agonia, as intermináveis sessões de hemodiálise, a sua luta tenaz pela vida.

Ano passado, acompanhei meu irmão até São Paulo, para submeter-se a delicada cirurgia nos rins.

Hoje mesmo, daqui a pouco, tomo um avião para São Paulo, para acompanhar o início do tratamento quimioterápico de meu filho mais novo. Há pouco mais de uma semana ele teve que retirar um rim, envolto por um tumor.

Nessa saga familiar, conheci e dou testemunho de atos e feitos extraordinários. Pude ver a façanha, desconhecida para os brasileiros, que é o trabalho do Hospital do Rim, em São Paulo.

É o centro hospitalar que mais faz transplantes renais do mundo, com cerca de 900 procedimentos por ano. Milhares de pessoas devem a vida a esse trabalho que é referência mundial. E, é preciso destacar, 80% dos pacientes são provenientes do serviço público de saúde, o SUS.

Me sinto no dever de enaltecer, desta tribuna, a figura do dr. José Osmar Medina, diretor do Hospital do Rim. Ele é um desses heróis que mereciam ter o reconhecimento de todos. O Dr. Medina atravessou uma infância pobre para se tornar, por mérito próprio, um dos mais importantes profissionais da nefrologia mundial. Dedicando 12 horas por dia ao seu mister profissional, o Dr. Medina e sua equipe são motivo de orgulho para a medicina brasileira.



Por fim, senhor presidente, finalizo homenageando as mulheres aqui presentes, pelo seu dia. Que este 8 de março seja uma oportunidade para reafirmar a necessidade de reduzir as desigualdades de gênero.

Senador Eduardo, mais uma vez, parabéns pela iniciativa, e desde já, conte comigo, nas próximas edições, para subscrever o requerimento para me associar a esta data tão importante.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 23ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Arquivamento



Uma vez que o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi unânime, pela inconstitucionalidade, esta Presidência, em observância ao disposto no art. 101, § 1º, do Regimento Interno, determina que o Projeto de Lei do Senado nº 120, DE 2011 seja definitivamente arquivado.



Discursos encaminhados à publicação



DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o Dia Internacional da Mulher tem se convertido ano após ano em uma oportunidade de se celebrar e discutir a importância delas na sociedade. Uma importância que precisa estar para além das palavras, assentada em gestos, em mais espaços sociais e econômicos para elas, configurada em redução das diferenças que as colocam em posição subalterna.

Nós temos razões de sobra para ter fé em mudanças que favoreçam a mulher. Muito em razão dos esforços delas, pessoais ou coletivos. Elas estudam mais e se preparam melhor para ocupar espaços no mercado de trabalho, seja no setor privado, seja no setor público. Sabe-se que até 2016, elas representavam no Brasil apenas 11% dos cargos de direção nas empresas. É ainda pouco. Mulheres em posição de liderança parecem ser um imperativo destes tempos em que elas se impõem como força de trabalho inovadora e cada vez mais capaz.

Afirmo isso porque testemunho em meu Estado, o Piauí, um avanço da força feminina por melhor formação educacional. No Piauí, segundo dados do IBGE, elas estudam em média quase dois anos mais que os homens. Isso tem se refletido numa participação cada vez maior das mulheres no preenchimento de vagas em concursos públicos, inclusive nas carreiras de Estado, as quais exigem um elevado preparo daqueles que concorrem a estas vagas.

Evidências frequentes deste novo perfil de ocupação de espaços administrativos e políticos podem ser expressas, aliás, na presença de mulheres na política no Piauí. Cito especificamente aqui os nomes de algumas mulheres progressistas com mandatos em meu Estado: a deputada Iracema Portella, a vice-governadora Margarete Coelho, a deputada estadual Belê Medeiros e as prefeitas Carmelita Castro, de São Raimundo Nonato, e Ana Célia, de Cocal de Telha, Maria das Virgens Dias, a Virginia, de Dom Inocêncio, Lúcia de Fátima, de Colônia do Piauí, Michele de Cruz, de São Lourenço do Piauí e Maria José de Sousa Moura, de Santana do Piauí.

Cito ainda as vice-prefeitas progressistas Cynara Veras, de Barras, Luzinete Rodrigues, de Betânia do Piauí, Leslly Raquel Menezes, de Coivaras, Josefina Pinheiro Policarpo, de Monsenhor Hipólito, e Elvira Pereira de Carvalho, de Tanque do Piauí.

Mencionei as mulheres progressistas, mas não posso deixar de lembrar de todas as mulheres piauienses – sobretudo as mais anônimas, aquelas que são mães, donas de casa, trabalhadoras, empresárias... Muitas delas são as responsáveis principais pela manutenção econômica de suas famílias e isso aumenta a sua responsabilidade e importância. Mulheres provedoras do lar são construtoras de um futuro melhor para seus filhos.

O êxito das mulheres piauienses, bem assim o sucesso de mulheres pelo Brasil, resulta muito dos esforços delas, de lutas que antecederam em muito os tempos atuais. Mas ainda não são esses êxitos suficientes para assegurar que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres proporcione a necessária equidade para que a maioria feminina na população brasileira se reflita em menos desigualdade.

Neste rumo de equidade, aliás, chamo a atenção para o esforço do meu partido, o Progressistas, com objetivo de ampliar a participação feminina na política. Por meio da Fundação Milton Campos, o partido tem promovido debates e esforços para que haja mais mulheres na



política, porque esta é a arena na qual elas poderão ocupar mais mandatos eletivos e cargos públicos os quais exercem sempre com muito desvelo.

Se o esforço para se ampliar a participação da mulher na política já é grande, muito maior tem sido o suor derramado pelas próprias mulheres em se fazerem proativas na ampliação de seus espaços na vida pública, social e econômica do país. Esse mérito feminino de lutar e ocupar esses espaços precisa ser reconhecido e aplaudido de pé. Um reconhecimento que, no entanto, pode e deve ir além do elogio às mulheres por seus êxitos.

É fundamental apoiar sistematicamente as mulheres em seus esforços contra a discriminação, a violência doméstica, muitas vezes sistêmica, o desrespeito aos seus direitos ou recorrentes práticas de assédio.

Tudo isso posto, acredito que possa eu fazer ainda a afirmação pessoal de que estou em minoria em minha casa, onde predominam mulheres: minha esposa, três filhas, minhas irmãs, uma neta. Isso sem contar com a presença frequente de minha mãe, Eliane, a quem desejo expressar agradecimento pela vida e pela educação que tenho e em nome de quem quero desejar um feliz Dia Internacional da Mulher a todas as brasileiras, especialmente às brasileiras residentes no meu querido Estado do Piauí.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diferentemente de Brasília, Belém, a capital do meu Estado, é uma cidade com ruas e avenidas identificadas por nomes de figuras públicas importantes na história paraense e do Brasil. É o caso de Gentil Bittencourt, governador do Pará e intendente de Belém no período de 1921 a 1923. De Júlio Cezar Ribeiro, paraense que descobriu a dirigibilidade aérea e possibilitou Santos Dummont ser o primeiro a decolar a bordo de um avião impulsionado por um motor a gasolina em 1906, no Campo de Bagatelle, em Paris. Cito ainda o Cônego Batista Campos, importante ativista político da história paraense e autor intelectual da Cabanagem, revolta popular e social ocorrida no período imperial, nos anos de 1835 a 1840.

A não ser pela tão presente homenagem à padroeira dos paraenses, Nossa Senhora de Nazaré, a figura feminina ficou relegada na história, à sombra do protagonismo masculino.

Hoje, data em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, venho a esta Tribuna na tentativa de resgatar e homenagear algumas das bravas figuras femininas que tiveram um papel fundamental na história política e social do meu Estado.

O feminismo, tão presente nos dias de hoje, já fincava suas raízes lá pelas décadas de 20 e 30 no Pará. A cientista política Maria Luzia Miranda Álvares, em um de seus muitos artigos sobre a participação da mulher na política, chama atenção para o movimento que seria considerado a primeira onda sufragista na Região Norte.

Em seu artigo, Maria Luzia Álvares detalha que “As sufragistas paraenses nucleadas no Departamento Paraense pelo Progresso Feminino traduzem suas práticas em divulgar ideias de Bertha Lutz, através dos jornais e em artigos que demonstram a sua inclusão entre as que defendem os direitos de igualdade política feminina”. Cita Elmira Ribeiro Lima e Ormindia Ribeiro Bastos.

Nascida em 1904, na cidade de Manaus, no Amazonas, Elmira mudou-se com os pais para Belém quando ainda tinha três anos de idade. Na capital paraense, foi tomada pelo clima de disputa política travada entre Lauro Sodré e Antônio Lemos, se aliando ao primeiro. Filiou-se



então à Liga Feminina Lauro Sodré e sua atuação política acabou a conduzindo ao jornal Folha do Norte, onde escreveria uma série de artigos sobre a emancipação feminina.

Em junho de 1931, criou com outras mulheres o Departamento Paraense pelo Progresso Feminino, tornando-se a primeira presidente desse núcleo do sufragismo no Pará. Sua sobrinha, Ormindia Bastos, que desde 1925 atuava como assessora jurídica da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, subsidiava as atividades do núcleo paraense e teve um papel significativo para que o Pará se fizesse presente no II Congresso Internacional Feminista, no Rio de Janeiro, em julho de 1931. Este evento foi um marco na história das sufragistas. No ano seguinte, em 24 de fevereiro de 1932, foi publicado o código eleitoral Provisório, Decreto 21.076, assegurando o direito às mulheres de votar e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo.

A conquista pelos direitos políticos possibilitou que, em 1935, na cidade paraense de Vigia, a maranhense Rose Blanche de Freitas Corrêa fosse eleita a primeira mulher prefeita no Pará.

Outra figura de destaque na história política do meu Estado é Francisca do Céu Ribeiro Sousa. Nascida em 1898, em Belém, Francisca fez carreira no magistério, profissão que lhe rendeu o apelido de “Professora Santinha”.

Ao lado de outras professoras, fundou a Legião Feminina Magalhães Barata, braço do Partido Liberal que tinha por função auxiliar as campanhas eleitorais. A associação feminina permaneceu no cenário paraense até 1965. Porém, antes disso, mais exatamente em 1948, Francisca foi indicada para disputar uma vaga na Câmara Municipal de Belém pelo PSD. Saiu vitoriosa naquele ano, tornando-se a primeira vereadora paraense.

Além da política, as paraenses tiveram e têm destaque em outras importantes áreas. Como não falar de Eneida de Moraes? Nascida em Belém, no ano de 1904, Eneida aprendeu as primeiras letras em casa, com sua mãe. Muito cedo estudou francês, lendo livros de contos e lendas da literatura francesa. Aos sete anos escreve o seu primeiro conto. Formada pela Faculdade de Odontologia, nunca exerceu a profissão. Sua paixão eram as letras. Escrevia em prosa e verso, em pequenos jornais e nas revistas A Semana e Guajarina sob o pseudônimo de “Miss Felicidade”. Atuou ainda como crítica literária do jornal O Estado do Pará.

Em 1932, mudou-se para São Paulo onde ingressou no Partido Comunista. Sem jamais abandonar as letras, foi autora de vários artigos políticos, os quais lhe renderam 11 prisões durante o Estado Novo. Autora de uma dezena de livros, dedicou sua vida a cultura e a arte. Já com certa idade e com a saúde bastante debilitada em razão de um câncer, começou a articular com o Governo do Pará a criação de um museu da imagem e do som, aos moldes do MIS do Rio de Janeiro. O museu foi instalado em 1971, mesmo ano de sua morte.

Dessas feministas que sonharam, imaginaram, ousaram, é preciso ter a coragem necessária para honrarmos o que fizeram por nossa gente. A luta das mulheres no mundo é uma tenaz experiência para fazer da insurreição e da luta uma avenida inescapável para alcançarmos a utópica justiça perfeita, a equidade entre os gêneros, para que imaginemos o Brasil e o mundo com as lentes da esperança e da renovação.

É isso que eu tinha a dizer.

Obrigado.



**SENADO FEDERAL****SECRETARIA-GERAL DA MESA***SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP**COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM***SF - 1**

08/03/2018

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faz-se necessário e em caráter urgente uma campanha nacional para a igualdade de salários entre mulheres e homens.

O Projeto de Lei da Câmara nº 130 de 2011, de autoria do deputado Marçal Filho, que prevê multa em razão de diferença salarial mulher e homem foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, com minha relatoria.

Atualmente, a proposta está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais. O relator é o senador Romero Jucá.

É inaceitável que em pleno século 21 ainda ocorra essa diferença. Por isso, eu entendo que cada um de nós, vocês que estão assistindo a TV Senado, ouvindo a Rádio Senado, acompanhando pela Agência de Notícias do Senado, se posicionem sobre este assunto, falem com seus familiares no trabalho com seus colegas, amigos, nas suas redes sociais, exijam dos senadores que votem e aprovem o PLC 130.

As mulheres brasileiras estão construindo os seus caminhos, com muita luta, e que não são nada fáceis, até por que a nossa sociedade sempre delegou poderes extremos ao homem, exigindo das mulheres a dedicação ao lar e aos afazeres domésticos.

Para mudar esse quadro, as mulheres brasileiras estão peleando no dia a dia contra todas as formas de discriminação.

E por serem cheias de vida e de uma vontade de dar inveja aos homens, elas, essas mulheres brasileiras, vem libertando suas vozes para que o mundo inteiro saiba que existe uma grandeza insuperável, consciente e construtiva, de força, capacidade e de superação na busca para ampliação de seus espaços na sociedade.

Sr. Presidente, aproveito para lembrar que a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, criada pelo deputado estadual do Rio Grande do Sul e ex-presidente da Assembleia gaúcha, Edgar Preto, está fazendo um belo de um trabalho. Essa Frente está se espalhando pelos outros estados da Federação brasileira.

Aqui no Senado Federal sou orgulhosamente um dos coordenadores. Inclusive, já fizemos lançamento e apresentação na CDH.

A Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres é um espaço político e plural para assegurar um canal de diálogo e discussão dos temas ligados ao combate à violência contra mulheres e meninas, pautados pelos movimentos sociais e de gênero.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar aqui o artigo “Caminhamos cada vez mais para o labirinto jurídico criado pela reforma trabalhista”, de autoria do juiz do Trabalho Jorge Luiz Souto Maior.

Esse renomado jurista e professor da USP também colabora com a subcomissão do Estatuto do Trabalho. Sua visão e aporte teórico sobre o mundo do trabalho é impressionante.

A Lei 13.467/17, independentemente de se questionar o seu ideário, é repleta de impropriedades técnicas, que impedem a sua aplicação, gostem disso, ou não, aqueles que vislumbravam com o advento da referida lei a saída para alguns de seus problemas jurídicos específicos.

Volto a carga com o argumento de que a Lei 13.467/17, da denominada “reforma trabalhista”, foi elaborada (a muitas mãos e sem uma comissão de juristas) no Congresso Nacional em tempo recorde de pouco mais de dois meses.



**SENADO FEDERAL****SECRETARIA-GERAL DA MESA***SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP**COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM***SF - 2**

08/03/2018

No tempo em questão e dada a amplitude da lei, pela qual se pretendeu alterar profundamente a regulação das relações de trabalho no Brasil, desprezando conquistas históricas e sufocando a ação sindical, com incursões, inclusive, na esfera processual, seria impossível que se conseguisse fazer uma obra legislativa perfeita e acabada, por mais competentes e inteligentes que fossem os seus elaboradores, os quais até hoje ninguém sabe quem são.

A primeira demonstração concreta do tamanho do imbróglia jurídico que se criou com a referida lei se deu em Brasília, nos dias 9 e 10 de outubro de 2017, na 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, promovida pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), quando mais de 600 juízes, procuradores e auditores fiscais do Trabalho, além de advogados e outros profissionais do Direito, divididos em oito comissões temáticas, debateram mais de 300 propostas de enunciados sobre a nova lei e aprovaram 125 enunciados, quase todos em contraste com várias das projeções que se faziam a partir do advento da lei.

Esse evento gerou uma reação bastante ruidosa de alguns meios de comunicação, que, mesmo sem sequer terem parado para ler a lei e não possuindo o conhecimento jurídico mínimo para compreenderem que uma lei, sozinha, não dita o ordenamento jurídico, estando sujeita, sobretudo, aos preceitos constitucionais e aos princípios jurídicos do ramo do Direito no qual se insere, saíram por aí dizendo algo um tanto quanto incompreensível, mas bastante ameaçador, de que os juízes do Trabalho, reunidos em Brasília, se portaram como rebeldes, pois teriam dito, pelo teor dos enunciados, que não iam aplicar a lei.

A propósito disso, houve até quem tivesse proposto que se acionassem juízes no CNJ, para questionar, em reclamação disciplinar, o conteúdo de suas decisões judiciais, caso o denunciante compreendesse que o juiz se “recusou a aplicar a lei da reforma”.

Essas entidades, certamente, fingem desconhecer as complexidades jurídicas promovidas pela Lei 13.467/17 porque, no fundo, não querem que isso seja verdade, afinal, a lei, em diversos aspectos, tentou trazer normatização favorável aos seus interesses econômicos e admitir que a lei tenha impropriedades e que contraria a Constituição Federal seria assimilar a situação como uma grande oportunidade perdida.

A tal lei, no entanto, até hoje não foi assimilada pelo ordenamento jurídico e sequer foi materialmente concluída, já que estão tentando, a todo custo, consertá-la.

As complexidades da Lei 13.467/17 são tantas e tão explícitas que vários são os eventos que atestam essa realidade.

Destaque-se, inicialmente, o andamento da ADI 5.766, pela qual se questiona a constitucionalidade do artigo 790-B da CLT (caput e parágrafo 4º), que responsabiliza a parte sucumbente (vencida) pelo pagamento de honorários periciais, ainda que beneficiária da Justiça gratuita, e do artigo 791-A, que considera devidos honorários advocatícios de sucumbência por beneficiário de Justiça gratuita, vez que contrariam o princípio do acesso à Justiça e a disposição expressa da Constituição Federal, artigo 5º, inciso, LXXIV, que estabelece que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Fato concreto é que a ADI 5.766, proposta pelo procurador-geral da República, em 28 de agosto de 2017, ainda não teve qualquer manifestação, em sede liminar, de seu relator, ministro Roberto Barroso, e até hoje não foi posta em pauta de julgamento.

Para complicar ainda mais as coisas, em 14 de novembro de 2017 — três dias após a entrada em vigor da lei —, foi publicada, em edição especial do Diário Oficial da União, a MP 808, cujo teor constituiu nova revelação da balbúrdia jurídica criada pela Lei 13.467/17[3].



**SENADO FEDERAL****SECRETARIA-GERAL DA MESA**

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 3

08/03/2018

A MP 808, à guisa de fazer alguns reparos, promoveu nada mais nada menos do que 85 modificações na Lei 13.467/17 e chegou mesmo a trazer algumas disposições contrárias às posições que vinham sendo publicamente manifestadas por defensores da lei, como, por exemplo, os termos e limites da parametrização da reparação (antes mal denominada “indenização”) por dano extrapatrimonial.

As alterações, inclusive, foram baseadas em muitos dos argumentos apresentados pelas avaliações críticas ao conteúdo da Lei 13.467/17, muitos deles que já haviam sido expressos nos enunciados aprovados na 2ª Jornada da Anamatra.

E se isso tudo já não bastasse para atestar a inaplicabilidade concreta da enorme maioria dos dispositivos trazidos pela Lei 13.467/17, o Tribunal Superior do Trabalho, no dia 6 deste mês, publicou a Resolução Administrativa 1.953, pela qual se resolveu constituir uma Comissão formada por nove ministros do Tribunal Superior do Trabalho, “com a finalidade de regulamentar a aplicação da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, aos contratos de trabalho vigentes e processos em curso”.

Nos termos do artigo 2º da referida resolução, a “Comissão disporá do prazo de 60 (sessenta) dias para ultimar a regulamentação da referida lei, prorrogável, a critério dos seus componentes, por tempo necessário para conclusão dos trabalhos”.

Ora, se as autoridades judiciárias máximas em Direito do Trabalho no Brasil precisam de 60 dias para “ultimar a regulamentação da referida lei” é porque, indubitavelmente, primeiro, a aplicação da lei envolve aspectos jurídicos extremamente complexos, tortuosos e conflituosos; e, segundo, que a lei não se apresentou ao mundo pronta para ser aplicada com o mínimo de segurança jurídica que as relações sociais exigem.

Chegamos, então, a situação atual concreta de uma lei, feita às pressas, que:

- trouxe mais de 200 alterações na CLT, sendo que muitas delas conflitam com normas constitucionais e convencionais, contradizem termos expressos da CLT ainda em vigor e se contrapõem aos princípios jurídicos trabalhistas, notadamente, os da proteção, da melhoria da condição social dos trabalhadores e do não retrocesso;
- motivou a formulação de 125 enunciados interpretativos e integrativos, publicados na 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho promovido pela Anamatra, que apenas iniciaram o processo de integração da lei ao ordenamento jurídico;
- sofreu 85 alterações ditadas pela MP 808, sendo que os próprios termos da MP 808 trazem novos confrontos, inconsistências e inconstitucionalidades, a começar pela própria pertinência de sua edição, valendo lembrar, ainda, que a MP não foi votada até o momento e a ela foram apresentadas 967 emendas (recorde histórico)[5];
- está sob estudos de uma comissão no TST, que terá o prazo, prorrogável, de 60 dias para apresentar uma “regulamentação” da lei, o que, mesmo concluído, estará longe de representar uma definição a respeito, vez que é juridicamente bastante questionável a competência de um órgão jurisdicional para “regulamentar” uma lei;
- aguarda a avaliação do STF em 18 ações: ADI 5.766 (relator ministro Barroso); ADI 5.794 (relator ministro Fachin); ADI 5.806 (relator ministro Fachin); ADI 5.810 (relator ministro Fachin); ADI 5.811 (relator ministro Fachin); ADI 5.813 (relator ministro Fachin); ADI 5.815 (relator ministro Fachin); ADI 5.826 (relator ministro Fachin); ADI 5.829 (relator ministro Fachin); ADI 5.850 (relator ministro Fachin); ADI 5.859 (relator ministro Fachin); ADI 5.865 (relator ministro Fachin); ADI 5.867 (relator ministro Gilmar); ADI 5.870 (relator ministro Gilmar); ADI 5.885 (relator ministro Fachin); ADI 5.887 (relator ministro Fachin); ADI 5.888 (relator ministro Fachin); ADI 5.892 (ainda sem relator, pois protocolada em 6/2/2018);



**SENADO FEDERAL****SECRETARIA-GERAL DA MESA**

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 4

08/03/2018

• tem provocado inúmeras decisões contraditórias, notadamente no que se refere às dispensas coletivas de trabalhadores;

• teve um de seus principais pontos, do negociado sobre o legislado, tratado nos artigos 611-A e 611-B da CLT, questionado junto à OIT, a qual, após avaliação de peritos, recomendou ao governo brasileiro rever tais dispositivos.

Ou seja, a cada dia que passa evidenciam-se os diversos problemas gerados pela reforma trabalhista, sendo que até mesmo na promoção de empregos, ainda que precários, que é o que a reforma incentiva, não se teve um resultado adicional, numericamente falando.

Aliás, muito pelo contrário, diante das reiteradas dispensas coletivas, resultado da sensação, conferida pela reforma ao grande capital, da obtenção de uma espécie de poder absoluto, o que se discute é se a reforma reduziu, ou não, o número de empregos.

E, apesar de tudo isso, ainda há quem insista em tratar tão importante tema para vida de milhões de brasileiros e brasileiras como se fosse uma despreziosa folia carnavalesca.

Ora, mesmo diante de todos esses fatos, o jornal O Estado de S. Paulo, em pleno sábado de Carnaval, publica um editorial com o enredo “O sucesso da reforma trabalhista”, apoiado na alegoria de que a diminuição do número de reclamações representa, em si, um efeito positivo da reforma.

Além disso, curiosamente, o próprio editorial admite que a diminuição das reclamações é fruto das incertezas jurídicas geradas pela nova lei, que pôs os advogados em estágio de espera (o que, de todo modo, não se manterá por muito tempo, já que as ações judiciais só diminuem com a efetiva redução dos conflitos).

Mas para o Estadão, na sua defesa intransigente de um objeto que ele próprio demonstra não conhecer, pouco importa a coerência.

Então, de fundamento algum, mas, certamente, para gerar impacto com a manchete, tira a seguinte conclusão: “A reforma trabalhista vai sendo consolidada com mais rapidez e menos resistência do que se imaginava”.

Entretanto, bem ao contrário, o que a realidade demonstra é que se está caminhando cada vez mais para dentro do labirinto jurídico criado pela reforma e quanto mais se buscam saídas para a sua aplicação, na forma como imaginaram os seus defensores, o que sequer tem apoio no próprio texto legislativo editado, mais distante se estará da saída.

Renovo a pergunta: a quem essa “reforma”.

Era o que tinha a dizer.



Inclusões em Ordem do Dia



Concluída a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2014, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

As Mensagens nºs 4 e 5, de 2018, foram recebidas em Plenário e aguardarão deliberação do Plenário.



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 2018 (Complementar)

Dispõe sobre a Regra de Ouro, prevista no art. 167, inciso III, da Constituição.

AUTORIA: Senador José Serra (PSDB/SP)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **JOSÉ SERRA**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018– COMPLEMENTAR

Dispõe sobre a Regra de Ouro, prevista no art. 167, inciso III, da Constituição.

Art. 1º A Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 32.....
.....”

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, a União e demais entes da Federação deverão considerar, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas, observado o seguinte:

I – não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de amortização da dívida pública, incluindo o refinanciamento, ou inversões financeiras, neste último caso, aquelas que não afetam o resultado primário;

II - serão deduzidos do montante global de operações de crédito os valores destinados à realização de despesas que não afetam o resultado primário;

§ 3º-A. Será somado à base de cálculo das operações de crédito o montante de receitas financeiras ou arrecadadas em exercícios financeiros anteriores aplicadas em despesas que afetam o resultado primário.

.....” (NR)

Art. 2º A Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:





“Art 4º

I -

g) a elaboração e a execução da lei orçamentária anual para atendimento da ressalva prevista no art. 167, inciso III, da Constituição, observado o disposto nos arts. 32, § 3º, e 32-A desta Lei Complementar.

.....” (NR)

“Art. 32-A. Observado o disposto no art. 32, § 3º, fica permitida a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, desde que autorizadas nos termos do art. 167, inciso III, da Constituição.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso de que trata o *caput*, no caso da União, aplicam-se ao Poder Executivo federal as vedações previstas nos incisos I a VIII do *caput* e I e II do § 2º, do art. 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

Art. 3º Revoga-se o § 4º do art. 33 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem por objetivo regulamentar a regra prevista no art. 167, inciso III, da Constituição, mais conhecida como “regra de ouro”. Busca-se adequar a operacionalização, a transparência e o monitoramento do instituto para torna-lo efetivo no combate de déficits fiscais, mantendo-se também a sua coerência em relação às principais regras fiscais adotadas no país – teto de gastos, no caso da União, e meta de resultado primário.

Basicamente proponho (i) normas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDOs sobre como operacionalizar a elaboração e a execução dos orçamentos considerando a natural “válvula de escape” da regra de ouro, que consta do art. 167, inciso III, da Constituição e garante a participação do Congresso na discussão de ajustes fiscais relevantes; (ii) nova metodologia de



apuração da regra de ouro para tornar efetivo o controle da aplicação de operações de crédito em despesas correntes primárias, como folha de pessoal e benefícios da previdência; (iii) as mesmas sanções previstas para o descumprimento do teto de gastos nas situações em que operações de crédito superarem as despesas com investimentos; (iv) tornar discricionária a constituição de uma reserva, nos casos em que as sanções do teto de gastos estejam em vigor quando os limites da regra de ouro forem extrapolados.

A Constituição hospeda a regra de ouro de maneira conceitual, sem descer a detalhes. Como consta em seu art. 167, inciso III, é vedado realizar operações de crédito em montante superior às despesas de capital.

O princípio fundamental que se pretendeu na constituinte foi impedir que os recursos provenientes das operações de créditos fossem aplicados em despesas correntes, incluindo o pagamento de juros. Vislumbrou-se naquele momento uma gestão fiscal sem déficits correntes. O objetivo, entretanto, não foi atingido.

Desde 2000, por exemplo, o Poder executivo federal emite títulos para pagar despesas com juros da dívida. Com a crise econômica, o desequilíbrio entre receitas e despesas afetou em cheio o déficit corrente crônico das contas do Governo Federal. Em 2016 e 2017, registros contábeis das contas federais mostram que o Governo tomou empréstimos não só para pagar juros, mas também folha de pessoal e benefícios da previdência.

É importante notar que a ocorrência de déficits correntes indica um rompimento da regra de ouro em uma interpretação conceitual.

Na realidade, o Governo tem cumprido formalmente a regra de ouro, embora não respeitando seu espírito, ao mesmo tempo em que convive com déficits correntes. Isto porque as receitas financeiras atípicas aplicadas em despesas com amortização da dívida entram na base cálculo da regra de ouro ampliando os limites para o endividamento. Recursos originados do tortuoso lucro cambial do Bacen, da devolução dos custosos empréstimos do BNDES, da remuneração da conta única do Tesouro, hoje aplicada em despesas primárias correntes, por exemplo, são receitas financeiras que comprometem a efetividade da regra.

O desenho constitucional da versão brasileira da regra apresenta um problema que deve ser enfrentado. De acordo com o art. 167, inciso III, da Constituição, quanto maior o volume de despesas para amortizar a dívida cobertas



00100.031024/2018-10
SF/18290.71095-78

com receitas financeiras não provenientes de endividamento público, maior será a margem para o Governo tomar empréstimo para bancar seus déficits correntes.

Isto porque a norma constitucional veda a realização de operações de crédito em montante superior às “despesas de capital”, que incluem não somente investimentos, mas também inversões financeiras, amortização e refinanciamento da dívida.

Essas fontes, como já mencionado, tem permitido o cumprimento da regra de ouro apesar do déficit corrente estrutural do país, que neste ano alcançaria R\$ 500,0 bilhões.

O aperfeiçoamento da regra é tecnicamente inevitável.

Não é preciso emendar a Constituição para se conseguir relevantes avanços. A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF pode regulamentar a forma de apuração da regra, como já o faz hoje, juntamente com a Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, órgão com competência reservada pela Constituição para disciplinar condições para a realização de operações de crédito.

As alterações que proponho na LRF limitam qualitativa e quantitativamente, de maneira efetiva, resultados deficitários nas contas que afetam o resultado primário. O importante é limitar o endividamento às despesas com investimentos, como recomendam a literatura acadêmica e a experiência internacional.

É preciso anular os efeitos de normas e práticas peculiares ao Brasil que acabaram por desvirtuar o espírito da norma constitucional.

Ao restringir os limites da regra de ouro às despesas com investimentos, surge um problema previsível. Como zerar o déficit corrente incluindo os juros da dívida pública? Em 2017, para se ter uma ideia do tamanho do ajuste, a necessidade de superávit primário seria equivalente a R\$ 368,7 bilhões dado que o déficit corrente correspondeu a R\$ 413,8 bilhões e os gastos com investimentos R\$ 45,1 bilhões.

Uma avaliação agregada dos gastos públicos revela uma situação ainda mais complexa. Além de uma conta elevada com juros, o país apresenta uma rigidez orçamentária sideral em comparações internacionais. Basta observar que 92% das despesas primárias são correntes, sendo que 95% deste montante são



despesas obrigatórias – aquelas que demandam ajustes por meio de alterações constitucionais ou legais.

Com base nesse retrato das contas públicas, proponho deduzir do volume total de operações de crédito realizadas pelo setor público, para fins de monitoramento da regra de ouro, as alocações destinadas a cobrir despesas financeiras, como juros da dívida, amortização e refinanciamento da dívida, bem como inversões financeiras. Dessa forma, a regra de ouro funcionará como um limite qualitativo e quantitativo de déficits primários baseado no volume de investimentos realizados em um exercício financeiro.

É importante ressaltar que o controle do déficit corrente via contas de fluxo – receitas e despesas do exercício financeiro - não deve alcançar despesas com juros em um país que apresenta histórica volatilidade da taxa de juros. Não é por acaso que a política fiscal hoje está ancorada em resultados que apuram o volume de despesas e receitas primárias do Governo. As duas principais regras fiscais – teto de gastos e resultado primário – não impõem limites sobre as despesas com juros. O controle das despesas financeiras no país deve ser realizado via contas de estoque, como seria o caso do limite para a dívida consolidada.

A regra de ouro será descumprida nos próximos anos. Para completar o novo desenho levando em consideração o teto de gastos recentemente aprovado, proponho também que as mesmas sanções do Novo Regime Fiscal sejam aplicadas enquanto o descumprimento da regra estiver sendo autorizado pelo Poder Legislativo, como prescreve a nossa Constituição.

Os dispositivos do projeto estão sintonizados com as demais regras em vigor no país – meta de resultado primário e teto de gastos. Além disso, a regra deixaria de ser uma peça de ficção, pois não mais teria como objetivo controlar as despesas com juros pelo lado do fluxo de receitas e despesas anuais do setor público.

Por fim, é importante destacar que a proposição contribui para facilitar o monitoramento da regra de ouro no âmbito dos Estados e Municípios. O Tesouro Nacional contará com parâmetros mais transparentes para controlar a aplicação das operações de crédito em despesas com investimentos, o que abre espaço para uma coordenação interfederativa da política fiscal mais eficiente.

Assim, conto com o apoio dos nobres senadores para que possamos adequar nossas instituições fiscais aos objetivos da política fiscal, de maneira coerente e técnica.



Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ SERRA**
PSDB-SP



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
 - parágrafo 2º do artigo 109
- [urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - inciso III do artigo 167
- [urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>
 - parágrafo 4º do artigo 33
- [urn:lex:br:federal:resolucao:2007;48](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2007;48)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2007;48>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 2018

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), a fim de regular a operação das Ligações Aéreas Sistemáticas.

AUTORIA: Senador Wilder Moraes (PP/GO)

DESPACHO: À COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), a fim de regular a operação das Ligações Aéreas Sistemáticas.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 220-A. As Ligações Aéreas Sistemáticas (LAS) constituem serviço de transporte aéreo público doméstico, aberto ao uso do público em geral e operado de acordo com programação publicada, realizada por empresa de táxi-aéreo devidamente autorizada e certificada.

§ 1º O interessado em obter autorização para operar uma LAS poderá requerê-la à Agência Nacional de Aviação Civil a qualquer tempo, na forma estabelecida em regulamento próprio.

§ 2º A autorização para operação de uma LAS será concedida com o objetivo de:

I - realizar ligação entre duas ou mais localidades dentro do território brasileiro que não estejam sendo atendidas por linha aérea doméstica regular; ou

II - promover o aumento de oferta de voos entre localidades já atendidas por uma linha aérea doméstica regular.

§ 3º Nas operações de LAS, as empresas de táxi-aéreo somente poderão utilizar aeronaves com capacidade máxima de até 60 (sessenta) assentos.

§ 4º Serão permitidas, no máximo, 60 (sessenta) frequências semanais de LAS por empresa de táxi aéreo.

§ 5º A autorização para a operação de uma LAS será cancelada quando:

I - deixar de ser executada por um período superior a 30 (trinta) dias;

II - não atingir 75% (setenta e cinco por cento) do percentual de voos previstos, durante o período de 03 (três) meses consecutivos;



III - não for implantada no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data prevista para o início das operações; e

IV - for constatada, através de estudo específico, a operação inadequada do serviço.

§ 6º A autorização para operação de uma LAS estará sujeita a reavaliação após um ano de operação da mesma rota por empresa de transporte aéreo regular.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A cada dia o cidadão brasileiro é mais desrespeitado pelas empresas aéreas. Seus direitos são retirados continuamente, primeiro alimentação, depois bagagem e hoje sequer pode marcar um assento com antecedência. Estas restrições são sempre justificadas com uma suposta queda de preços no futuro que nunca acontece. Isto ocorre porque hoje, praticamente, não há concorrência neste setor no Brasil. Apenas quatro empresas dominam 90% dos voos. Sem competição, não há estímulo para valorizar o consumidor.

Para mudar este quadro, este projeto tem o objetivo de flexibilizar e conferir maior segurança jurídica à operação das Ligações Aéreas Sistemáticas (LAS).

Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), o número de cidades atendidas pelo transporte aéreo regular recuou de cerca de 150, em 2007, para menos de 120, em 2016. Trata-se de movimento oposto ao que ocorre com o número de passageiros transportados, que vem crescendo ano após ano. A explicação é bastante simples: as grandes empresas aéreas do País têm optado por uma concentração excessiva de suas operações nas grandes cidades. Como consequência desse processo, a integração de pequenas e médias cidades ao restante do País por meio do transporte aéreo vem diminuindo consideravelmente.

Essa concentração vem gerando, ainda, um problema adicional: a diminuição da concorrência entre empresas aéreas em determinadas rotas. Cerca de 35% dos municípios atendidos pelo transporte aéreo regular possuem



apenas uma empresa aérea operando, o que deixa os passageiros reféns das companhias e eleva o custo das passagens

Uma forma de amenizar as consequências negativas da diminuição das localidades atendidas por transporte aéreo regular no País é flexibilizar a autorização para operação das chamadas Ligações Aéreas Sistemáticas. Em termos simples, a LAS é uma maneira pela qual empresas de táxi aéreo obtém uma autorização excepcional da ANAC para operar um serviço aéreo regular. Essa autorização excepcional tem como objetivo principal desenvolver novas rotas entre localidades de pequeno e médio porte.

Atualmente, a autorização para exploração das LAS é concedida em situações bastante excepcionais e condições bem restritas. Dentre as limitações mais importantes, destacamos: a previsão para que a autorização seja concedida somente no caso de ligação entre duas ou mais localidades dentro do território brasileiro que não estejam sendo atendidas por linha aérea doméstica regular; a utilização de aeronaves com capacidade máxima de até 30 (trinta) assentos; e o limite de operação de 15 (quinze) frequências semanais por empresa de táxi-aéreo.

Além disso, a operação das LAS ocorre em condições jurídicas bastante precárias. Isso porque há sempre o risco de se fomentar a demanda por transporte aéreo em uma localidade e ser substituído por uma linha aérea regular, sem qualquer recompensa pelos desafios superados e pelos investimentos realizados. Além disso, toda a regulamentação das LAS encontra-se, atualmente, em dispositivos infralegais, editados tanto pela ANAC como pelo antigo Departamento de Aviação Civil (DAC), o que aumenta a insegurança jurídica das empresas que operam nessa modalidade.

Em um cenário em que empresas aéreas de transporte regular estão, ano após ano, fechando suas operações em diversas localidades do País, não vemos razões para que o Poder Público restrinja excessivamente as condições de operação das LAS. Nesse sentido, julgamos de suma importância a alteração que ora propomos no Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), com o objetivo de inserir nesse diploma diretrizes básicas da operação das LAS. Com isso, atuamos tanto no sentido de flexibilizar as condições de operação dessa modalidade e ampliar suas possibilidades de atuação, quanto de forma a promover a segurança jurídica das LAS, conferindo maior estabilidade ao arcabouço normativo de sua operação.



SF/18034.00417-26



4

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos Nobres colegas Parlamentares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

Senador WILDER MORAIS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 7.565, de 19 de Dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica - 7565/86
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1986;7565>



Recursos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO LOPES

RECURSO Nº 01, DE 2018

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 91, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno, que o **Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2015**, que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal”, **seja submetido ao Plenário desta Casa.**

Sala de Sessões,

ASSINATURA	NOME
EDUARDO LOPES	ok
EIZIRIO SANTOS	ok
Pr. Bel	ok
WILSON ROCHA	ok
MAURO WILSON	ok
Vicente de Castro	ok
SERGIO DE CASTRO	ok
CASIER	ok
Zeze Benedito	ok

RECEBIDO EM: 21/03/2018
HORAS: 20:18

Cynthia Anabélina de Jesus Miranda
Mat.: 292257 SFSL (SGM)



SF/18589.80395-64

Página: 1/2 28/02/2018 12:36:25

65441280d4a94e29c41a5943227131d315725



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO LOPES

ASSINATURA	NOME
	IVO CASSOL
	RUY CARNEIRO
	RONALDO ARAÚJO
	JOSÉ MENDONÇA



SF/18589.80395-64

Página: 2/2 28/02/2018 12:36:25

47a65441280d4a94e29c41a5943227131d315725





SENADO FEDERAL

RECURSO Nº 02 DE 2018

Nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos que o Projeto de Lei do Senado nº 22 de 2017, que "Altera o art. 42 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para estipular prazo de vigência e criar o Fundo de Reserva nas parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil", seja submetido ao Plenário desta Casa.



SF/18724,59536-70

Sala das Sessões em

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Pêdro Chaves (PRO)

[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

RONEVO JUCA'OK

AUGUSTO DE ARAÚJO OK

Ailton Sandro OK

Vicentinho OK

Antonio Amâncio OK

[Assinatura]
 Raimundo Lira OK

GABRIEL BACH OK

Eduardo Ferri OK

SERGIO DE CASTRO OK

Página: 1/1 05/03/2018 18:06:17

442ff850cbb4b7c9d1da99f9ff21fca2216e80d



Recebidos os Recursos n^{os} 1 e 2 de 2018, interpostos no prazo regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 291, de 2015; e 22, de 2017.

As matérias ficarão sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 85, DE 2018

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial, em comemoração aos 40 anos de fundação da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB).

AUTORIA: Senador Hélio José (PROS/DF), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº , DE 2018

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial do Plenário do Senado Federal no mês de maio, em comemoração aos 40 anos de fundação da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB).

JUSTIFICAÇÃO

A ADUnB foi fundada em 24 de maio de 1978 e desde então atua pelo desenvolvimento de uma sólida política educacional, científica e cultural no Brasil. A entidade possui um dos mais altos índices de associação no País (quase 2.500 mil filiados) e representa a instituição de ensino superior mais importante do centro-oeste, a Universidade de Brasília (UnB), fundada em 1962 por Heron de Alencar, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira.

Foi instituída em plena ditadura militar, quando a UnB sofria forte repressão no livre saber. Depois de várias invasões e prisões de estudantes e professores, o corpo docente começou movimento de reivindicações, inicialmente de forma clandestina, que mais tarde originaria a ADUnB. A Associação foi uma das principais resistências pela manutenção do ensino superior público de qualidade no País e representou, dentro da universidade, a luta democrática travada pela sociedade brasileira contra o regime autoritário.

Hoje, o papel da ADUnB é o resgate desse espírito coletivo e do trabalho por um projeto de inserção social na universidade. Inclusive, recentemente a associação oferta à população do Distrito Federal o auditório mais moderno da cidade, que já abrigou diversos importantes eventos, com a presença até de Aaron Ciechanover, vencedor do Prêmio Nobel de Química.

Seus associados e associadas se destacam ao longo de 4 décadas não somente no meio científico, mas também na política, economia, direito e cultura. Entre eles podemos mencionar parlamentares, ministros de tribunais superiores, secretários de Estado, dirigentes de autarquia distrital e federal, religiosos, como um ex-cardeal de Brasília, escritores, compositores e diplomatas.



2

Por tais razões, requeremos que o Senado Federal preste essa homenagem às quatro décadas de existência da associação. A sessão será um momento de reflexão acerca do papel do professor universitário na formação da sociedade e da democracia e um espaço para reconhecer a importância histórica desta organização na garantia do ensino superior de qualidade e dos direitos dos docentes no Brasil.

Sala das Sessões,

Senador HÉLIO JOSÉ

Senador CRISTOVAM BUARQUE



Senador	Assinatura
1. _____	_____
2. _____	_____
3. _____	_____





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 86, DE 2018

Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 24 a 28 de março de 2018, a fim de atender missão para participar do Grupo de Parlamentares da América Latina e do Caribe – GRULAC, por ocasião da 138ª Assembleia da União Interparlamentar.

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

REQUERIMENTO Nº , de 2018

Tendo sido designado para participar do Grupo de Parlamentares da América Latina e do Caribe – GRULAC, por ocasião da 138ª Assembleia da União Interparlamentar, requero, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 24 a 28 de março de 2018, a fim de atender honrosa missão.

Nos termos do art. 39, comunico que estarei ausente do País no período de 23 de março a 02 de abril de 2018.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO ANASTASIA**



UNIV. UL FO 19/2018-42
56.05.18.23**SENADO FEDERAL**
PresidênciaMEMO Nº 11 /2018-PRESIDBrasília, 7 de Março de 2018A Sua Excelência o Senhor
Senador ANTONIO ANASTASIA

Ref.: Documento nº 00100.023030/2018-01

Senhor Senador,

Ao cumprimentá-lo cordialmente autorizo a participação de Vossa Excelência na 138ª Assembleia da União Interparlamentar, a ser realizada no período de 24 a 28 de março de 2018, na cidade de Genebra, Suíça, ocasião em que ocorrerá, também, a sessão ordinária do Grupo de Parlamentares da América Latina e do Caribe, nos termos da solicitação constante no Ofício nº 011/18.

Atenciosamente,


Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Término de prazos



Encerrou-se no dia 7 de março o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado nº 156, de 2014; 56 e 567, de 2015.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 8, DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº26, de 2017, da Senadora Regina Sousa, que Requer nos termos do art. 96-B do RISF, seja avaliada a política pública para erradicação do trabalho escravo no ano de 2017.

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa

RELATOR: Senador Paulo Rocha

14 de Dezembro de 2017



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Avaliação de Políticas Públicas

(Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal e Requerimento nº 26, de 2017, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relatório de Avaliação de Políticas Públicas de Erradicação do Trabalho Escravo

Presidente: **Senadora Regina Sousa (PT/PI)**

Vice-Presidente: **Senador Paulo Paim (PT/RS)**

Relator: **Senador Paulo Rocha (PT/PA)**

Brasília, dezembro de 2017



1. APRESENTAÇÃO

Com amparo no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, e nos termos do Requerimento nº 26, de 2017, aprovado em 4 de abril de 2017 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), este colegiado selecionou a política pública de erradicação do trabalho escravo como objeto de sua avaliação anual.

Essa avaliação envolve o conceito de trabalho escravo, a análise das diretrizes adotadas para a sua erradicação, as estratégias desenvolvidas a partir dessas diretrizes e as medidas postas em prática para executar essa estratégia, bem como os resultados produzidos.

A avaliação tem o objetivo de aferir a eficácia da referida política pública, identificando seus aspectos que têm surtido os efeitos desejados, tais como redução do número de trabalhadores em condições de trabalho análogas à escravidão e a punição dos responsáveis por essas práticas, e avaliando possíveis causas dos eventuais insucessos, de modo a auxiliar a encontrar caminhos para o aperfeiçoamento das atividades e das normas pertinentes.

2. IMPORTÂNCIA DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Em princípio, a escravidão, que nada mais é do que a supressão da dignidade do trabalhador perante a vontade de quem o explora, além de ser uma marca vergonhosa da nossa história, é um problema tristemente atual

fp2017-11595



ainda neste início do Século XXI. Por mais que tenhamos evoluído como sociedade, ainda grassa o barbarismo de explorar pessoas como se fossem coisas desprovidas de humanidade.

O trabalho indigno, servil, marca profundamente o trabalhador. Em condição análoga à escravidão a pessoa tem sua liberdade tolhida e sua dignidade suprimida. Os direitos fundamentais, entre os quais estão os direitos sociais, são a base da ordem democrática e o Estado não pode tolerar que abusos como esse persistam, pois são antagônicos aos seus princípios mais valiosos. Por essa razão, é dever do Estado combater ativamente os criminosos que submetem trabalhadores a condições de trabalho análogas à escravidão.

Falamos, atualmente, em analogia, pois a imagem da escravidão está fortemente associada ao tráfico e ao cativeiro de africanos e indígenas para trabalho na América colonial. A mera palavra “escravidão” evoca imagens de grilhões, senzalas, pelourinhos e chibatas. Mas a essência da escravidão antiga – quando não sua forma detestável – vive nas práticas contemporâneas que suprimem a dignidade do trabalhador, cristalizada em direitos sociais duramente conquistados. Esses direitos, além de visar a garantia das necessidades materiais mínimas do trabalhador, protegem sua condição de ser humano, que não pode ser tratado como máquina ou “peça” desprovida de dignidade e de vontade, sujeito aos desmandos de seu patrão. O neoescravagismo não repete exatamente as condições da escravidão colonial, mas brota do mesmo amálgama de ganância e desprezo à dignidade humana.

fp2017-11595



O combate ao trabalho em condições análogas à de escravo se dá mediante a articulação de políticas públicas que previnam e reprimam esse crime, responsabilizem os violadores e resgatem a dignidade das vítimas. O trabalhador precisa conhecer seus direitos e ter acesso aos remédios legais contra quaisquer violações, além de apoio para reinserção social que evite sua revitimização. O violador deve ser investigado, perseguido e punido. Para que isso ocorra, a ação estatal é indispensável.

3. O TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima¹ que existam ao menos 40 milhões de pessoas submetidas à escravidão contemporânea, das quais 71% são mulheres e meninas. Desse total, 25 milhões são submetidas a trabalho degradante, sendo as outras 15,4 milhões de pessoas escravizadas no contexto matrimonial, que inclui casamentos forçados e servidão marital, tanto laboral quanto sexual. Uma de cada quatro vítimas é criança e os trabalhadores migrantes (internos ou externos) e indígenas são particularmente vulneráveis.

¹ <http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-escravo/lang--pt/index.htm> Acesso em 11 de dezembro de 2017



No continente americano, a OIT estima que 1,9 pessoa a cada 1000 tenha sido submetida a alguma forma de servidão degradante em 2016.²

Muitos pensam que a escravidão terminou, no Brasil, com a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Essa Lei, que extinguiu a escravidão até então existente como instituto legal, foi o ponto culminante da proscrição legal iniciada em 1850 com a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico negreiro, passando em 1871 pela célebre Lei do Ventre Livre e pela Lei Saraiva-Cotegipe, de 1885, que libertava os escravos com idade igual ou superior a 60 anos. Contudo, o substrato econômico e moral que sustentava a escravidão não foi eficazmente erradicado com um singelo gesto da augusta pena da Princesa Regente Isabel. O que era legal, até então, continuou a existir como prática clandestina, jamais tendo desaparecido por completo.

Os números atuais da escravidão no Brasil são alarmantes, sob qualquer perspectiva. Quem não tem familiaridade com o assunto geralmente se assusta com os dados avolumados anos após ano. Quem conhece esses números ainda se revolta, exatamente por ter consciência do que isso representa em termos de violência e de miséria humana.

2

http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@ipecc/documents/publication/wcms_597871.pdf Acesso em 11 de dezembro de 2017



No Brasil, ainda segundo a OIT, mais de 50 mil trabalhadores foram resgatados de situações análogas à escravidão desde 1995. Desses, 95% são homens, 83% têm idade entre 18 e 44 anos e 33% são analfabetos. Tradicionalmente, a pecuária bovina era o setor que mais concentrava casos de escravidão moderna, mas foi observado um aumento de casos em setores como a construção civil e o de confecções, de modo que, desde 2013, vimos a escravidão contemporânea passar a ser, no Brasil, predominantemente urbana. Continuando essa tendência, em 2015, 607 dos 1010 trabalhadores resgatados, ou 61% do total, foram encontrados no meio urbano.

Tratando-se de um fenômeno atual, e não de um problema do passado encapsulado num diorama, é necessário tratar a escravidão conforme sua face presente, e não pretérita. O trabalho degradante, a servidão ou a limitação da liberdade de ir e vir em razão de dívida e a jornada exaustiva são, ao lado do trabalho forçado, o núcleo essencial do conceito contemporâneo escravidão. Essas são as principais formas mediante as quais padrões inescrupulosos, não podendo escravizar legalmente, violam a dignidade de trabalhadores, seja suprimindo a sua liberdade de escolher se permanecem ou não na atividade, ou a liberdade de locomoção, ou violando direitos trabalhistas fundamentais. Ameaças e subterfúgios servem, muitas vezes, tanto quanto a violência física para submeter o trabalhador ao arbítrio.

4. A EXPERIÊNCIA RECENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

fp2017-11595



Em 1995, o governo brasileiro reconheceu formalmente a existência de trabalho em condição análoga à escravidão no país e criou, mediante portaria³, uma ferramenta que, desde então, provou ser eficaz na busca e no resgate dos trabalhadores atingidos: o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), integrado por auditores fiscais do trabalho, procuradores do trabalho e policiais federais. Estruturado dessa forma, o GEFM consiste em política pública diretamente voltada para a erradicação do trabalho escravo. Mais de 50 mil trabalhadores foram resgatados pelo GEFM desde a sua criação⁴. O sucesso do GEFM fez com que seu modelo passasse a ser adotado como referência internacional.⁵

Também a legislação brasileira avançou notavelmente nas últimas décadas. O reconhecimento de direitos trabalhistas e sociais como direitos fundamentais, pela Constituição de 1988, foi um grande passo que estruturou novos e marcantes avanços. Este Relator teve a feliz oportunidade de ser o autor da proposição que deu origem à Lei nº 9.777, de 29 de dezembro de 1998, que atualizou o conceito antiquado de trabalho escravo do Código Penal, então vigente, aproximando-o do melhor entendimento

³ Portaria nº 550, de 14 de junho de 1995, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 1995.

⁴ <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/acoes-contratrabalho-escravo-resgatam-50-mil> Acesso em 11 de dezembro de 2017

⁵ Vide página 8 do relatório da OIT disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@ipecc/documents/publication/wcms_597871.pdf Acesso em 11 de dezembro de 2017



contemporâneo sobre esse tema, abrangendo aspectos como o aliciamento de mão-de-obra, a servidão por dívida, a coação, a retenção de documentos pessoais ou contratuais e o agravamento de pena quando a vítima for pessoa idosa, gestante, indígena ou com deficiência.

Foi marcante, ainda, a aprovação da Emenda Constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014, que prevê a expropriação, sem indenização, das propriedades rurais e urbanas nas quais for identificada a exploração de trabalho escravo.

Contudo, apesar da atuação do GEFM e do aprimoramento legislativo, observamos que nenhuma condenação em caráter final foi concluída pelo Poder Judiciário, o que deixou a política brasileira de erradicação do trabalho escravo num estado de seminaufrágio: trabalhadores eram resgatados, mas os responsáveis não eram criminalmente punidos, como se fosse um crime com vítimas, mas sem autores.

5. O CASO FAZENDA BRASIL VERDE

Em outubro de 2016, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) julgou o caso nº 12.066, resultante de controvérsia entre os trabalhadores da Fazenda Brasil Verde e o Estado brasileiro.

A CIDH verificou, nesse processo, que o Brasil não garantiu o direito de liberdade, violado pela submissão a trabalho escravo, na medida em que não adotou providências para prevenir a forma contemporânea de escravidão a que foram submetidas mais de uma centena de pessoas.

fp2017-11595



Especificamente, a CIDH observou que a demora na tramitação do processo penal brasileiro levou à prescrição da pretensão punitiva do Estado, o que acarretou a impunidade dos autores do crime. Ocorre que a CIDH, cuja jurisdição o Brasil reconhece e à qual se submete, nos termos do Decreto nº 4.463, de 8 de novembro de 2002, considera imprescritíveis os crimes de escravidão e suas formas análogas, tendo em conta sua natureza de crimes contra a humanidade.

Diante disso, na parte dispositiva da sentença, a CIDH determinou que:

“11. O Estado deve, dentro de um prazo razoável a partir da notificação da presente Sentença, adotar as medidas necessárias para garantir que a prescrição não seja aplicada ao delito de Direito Internacional de escravidão e suas formas análogas, no sentido disposto nos parágrafos 454 e 455 da presente Sentença.”

Por sua vez, os mencionados parágrafos 454 e 455 dispõem:

“454. Quanto à imprescritibilidade do delito de escravidão, a Corte concluiu no capítulo VIII-1 que a aplicação da figura da prescrição no presente caso representou uma violação ao artigo 2 da Convenção Americana, pois foi um elemento decisivo para manter a impunidade dos fatos constatados em 1997. Além disso, a Corte constatou o caráter imprescritível do delito de escravidão e de suas formas análogas no Direito Internacional, como consequência de seu caráter de delitos de Direito Internacional, cuja proibição alcançou o status de *jus cogens* (par. 249 supra). Ademais, a Corte recorda que, de acordo com sua jurisprudência constante, os delitos que representem graves violações de direitos humanos não podem ser objeto de prescrição. Consequentemente, o Brasil não pode aplicar a prescrição a este caso e a outros similares.

455. A Corte considera que a alegada amplitude do tipo penal previsto no artigo 149 do Código Penal brasileiro não modifica a



conclusão anterior como pretende o Estado (pars. 307 a 314 supra). Neste caso, a Corte não declara imprescritível, de maneira geral, um delito previsto no ordenamento jurídico brasileiro (o citado artigo 149), mas unicamente as condutas que constituam escravidão ou uma de suas formas análogas, em conformidade com o disposto nesta Sentença. A decisão da Corte possui, obviamente, o efeito de declarar que a escravidão e suas formas análogas são imprescritíveis, independentemente de estas corresponderem a um ou mais tipos penais de acordo com o ordenamento interno brasileiro. Portanto cabe a este Tribunal ordenar ao Estado que, dentro de um prazo razoável a partir da notificação da presente Sentença, adote as medidas legislativas necessárias para garantir que a prescrição não seja aplicada à redução de pessoas à escravidão e a suas formas análogas, no sentido disposto nos parágrafos 269 a 314 da presente Sentença.”

Além disso, a CIDH reafirmou o – óbvio – dever do Estado Brasileiro de fiscalizar o trabalho escravo e prestar apoio às suas vítimas, conforme consta explicitamente no parágrafo 319:

319. No tocante à obrigação de garantir o direito reconhecido no artigo 6 da Convenção Americana, a Corte considera que isso implica no dever do Estado de prevenir e investigar possíveis situações de escravidão, servidão, tráfico de pessoas e trabalho forçado. Entre outras medidas, os Estados têm a obrigação de: i) iniciar, de ofício e imediatamente, uma investigação efetiva que permita identificar, julgar e punir os responsáveis quando exista denúncia ou razão fundadas para crer que pessoas sujeitas à sua jurisdição se encontrem submetidas a uma das situações previstas no artigo 6.1 e 6.2 da Convenção; ii) eliminar qualquer norma que legalize ou tolere a escravidão e a servidão; iii) tipificar criminalmente estas figuras, com punições severas; iv) realizar fiscalizações ou outras medidas de detecção destas práticas; e v) adotar medidas de proteção e assistência às vítimas.

Delineava-se, a partir dessa condenação, um caminho com dois eixos que o Brasil deveria seguir: i) tornar efetivas as condenações por trabalho escravo, postergadas indefinidamente por disputas jurisdicionais



internas e pelo instituto da prescrição; e ii) intensificar, ou ao menos manter, a política de fiscalização e centrada no GEFM.

Pode-se discutir, juridicamente, se o primeiro desses eixos estaria satisfeito sem necessidade de alteração legislativa, em face do caráter supralegal das disposições constantes de tratados e convenções internacionais de que o Brasil seja signatário. A cautela orienta a trazer expressamente para o direito interno tais disposições, de modo a disseminar o conhecimento da norma e a evitar conflitos hermenêuticos. Porém, o que ocorreu ao longo do ano de 2017 lançou esse debate por terra e praticamente neutralizou a atuação do GEFM – o segundo eixo – tendo em vista os notáveis retrocessos patrocinados pelo governo brasileiro.

6. MUDANÇAS EM 2017

A Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) da União para o quadriênio 2016-2019, prevê para o Ministério do Trabalho a meta de aumentar em 20% as ações do GEFM. Somado esse fato à condenação pela CIDH no caso da Fazenda Brasil Verde, é de uma clareza solar que as atividades de fiscalização deveriam ser robustecidas.

Ocorre que verificamos exatamente o contrário disso: o funcionamento do GEFM foi obstruído de modo sórdido e eficaz, mediante restrição orçamentária e neutralização do arcabouço normativo que amparava sua atuação.

fp2017-11595



As restrições impostas ao GEFM são mais nitidamente apreciáveis se compararmos os dados dos últimos anos⁶. Chegando a dezembro de 2017, houve apenas 18 operações, com 30 inspeções e 73 trabalhadores resgatados. Não apenas são os menores números da série histórica inaugurada em 2003, com o lançamento do I Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, como são absolutamente pífios, sem exagero algum. A média anual de operações de 2003 a 2016 (ano esse em que já se observava uma queda da ordem de um terço) era de 130, ou sete vezes mais do que tivemos neste ano; o número médio de inspeções no mesmo período era de 263, o que é mais de oito vezes superior às realizadas em 2017; o número de trabalhadores resgatados anualmente desde 2003 chegava à média de 3.096, com pico de 5.999 em 2007, tendo caído à ínfima cifra de 73 indivíduos em 2017. Dito de outra forma, o desmantelamento da política de combate ao trabalho escravo no ano de 2017 resultou numa queda de 98,6% da eficácia dessas ações, diante da média histórica de pessoas resgatadas.

Enquanto o Brasil tinha a missão expressa de aprimorar os mecanismos, inclusive normativos, de combate eficaz ao trabalho escravo, o Poder Executivo fez precisamente o contrário disso. Indiferente à condenação do País pela corte continental especializada, aos objetivos expressamente declarados desde os primeiros artigos de nossa Constituição

⁶ Disponíveis em <https://observatorioescravo.mpt.mp.br/> Acesso em 12 de dezembro de 2017



Cidadã e aos imperativos éticos e morais que orientam a conduta de qualquer nação ou pessoa minimamente comprometida com a proteção da dignidade fundamental do ser humano, o governo brasileiro desfigurou as normas que sustentam a atuação do GEFM e protegem o trabalhador.

Os esforços do governo pela ampliação das hipóteses de terceirização, tanto no projeto relativo à terceirização quanto na reforma trabalhista, deixam mais trabalhadores expostos a condições degradantes. Isso já era prenunciado, por exemplo, em audiência pública realizada por esta CDH em 13 de abril de 2015 para debater a terceirização, quando a Sra. Lilian Marques, representante do DIEESE, apresentou dados alarmantes, que mostram que 6 em cada 7 trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão em dez grandes operações de fiscalização eram terceirizados. Informou, ainda, que durante o ano de 2013, a maior parte dos mortos em acidentes de trabalho eram terceirizados.

Contudo, o golpe mais contundente contra a política de combate ao trabalho escravo foi desferido com a publicação da Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017, do Ministério do Trabalho. Essa Portaria passa a considerar trabalho escravo apenas as situações nas quais houver trabalho forçado, cerceamento do direito do trabalhador de ir e vir, coação ou efetiva punição, retenção do trabalhador endividado mediante emprego de vigilância armada ou retenção de documentos. Todo o conceito de trabalho em condições degradantes, solidamente construído ao longo de anos de estudos e fiscalizações, ficou limitado à coação e à coerção do trabalhador. O acesso do trabalhador resgatado ao seguro desemprego, fundamental para sua

fp2017-11595



reinserção social e para impedir sua revitimização, foi severamente restringido.

Ademais, essa Portaria impõe entraves burocráticos às operações de fiscalização e restringe, conseqüentemente, a publicação do Cadastro de Empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas à escravidão, mais conhecida como Lista Suja do Trabalho Escravo, um importante instrumento não apenas de transparência, como também uma ferramenta de sanção jurídica e moral aos exploradores de trabalho em condições análogas à escravidão.

A Portaria nº 1.129, de 1 de outubro de 2017, foi questionada por diversos peticionários perante o Supremo Tribunal Federal, tendo a Ministra Rosa Weber decidido liminarmente, em uma das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), pela suspensão de seus efeitos, além de um Projeto de Decreto Legislativo apresentado nesta Casa, sustentando o efeito da referida Portaria.

7. CONCLUSÃO

As políticas públicas de erradicação do trabalho escravo começaram o ano de 2017 sob pressões opostas: de um lado, o Poder Executivo, responsável pela sua execução, restringia os meios para efetiva fiscalização realizada pelo GEFM e promovia um retrocesso histórico na conceituação do trabalho escravo; de outro lado, o Estado Brasileiro era exortado e condenado a aprimorar esses mesmos instrumentos

fp2017-11595



administrativos e normativos que, como se viu, foram efetivamente mutilados.

O atropelo dos fatos ao longo deste ano, sobretudo no segundo semestre, quando seriam desenvolvidas as atividades de avaliação aprovadas por esta CDH, criaram um ambiente de profundas confusão e incerteza, com paralisações voluntárias de trabalhos pelos agentes fiscalizadores, suspensão de atos por decisão liminar da nossa Suprema Corte, exoneração de integrantes do governo, alegações de improbidade administrativa, protestos e, registre-se, regozijo dos setores mais atrasados e reacionários do agronegócio brasileiro, que tiveram nesse desastroso retrocesso social e humanitário a recompensa do apoio que venderam ao governo.

A política de erradicação do trabalho escravo, antes um motivo de orgulho nacional, foi sacrificada à assim chamada “governabilidade”, criando uma profunda vergonha para o País e, o mais grave, deixando uma lacuna precisamente num momento de gravíssima crise econômica e social, quando os trabalhadores mais pobres ficam ainda mais vulneráveis aos métodos predatórios de patrões inescrupulosos e aliciadores.

Não obstante ainda pairar elevado grau de incerteza sobre a continuidade ou, oxalá, a restauração e o aprimoramento das experiências exitosas de combate ao trabalho escravo, propomos que as atividades de avaliação previstas para este ano tenham continuidade em 2018, quando os efeitos dos fatos ora relatados poderão ser percebidos com mais nitidez.



Dessa forma, com fundamento no que foi exposto neste Relatório, concluímos pela apresentação do seguinte **requerimento** para que a política de combate ao trabalho escravo seja objeto de avaliação deste colegiado em 2018:

Sala da Comissão, em 17 de dezembro de 2017

Senadora REGINA SOUZA, Presidente

Senador PAULO ROCHA, Relator

fp2017-11595





18

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CDH, 05/04/2017 às 11h - 11ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PMDB	
TITULARES	SUPLENTE
VAGO	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
MARTA SUPLEY PRESENTE	2. VAGO
HÉLIO JOSÉ PRESENTE	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
ÂNGELA PORTELA PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA	2. LINDBERGH FARIAS
PAULO PAIM	3. PAULO ROCHA PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	4. ACIR GURGACZ

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
JOSÉ MEDEIROS PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
VAGO	2. VAGO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
JOÃO CAPIBERIBE PRESENTE	1. VAGO
ROMÁRIO PRESENTE	2. VAGO

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
MAGNO MALTA PRESENTE	1. CIDINHO SANTOS
THIERES PINTO	2. WELLINGTON FAGUNDES

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
 ROMERO JUCÁ
 WILDER MORAIS
 HUMBERTO COSTA
 EDUARDO AMORIM
 FLEXA RIBEIRO
 WALDEMIR MOKA



DECISÃO DA COMISSÃO

(RDH 26/2017)

NA 105ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A PRESIDENTE COLOCA EM VOTAÇÃO A INCLUSÃO DA POLÍTICA PÚBLICA EXTRAPAUTA, QUE É APROVADA. EM SEGUIDA, DESIGNA O SENADOR PAULO PAIM RELATOR "AD HOC". A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO (RDH 180/2017) PARA QUE A POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO SEJA OBJETO DE AVALIAÇÃO DA CDH EM 2018.

14 de Dezembro de 2017

Senadora REGINA SOUSA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 2, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº4, de 2018, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO GUERRA DE ARAÚJO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Nigéria.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Jorge Viana

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

08 de Março de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 4, de 2018 (Mensagem nº 14/2018, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RICARDO GUERRA DE ARAÚJO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Nigéria.*



Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. RICARDO GUERRA DE ARAÚJO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Nigéria.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. RICARDO GUERRA DE ARAÚJO é filho de Nilton de Jesus Araújo e Maura Guerra Araújo e nasceu em Brasília em 1961.



Em 1983 concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática, passando a integrar os quadros do Itamaraty no ano seguinte, no posto de Terceiro-Secretário. Ascendeu a Conselheiro em 2004 e a Ministro de Segunda Classe em 2007, ambas as promoções por merecimento. No âmbito do Instituto Rio Branco, em 2006 apresentou e teve aprovada com louvor a tese intitulada “As Ambições Normativas e a Estratégia Comercial da União Europeia em Negociações de Acordos Preferenciais de Comércio: o Caso do Mercosul”, como requisito para conclusão do Curso de Altos Estudos daquele Instituto.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e no Serviço Exterior destacam-se as de Segundo-Secretário na Delegação Permanente junto ao GATT/OMC e Organismos das Nações Unidas em Genebra (1989-1992); Chefe do setor econômico na Embaixada em Praga (1992-1995); Assistente na Divisão de Política Financeira – DPF (1997-1999); Coordenador das Negociações Comerciais Interregionais Mercosul-EU na Delegação Permanente junto à Comissão Europeia em Bruxelas (2000-2003); Secretário-Executivo da delegação brasileira para as reuniões da Comissão Mista Econômica Bilateral Brasil-Alemanha (2004-2008); Chefe dos setores OCDE/Econômico na Embaixada em Paris (2008-2014); e, Encarregado de Negócios e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Sófia (2014-2017).

Atendendo a preceito regimental, a indicação é municiada também por um informe detalhado sobre o estado da arte do relacionamento bilateral entre Brasil e Nigéria, do qual extraem-se aqui os principais excertos.

A República Federal da Nigéria, cuja capital é Abuja, é um país de 923,7 mil km², onde vivem 188,6 milhões de habitantes. Tem o inglês como língua oficial, além de outras línguas étnicas locais. Sua população divide-se quase igualmente entre islâmicos e cristãos. Seu produto interno bruto calculado como poder de compra (ppp) em 2017 foi de US\$ 1,1 trilhão, o que lhe propicia renda per capita (ppp) de US\$ 5.933. A expectativa de vida naquele país é de 53,1 anos e seu IDH em 2015 foi de 0,527 (posição 152 entre 188 países).

Cuida-se, portanto, de um grande e populoso país africano e rico em petróleo. É organizado politicamente em federação formada por 36 estados. Adota a República e o presidencialismo, respectivamente, como forma e sistema de governo. A Constituição da República Federal da Nigéria (1999) estabelece a separação entre os três poderes (Executivo, Legislativo



SF/18200.37332-47



e Judiciário). O presidente é eleito por sufrágio universal direto, para mandato de quatro anos. A Constituição permite que o chefe de Estado seja reeleito apenas uma vez. A Assembleia Nacional é bicameral: o Senado é composto por 109 membros, ao passo que a Câmara de Representantes conta com 360 deputados. Os parlamentares são eleitos por sufrágio universal direto para mandato de quatro anos. Apesar dos esforços do governo nigeriano, a corrupção é considerada sistêmica e generalizada pela maioria dos analistas e perpassa diferentes níveis da administração pública, o que gera certa insatisfação popular com a classe política.

O Brasil reconheceu a independência da Nigéria em 1960, ano em que a emancipação política do país africano foi proclamada diante do Reino Unido, e foi o único país sul-americano convidado ao evento de proclamação da independência nigeriana. Em 1961, os dois países estabeleceram relações diplomáticas e, naquele ano, foi criada a Embaixada do Brasil em Lagos, então capital do país. A Nigéria estabeleceu Embaixada no Brasil em 1966.

O país, estrategicamente situado no Golfo da Guiné, é caracterizado pela divisão entre o Sul – mais desenvolvido e de maioria cristã – e o Norte – região mais pobre e de maioria muçulmana. Além das diferenças regionais, há um complexo cenário étnico: o país é habitado por mais de 500 grupos étnicos, entre os quais os principais são os iorubás, que ocupam, sobretudo, o sudoeste do país; os haussá, nortistas e muçulmanos; e os igbo (ou ibo), que vivem principalmente no sudeste e são cristãos. O sistema federativo, raro no continente africano, tem favorecido a integridade territorial nigeriana, na medida em que alivia demandas que, em um Estado unitário, poderiam se desdobrar em conflitos secessionistas mais graves. Salienta-se, ainda, a presença do grupo terrorista muçulmano Boko Haram, que continua a perpetrar atentados, principalmente no norte do país.

Em termos das relações bilaterais, a Nigéria foi, durante muitos anos, o maior parceiro comercial do Brasil na África, em razão das importações de petróleo nigeriano. Entre 2008 e 2015, entretanto, o Brasil acumulou mais de US\$ 49 bilhões de déficit no comércio com a Nigéria. Com a queda dos preços internacionais do petróleo e a redução da demanda brasileira, o comércio bilateral caiu significativamente desde 2015, o que fez cair o déficit comercial de US\$ 8,5 bilhões, em 2014, para US\$ 574 milhões, em 2016.

O interesse do governo nigeriano em contar com o Brasil como parceiro privilegiado tornou-se ainda mais premente diante da nova



SF/18200.37332-47



dependência econômica do país africano em relação à China. A parceria com o Brasil e com outros países emergentes conferiria ao governo nigeriano maior margem de barganha frente à crescente presença chinesa.

Além dos entendimentos de alto nível, Brasil e Nigéria desenvolvem inúmeras e produtivas atividades de cooperação, como na área de defesa, energética, da agricultura e de alimentos, técnica, cultural, educacional e de serviços aéreos.

O comércio bilateral entre Brasil e Nigéria tem revelado tendência de redução acentuada no volume de transações desde 2014, quando atingiu o recorde de US\$ 10,4 bilhões. Apesar disso, o Brasil ainda é o principal parceiro da Nigéria no comércio exterior com os países da América do Sul e o 9º em termos globais. Em 2016, no entanto, o comércio bilateral, nos dois sentidos, atingiu somente US\$ 2 bilhões, em função da drástica queda nas importações de petróleo nigeriano pelo Brasil: de US\$ 4,6 bilhões, em 2015, passou-se a apenas US\$ 1,3 bilhão, em 2016 (queda de 72%).

Em 2016, o déficit comercial brasileiro com a Nigéria (US\$ 573 milhões) deixou de ser o maior entre os parceiros do Brasil no mundo. Em 2013, momento de maior desequilíbrio na balança comercial entre os dois países, o saldo em favor dos nigerianos atingiu US\$ 8,8 bilhões. É importante destacar que a Nigéria manteve a balança comercial deficitária com seus principais parceiros no ano passado, totalizando, com o mundo, saldo negativo de US\$ 2,3 bilhões, ao contrário do saldo com o Brasil.

Desse modo, as importações brasileiras da Nigéria, de US\$ 9,5 bilhões, em 2014, caíram para US\$ 4,6 bilhões, em 2015, e para US\$ 1,3 bilhão, em 2016, levando o país africano a perder sua posição entre os dez maiores exportadores para o Brasil – ostentava o oitavo lugar até 2015. A redução dos números na importação, em 2016, não se fez acompanhar das exportações, que cresceram 6,5% e atingiram US\$ 731 milhões no período (US\$ 688 milhões, em 2015).

Em 2016, o total da corrente bilateral (US\$ 2,036 bilhões) fez o fluxo comercial nos dois sentidos passar da 15ª posição para 35ª no intercâmbio global do Brasil – o menor nível desde 2003, quando alcançou US\$ 1,991 bilhão. No continente africano, a Nigéria manteve-se como quarto destino das exportações do Brasil à África, após o Egito, a África do Sul e a Argélia, e passou a ser o segundo em importações, depois da Argélia, e o segundo na soma da corrente bilateral total, também após este último país.



6

5

Ao final, reporto-me à Secretaria da Comissão para que retifique o nome oficial da República Federal da Nigéria nas ementas apostas à Mensagem, tal como está na Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores.

Nada mais podendo ser aduzido nesse informe, que possui o escopo apenas de Relatório para subsidiar a sabatina e os votos dos membros desta Comissão, reitero o grande valor pessoal e profissional do diplomata indicado.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



ea2018-00310





Senado Federal

7

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 4/2018 - Ricardo A- Nigéria

Início da votação: 08/03/2018 08:54:07

Fim da votação: 08/03/2018 10:50:08

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB		PMDB	
EDISON LOBÃO		1. RENAN CALHEIROS	
JOÃO ALBERTO SOUZA		2. VALDIR RAUPP	votou
ROBERTO REQUIÃO	votou	3. HÉLIO JOSÉ	votou
ROMERO JUCÁ		4. MARTA SUPPLY	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,	
GLEISI HOFFMANN		1. FÁTIMA BEZERRA	votou
ACIR GURGACZ		2. JOSÉ PIMENTEL	votou
JORGE VIANA	votou	3. PAULO PAIM	votou
LINDBERGH FARIAS		4. HUMBERTO COSTA	
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)		Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
ANTONIO ANASTASIA	votou	1. CÁSSIO CUNHA LIMA	
PAULO BAUER		2. RONALDO CAIADO	votou
RICARDO FERRAÇO		3. FLEXA RIBEIRO	
JOSÉ AGRIPIANO		4. TASSO JEREISSATI	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
LASIER MARTINS	votou	1. JOSÉ MEDEIROS	
ANA AMÉLIA		2. GLADSON CAMELI	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,		Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,	
CRISTOVAM BUARQUE		1. VANESSA GRAZZIOTIN	
VAGO		2. RANDOLFE RODRIGUES	
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
FERNANDO COLLOR		1. WELLINGTON FAGUNDES	
PEDRO CHAVES	votou	2. ARMANDO MONTEIRO	

Votação:

TOTAL 12 SIM 12 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2018

Senador Jorge Viana
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 4/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR RICARDO GUERRA DE ARAÚJO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA NIGÉRIA, COM 12 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES.

08 de Março de 2018

Senador JORGE VIANA

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 3, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº5, de 2018, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Jorge Viana

RELATOR: Senador Cristovam Buarque

RELATOR ADHOC: Senador Antonio Anastasia

08 de Março de 2018



RELATÓRIO Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 5, de 2018 (Mensagem nº 5, de 2018, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.



Relator: Senador CRISTOVAM BUARQUE

Cuida-se de indicação que o Presidente da República faz do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

Conforme o art. 52, inciso IV, da CF, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Pelo disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata.

O Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, filho de Sebastião Eulálio de Oliveira Lima e Isis Pinto Dias Lima, nasceu em 29 de janeiro de 1957, em Porto Alegre/RS.



Bacharelou-se em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) no ano de 1981. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano seguinte; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1991; e o Curso de Altos Estudos em 2007, ocasião em que apresentou a tese “O UNIDROIT e os Esforços Internacionais de Harmonização do Direito Privado. A Participação do Brasil”. Publicou a obra “A Harmonização do Direito Privado”, pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Brasília.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1983 e Segundo-Secretário em 1987. Por merecimento, chegou ao posto de Primeiro-Secretário em 1994, Conselheiro em 2002, Ministro de Segunda Classe em 2007 e Ministro de Primeira Classe em 2014.

Entre as funções por ele ocupadas, podem ser destacadas as seguintes: Primeiro-Secretário na Embaixada em Lisboa (1994-1998) e na Embaixada em Ottawa (1998-2001); Conselheiro na Embaixada em Roma (2003-2007); Conselheiro e Ministro de Segunda Classe na Embaixada em La Paz (2007-2008); Ministro de Segunda Classe, Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Chicago (2008-2013); e Embaixador na Embaixada do Brasil em Abuja desde 2013.

Em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de El Salvador. Constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desse país, suas políticas interna e externa, e economia.

Localizado no chamado Triângulo Norte da América Central, assim como Guatemala e Honduras, o país encontra-se em região caracterizada por baixas taxas de desenvolvimento humano, alta incidência do crime organizado e do narcotráfico e elevada emigração. Apesar de quadro de normalidade institucional, desde a restauração da democracia no ano de 1992, sua história recente, entre os anos de 1980 e 1992, foi marcada pela guerra civil. Tem-se verificado alternância de poder entre os dois principais partidos, a ARENA, de direita, e a FMLN, de esquerda.



SF/18387.91283-48



A política externa salvadorenha tradicionalmente se volta para os Estados Unidos da América e a América Central, mas se tem verificado aproximações com Europa, Brasil, China, Índia, Rússia, entre outros.

As relações tradicionalmente amistosas e construtivas entre Brasil e El Salvador ganharam densidade no início do século XXI, no contexto de aproximação do Brasil com a América Central. Ademais, aquele país tornou-se o maior beneficiário da cooperação técnica brasileira na América Central. Hoje o programa bilateral conta com quatro projetos em execução e cinco em fase de assinatura, em setores considerados estratégicos pelo seu governo, como desenvolvimento social, agricultura e saúde.

No que tange especificamente às relações comerciais bilaterais, com balança favorável para o Brasil, pode-se dizer que atingiram seu auge no ano de 2008, com registro de US\$ 252,83 milhões.

Houve perda de dinamismo, em razão sobretudo da retração das exportações brasileiras de produtos básicos e das importações brasileiras de resíduos de alumínio, camisetas de malha e condensadores elétricos. Assim, as exportações brasileiras registraram US\$ 87,6 milhões em 2016, redução de 17,55% em relação ao ano anterior. Nas importações, houve decréscimo de 17% em relação a 2015, com registro de US\$ 5,9 milhões.

Na pauta de exportação brasileira, tem se destacado chassis, com motor, para automóveis (7,8%); carroçarias para automóveis (6,8%); polímeros de propileno (5,9%); polímeros de etileno (5,4%) e café solúvel (4,4%). Já os principais produtos salvadorenhos importados pelo Brasil foram resíduos de alumínio (23,1%); preparações e conservas de peixes (18,2%); peixes congelados (16,8%); camisetas de malha (13,3%) e bermudas e shorts de malha (9,0%).

Sobre financiamentos e investimentos brasileiros em El Salvador, o Itamaraty dá notícia de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Social financia três operações comerciais naquele país (US\$ 178,3 milhões): vendas de aeronaves da Embraer (US\$ 168,1 milhões), de caldeira a vapor (US\$ 10,2 milhões) e de 37 ônibus da Marcopolo, em operação que poderá chegar a 200



SF/18387.91283-48



4⁵

unidades (US\$ 55 milhões). Além disso, as empresas Queiroz Galvão e Andritz Hydro Inepar concluíram, em 2016, as obras de expansão da hidrelétrica 5 de Noviembre, que teve sua qualidade técnica amplamente reconhecida pelas autoridades do país.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 5/2018 - João L El Salvador

Início da votação: 08/03/2018 08:54:07

Fim da votação: 08/03/2018 10:50:08

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB		PMDB	
EDISON LOBÃO		1. RENAN CALHEIROS	
JOÃO ALBERTO SOUZA		2. VALDIR RAUPP	votou
ROBERTO REQUIÃO	votou	3. HÉLIO JOSÉ	votou
ROMERO JUCÁ		4. MARTA SUPPLY	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,	
GLEISI HOFFMANN		1. FÁTIMA BEZERRA	votou
ACIR GURGACZ		2. JOSÉ PIMENTEL	votou
JORGE VIANA	votou	3. PAULO PAIM	votou
LINDBERGH FARIAS		4. HUMBERTO COSTA	
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)		Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
ANTONIO ANASTASIA	votou	1. CÁSSIO CUNHA LIMA	
PAULO BAUER		2. RONALDO CAIADO	votou
RICARDO FERRAÇO		3. FLEXA RIBEIRO	
JOSÉ AGRIPIANO		4. TASSO JEREISSATI	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
LASIER MARTINS	votou	1. JOSÉ MEDEIROS	
ANA AMÉLIA		2. GLADSON CAMELI	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,		Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,	
CRISTOVAM BUARQUE		1. VANESSA GRAZZIOTIN	
VAGO		2. RANDOLFE RODRIGUES	
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
FERNANDO COLLOR		1. WELLINGTON FAGUNDES	
PEDRO CHAVES	votou	2. ARMANDO MONTEIRO	

Votação:

TOTAL 12 SIM 12 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2018

Senador Jorge Viana
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 5/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DE EL SALVADOR, COM 12 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES.

08 de Março de 2018

Senador JORGE VIANA

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

-PMDB - João Alberto Souza*
-PRTB - Pastor Bel* (S)
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

-PMDB - Airtton Sandoval* (S)
-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
-PMDB - Raimundo Lira* (S)
-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferreira*
-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
-PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-PSB - Elber Batalha* (S)
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
-PMDB - Waldemir Moka*
-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
-S/Partido - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 20

Airton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-3

Alvaro Dias.	PODE / PR
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elber Batalha.	PSB / SE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC / PRB-2

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 2

Kátia Abreu.	TO
Reguffe.	DF

PRTB - 1

Pastor Bel.	MA
---------------------	----

PROS - 1

Hélio José.	DF
---------------------	----

PMDB.	20
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	2
PROS.	1
PRTB.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Airtón Sandoval* (-PMDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (-PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)
 Eduardo Braga* (-PMDB-AM)
 Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
 Elber Batalha* (Bloco-PSB-SE)
 Elmano Férrer** (-PMDB-PI)
 Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)

Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (-PROS-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (-PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (-PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (-PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Kátia Abreu** (-S/Partido-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
 Marta Suplicy* (-PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Pastor Bel* (-PRTB-MA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)

Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
 Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
 Raimundo Lira* (-PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (-S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (-PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
 Romário** (Bloco-PODE-RJ)
 Romero Jucá* (-PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (-PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
 Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>PMDB - 20</p> <p>Líder Raimundo Lira - PMDB (138)</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140)</p> <p>Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,133,150) Ataídes Oliveira (75)</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (100)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Roberto Rocha (37,54,110,158)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (104)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Wilder Moraes - PP (39,122,130,147)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49)</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (106)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,126,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p>Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,126,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,125)</p> <p>Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,26,116)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,11,115,153,154)</p> <p>Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (13,19,145)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PODE - 3 Alvaro Dias (16,65,136)</p> <p>Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,99,127)</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PSC - 0</p> <p>Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB (119)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,129,144) Davi Alcolumbre (74,87,133,150) Flexa Ribeiro (131,149) José Medeiros (12,14,18,88,128,143,148) Sérgio Petecão (10,132,151) Wilder Moraes (39,122,130,147)</p>	<p>PROS - 1</p> <p>Líder Hélio José - PROS (42,48,86,155)</p>	<p>Majoria</p> <p>Líder Raimundo Lira - PMDB (138)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,114)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSIMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017).
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017).
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD).
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017).
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017).
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017).
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD).
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB).
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB).
113. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO).
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017).
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017).
125. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



132. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airtón Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
2. Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
3. Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
4. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
5. Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
6. Em 27.02.2018, o Senador Airtón Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS



5) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Gerales e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



7) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



8) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



10) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Ives Gandra Martins
Otávio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Eduardo Maneira
Helena Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso
Cleide Regina Furlani Pompermaier
Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997; bem como investigar eventuais irregularidades nas operações voltadas ao apoio à administração pública, em especial a linha denominada BNDES Finem - Desenvolvimento integrado dos Estados.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 23/03/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airtton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,13)	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,11)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(7,10)

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1090, de 2017, que prorroga o prazo da CPI até o dia 01.03.2018.

**. Em 01.03.2018, foi lido o Requerimento nº 66, de 2018, que prorroga o prazo da CPI até o dia 23.03.2018.

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)

2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).

3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Airtton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)

4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)

5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).

6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)

7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).
9. Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
10. Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)
11. Em 19.09.2017, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLPRD)
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
13. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de titular do Bloco Democracia e Cidadania (Of. 218/2017-GPSDB).

Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-3511

E-mail: coceti@senado.gov.br



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Raimundo Lira ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,21,22)	2. Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) ^(3,22,23)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) ^(6,18,19)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferrão, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airtton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ^(1,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(3,12,35,36,37)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,38,41)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspenso de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Elber Batalha (PSB-SE) (2,16,22,23)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (21)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20)	2. Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) (23)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (18)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPPO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Romário (PODE-RJ)	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Amélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(7,9,10)
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(7,15)	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5. Senador Valdir Raupp ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) ^(2,8,11,19,20)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁸⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(1,21)
(1,16)	2.
VAGO ^(14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ^(5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Elber Batalha (PSB-SE) ^(19,22,23)
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,16,25)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPPO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB ⁽²²⁾	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3. Senador Dário Berger ⁽¹⁶⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO ^(5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airtton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Aírton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
REDE
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
PTC
PODE

PROS**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE
	PROS



Atualização: 01/06/2017

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE
PROS

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	
VAGO	
PT	
VAGO	
PSDB	
PSB	
VAGO	
PDT	
PR	
VAGO	
PSD	
VAGO	
DEM	
VAGO	
PP	
VAGO	
PTB	
VAGO	
PPS	
PCdoB	
VAGO	
PRB	
VAGO	
PSC	
VAGO	
REDE	
PTC	
PODE	
PROS	

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 18/10/2016

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR		BLOCO / PARTIDO
VAGO		PMDB
VAGO		PMDB
VAGO		PT
VAGO		PSDB
VAGO		PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL
Atualização: 31/01/2015	

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros:** 19 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



**19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
VAGO
PCdoB
VAGO
PDT
VAGO
PMDB
VAGO
PP
VAGO
PPS
VAGO
PR
VAGO
PRB
VAGO
PSB
VAGO
PSC
VAGO
PSD
VAGO
PSDB
VAGO
PT
VAGO
PTB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE
PROS

Atualização: 01/06/2016

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

Notas:

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento



Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561

E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

